

Banco de Fomento Nacional – 1960-74

Eduardo Francisco Bernardo Varela Rodrigues

Dissertação de Mestrado em História

Março 2025

Índice

1. Introdução	3
2. 1950-1974: Uma Industrialização Tardia	8
__2.1 A Economia Portuguesa	8
__2.2 O Sistema Bancário Português	17
3. 1960-1963: Da Origem à Consolidação	28
__3.1 A criação do BFN e os primeiros desafios	28
__3.2 O financiamento do II Plano de Fomento	38
4. 1964-1968: Mutuários do Banco em Crise	49
__4.1 Perspetiva geral	49
__4.2 Siderurgia Nacional: o apoio imprescindível do BFN num arranque difícil e conturbado	58
__4.3 “A vocação estatutária de um banco de desenvolvimento”: a Hidroelétrica do Douro	60
__4.4 SINGA e Minas de Vila Cova: o BFN no setor extrativo	63
__4.5 Um caso à parte: a COPAL e o projeto de uma indústria têxtil em Aljustrel	70
5. 1969-1974: Crescimento Sem Precedentes	74
__5.1 Expansão do crédito e aumento da rede de delegações	74
__5.2 Alterações dos estatutos do BFN e seus efeitos	89
6. Conclusão	103
7. Bibliografia	108
__7.1 Decretos-Lei	116
__7.2 Periódicos	117
__7.3 Webgrafia	118
8. Anexo A	119
9. Anexo B	123

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação propõe-se demonstrar a importância do Banco de Fomento Nacional (BFN), o primeiro banco de investimento criado em Portugal, para a industrialização do país. Em termos de balizas cronológicas, começa em 1960, o ano do início da atividade do BFN, e termina em 1974, com o 25 de abril, na sequência do qual todos os bancos com sede em Portugal seriam nacionalizados, com a exceção dos cooperativos e mutualistas. O BFN foi até então um banco maioritariamente detido pelo Estado, operando enquanto uma sociedade anónima, e não, como aconteceria depois da nacionalização, uma empresa pública.

Não existe nenhum estudo especificamente dedicado a este tema. Já existe historiografia que estuda o BFN no contexto mais abrangente do setor bancário português, mas é um pouco superficial quanto a este objeto específico.¹ Existe, no entanto, uma vasta documentação produzida pelo BFN ao longo da sua atividade, que nunca foi publicada ou citada numa obra científica. Procurei por isso ser o mais exaustivo possível a estudar a documentação disponível na Biblioteca Nacional de Portugal e no Arquivo Oliveira Salazar (dentro do Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Grande parte desta dissertação é baseada no periódico “Boletim de Informação” e no seu sucessor, o “Boletim Mensal”, publicados pelo BFN regularmente desde janeiro de 1960 (o início da sua atividade) até dezembro de 1988 (pouco antes do fim da sua atividade). O *Boletim de Informação* foi publicado do nº 1 ao nº 73, entre fevereiro de 1960 e dezembro de 1965. O *Boletim Mensal* foi publicado do nº 1 ao nº 12, entre janeiro de 1966 e dezembro de 1988. O conteúdo destes boletins será citado ao longo do trabalho, especialmente os discursos de Governadores do Banco de Fomento Nacional, constituindo uma janela para as estratégias da sua administração, com abundantes dados sobre as finanças internas da instituição.

Ao longo do texto, procurarei explicar o que distingue o BFN dos restantes bancos portugueses seus contemporâneos. O BFN era um banco de investimento, que operou em regime de

¹ “História do sistema bancário português. Da assunção pelo Banco de Portugal das funções de Banco Central à União Monetária Europeia, (1831-1998)” de Nuno Valério *et. al.* estuda os decretos-lei que regulavam o sistema bancário e como o processo de integração europeia influenciou este sistema; o terceiro volume de “História Económica de Portugal (1700-2000)” que inclui uma análise de Nuno Valério e Ana Bela Nunes do sistema monetário e da política monetária ao longo do século XX; o artigo de Luciano Amaral “Imperfect But Hard Competition: The Portuguese Banking Sector in the Golden Age (1950-1973)” estuda principalmente a banca comercial mas também estuda a sua competição nos depósitos a prazo com o BFN; e a obra “Estudos de história empresarial de Portugal: banca” de Nuno Valério e Ana Tomás que analisa o início da banca de investimento em Portugal. Os principais trabalhos de história económica deste período são: o artigo da Análise Social “Grande indústria, banca e grupos financeiros – 1953-1973” de Félix Ribeiro *et. al.* que foi uma das bases do início desta tese, contribuindo especialmente para a análise dos investimentos hidroelétricos; a obra de referência “Nova História de Portugal. Volume XII. Portugal e o Estado Novo (1930-1960)” coordenada por Fernando Rosas; o artigo da Análise Social “Desenvolvimento monopolista em Portugal (fase 1968-73): estruturas fundamentais” de Américo Ramos dos Santos; e o livro de Fernando Rosas (Coord.). “História de Portugal - Vol. VII - O Estado Novo”.

exclusividade entre 1960 e 1970, e, conjuntamente com a CGD, era a única instituição de crédito que concedia empréstimos a médio e a longo prazo. O BFN só oferecia depósitos a prazo superiores a um ano e privilegiava as operações de crédito sobre as operações de capital, pois era um banco de investimento. Os restantes bancos inicialmente privilegiavam os depósitos à ordem, como é típico de um banco comercial. Ao longo dos seus primeiros catorze anos de existência, o BFN estabeleceria uma presença nas colónias portuguesas através das suas delegações em Angola, Moçambique e Cabo Verde. Era o único banco que era devedor dos três bancos emissores: o Banco de Portugal, o BNU e o Banco de Angola. O BFN tinha acesso a uma fonte mais diversa de recursos através dos empréstimos concedidos pelos três bancos emissores. Possuía uma vasta rede de mutuários em Angola e Moçambique, onde a maioria da sua atividade fora da metrópole se concentrava. O BFN concederia empréstimos diretos ao setor privado de todas as colónias portuguesas, embora apenas de forma esporádica na Guiné-Bissau, em Macau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Enquanto banco de investimento, o BFN insere-se na categoria de banco de desenvolvimento “*Development Bank / Development Finance Institution*”. Os bancos de desenvolvimento são instituições financeiras patrocinadas pelo Estado com o propósito principal de fornecer capital de longo prazo para a indústria. Este tipo de banco foi, historicamente, fundado por países em vias de desenvolvimento com o objetivo de prestar assistência a projetos industriais, através de empréstimos a médio e a longo prazo, de participações financeiras na própria empresa assistida, ou na forma de assistência técnica, realizando estudos para o benefício destas empresas. Ainda que alguns já existissem há décadas, houve um surto na fundação deste tipo de bancos globalmente nos anos Sessenta e Setenta, regra geral por iniciativa de governos nacionais, com capital público majoritário ou total. Ao promoverem novas empresas e apoiarem o desenvolvimento dos mercados de capitais nacionais, os bancos de desenvolvimento preenchiam lacunas existentes nos setores financeiros de países em desenvolvimento. A disponibilização de capital social, a ampla distribuição das ações das empresas industriais, a mobilização de poupanças internas privadas e a introdução de capital estrangeiro eram algumas das tarefas que realizavam para este propósito. A disponibilidade para assumir o risco de investir em participações financeiras era uma parte essencial das operações duma instituição orientada para o desenvolvimento. Além disso, os bancos de desenvolvimento procuravam encorajar o surgimento de um público investidor para realizar vendas da sua carteira, a fim de libertar recursos para fazer novos investimentos.

Os bancos de desenvolvimento públicos beneficiavam frequentemente da assistência financeira dos seus Estados, não só pela participação no capital do banco, mas também, por exemplo, através de empréstimos a taxas favoráveis, concedidos por agências governamentais. Os seus

administradores mantinham relações institucionais não só com o Estado e instituições públicas (que procuravam por vezes interferir nas suas decisões de investimento), mas também com empresários (fossem seus clientes ou não), outros bancos de desenvolvimento e instituições de crédito domésticas (muitas vezes suas competidoras).

As operações realizadas por cada banco variavam de país para país. Alguns criavam serviços para os seus clientes, mesmo se não fossem lucrativos ou se fossem pouco lucrativos. Nalguns países, os bancos de desenvolvimento podiam assumir funções da banca comercial, como empréstimos a curto prazo, a subscrição de emissões de capital, ou apoio com o marketing.

Os bancos de desenvolvimento procuravam contribuir para a consolidação do setor bancário do seu país, através de incentivos aos depósitos a prazo e por uma diminuição dos custos de financiamento.² O BFN, por exemplo, recebia depósitos à ordem, que na primeira metade da década de Sessenta eram largamente inexistentes no resto do sistema bancário português. Desempenhavam assim um papel crucial na substituição de setores de crédito não organizados (onde não existia um intermediário financeiro sob controlo público) por setores de crédito institucionalizados e supervisionados. Uma das estratégias destes bancos era proceder a uma descentralização geográfica, operando em áreas previamente negligenciadas de serviços bancários, ou mudar a sua organização e procedimentos internos, para tornar o crédito mais facilmente acessível a agentes económicos anteriormente subfinanciados, mantendo o custo do crédito a um nível tolerável e abstendo-se de exigências de garantias excessivas.³ Para salvaguardar os seus investimentos, monitorizavam de perto as atividades das empresas devedoras, muitas vezes nomeando membros para os conselhos de administração das empresas. Esta monitorização permitia ações corretivas assim que quaisquer deficiências fossem detetadas.⁴

Os bancos públicos de desenvolvimento investiam tendencialmente mais em infraestruturas do que os bancos privados, privilegiando os investimentos a longo prazo, e tinham a vantagem de operar com a garantia do Estado. Os bancos comerciais eram, tipicamente, menos recetivos às necessidades de crédito de longo prazo (especialmente as de setores industriais em evolução), porque os seus recursos eram essencialmente compostos por depósitos à ordem, de prazo demasiado curto para serem utilizados em empréstimos a longo prazo, revelando alguma aversão ao risco e à baixa

² S. Ligeti, *Development Banks in the Developing Countries*, Savings and Development, Vol. IX, nº 3, 1985, p. 311.

³ R. Jonas, *The Importance of the Development Banks for the Financial Infrastructure*, Intereconomics, Vol. X, nº 9, 1975, p. 280.

⁴ C. P. Chandrasekhar, “National Development Banks in a Comparative Perspective”. Em United Nations Conference on Trade and Development, *Rethinking Development Strategies after the Financial Crisis Volume II - Country Studies and International Comparisons*, 2016, p. 23.

lucratividade dos empréstimos a longo prazo. Os empréstimos a longo prazo iam contra os seus hábitos, atitudes, critérios e procedimentos institucionais.

A maioria dos empréstimos dos bancos comerciais envolvia um compromisso de alguns meses e financiavam principalmente bens no comércio de importação-exportação ou estoques. Os empréstimos geralmente iam para empresas com um histórico financeiro estabelecido, de modo que uma avaliação razoável exigia apenas verificar alguns indicadores padrão de índices de segurança e de avaliação de crédito. O financiamento do investimento industrial, pelo contrário, exigia um compromisso de longo prazo, muitas vezes durante uma década ou mais. Além disso, a viabilidade de uma indústria depende de numerosos fatores (tecnologia, marketing, flutuações econômicas, políticas governamentais, gestão) que só podem ser avaliados ao longo de vários anos e com alguma experiência no crédito industrial. Este prazo e a experiência necessária eram estranhos à banca comercial tradicional.⁵

O prazo médio dos empréstimos dos bancos de desenvolvimento é mais longo e o pagamento das prestações começa mais tarde, aliviando a carga de pagamento durante o início dum projeto. A supervisão dos seus empréstimos muitas vezes contribui substancialmente para a resolução de problemas, bem como para a cobrança de atrasos. O objetivo do lucro institucional é diluído, ou submerso, por propósitos de desenvolvimento nacional.

O objetivo desta dissertação é identificar as especificidades do caso português no contexto internacional dos bancos de desenvolvimento, utilizando o BFN como um objeto de estudo que nos permite compreender melhor o processo de industrialização portuguesa do pós-guerra. A literatura económica sobre o Estado Novo ignora frequentemente como o planeamento económico e os grandes projetos industriais deste período eram financiados.⁶ Qual foi o papel das instituições de crédito na industrialização portuguesa? Que instituições foram mais relevantes no crédito industrial, tão essencial para qualquer processo de industrialização?

Para tal, procurar-se-á responder às seguintes questões:

1. Qual a origem dos recursos financeiros do BFN e em que medida este dependia de empréstimos concedidos pelo Estado?
2. Qual a relevância do crédito externo no financiamento das suas operações?
3. Como as taxas de juro influenciaram a captação de depósitos?

⁵ D. L. Gordon, *Development Finance Companies, State and Privately Owned A Review*, World Bank Staff Working Papers Number 578, 1983, p. 2-3.

⁶ A análise mais aprofundada a este respeito corresponde ao artigo “Grande indústria, banca e grupos financeiros – 1953-1973” de Félix Ribeiro et. al., Vol. XXIII, Nº 99, Lisboa, *Análise Social*, 1987, p. 945-1018.

4. Até que ponto o BFN conseguia competir com as restantes instituições bancárias, particularmente na captação de depósitos a prazo?

Através desta análise, pretende-se contribuir para uma compreensão mais aprofundada do papel do BFN no desenvolvimento económico de Portugal e esclarecer as dinâmicas que caracterizaram a sua atuação enquanto banco de desenvolvimento.

A análise encontra-se dividida em três períodos: 1) 1960-63; 2) 1964-68; 3) 1969-74. Apesar de existir um certo nível de continuidade institucional dentro do Banco, registaram-se claras diferenças na sua atividade ao longo do tempo. As continuidades e as ruturas entre os três períodos convocam por sua vez algumas questões adicionais. Certos setores económicos foram largamente mais beneficiados pela concessão de crédito do BFN do que outros. Que setores económicos receberam os maiores montantes de crédito? A estrutura acionista de qualquer Banco influencia todas as suas operações financeiras. Qual a estrutura acionista do Banco durante este período e que mudanças sofreu durante os 14 anos em estudo?

A dissertação está organizada da seguinte forma:

O segundo capítulo “1950-1974: Uma Industrialização Tardia” oferece o contexto económico e político do período em análise, inserindo o BFN no quadro geral da economia portuguesa e analisando o papel que era chamado a cumprir. São particularmente analisadas as políticas do BFN para o setor da eletricidade, um setor extremamente relevante no quadro da sua atividade. O primeiro subcapítulo analisa o contexto mais amplo da economia portuguesa e o segundo subcapítulo foca-se no setor bancário.

O terceiro capítulo “1960-1963: Da Origem à Consolidação” debruça-se sobre os primeiros quatro anos de atividade comercial do BFN. Há um foco particular no primeiro ano de atividade do Banco, o seu estabelecimento no mercado metropolitano e nas colónias de Angola e Moçambique, bem como a forma como o Banco adquiriu os recursos necessários para começar a sua atividade creditícia. Devoto boa parte do capítulo a explicar como o BFN financiou o II Plano de Fomento durante este período, recorrendo para esse efeito aos *Boletins de Informação* da instituição. Incluído neste capítulo está um estudo legal da legislação diretamente aplicada ao BFN. É dado especial destaque à sua constituição, através do Decreto-Lei n.º 41 957, e aos seus estatutos, que restringiam a sua atuação ao papel de banco de investimento, colocando-lhe limitações e deveres que os seus competidores não possuíam.

O quarto capítulo “1964-1968: Mutuários do Banco em Crise”, aborda o período de quatro anos durante o qual o Banco se estabeleceu como um dos principais atores dentro do setor bancário,

oferecendo serviços imprescindíveis aos seus clientes e rivalizando com a CGD e os principais bancos comerciais em certas operações financeiras. É dispensada particular atenção a três casos que impactaram o BFN e que requereram a atenção contínua da sua administração.

O quinto capítulo, “1969-1974: Crescimento Sem Precedentes”, aborda o período final do Estado Novo, durante o qual houve um crescimento contínuo da maioria dos indicadores, nomeadamente o número das delegações do Banco, o volume de empréstimos diretos (que passaram a ter um peso cada vez maior dentro dos investimentos do BFN), o número de depositantes e o volume dos depósitos (que aumentaram em linha com a tendência de crescimento em todo o setor bancário durante este período). A alteração dos estatutos ocorrida em 1972 (que permaneciam inalterados desde 1959) também é estudada neste capítulo.

O sexto capítulo, a conclusão, é um resumo da tese e identifica alguns elementos para pesquisa futura.

O Anexo A inclui três gráficos que ajudam a visualizar o perfil de investimento do BFN e os recursos disponíveis, juntamente com uma tabela sobre a posição do crédito concedido do Banco. O Anexo B é uma compilação de alterações significativas na composição da administração do Banco.

2. 1950-1974: UMA INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA

2.1 A ECONOMIA PORTUGUESA

O período em consideração neste trabalho (1960-1974) fez parte do mais longo ciclo de crescimento económico à escala mundial, conhecido como os “Trinta Anos gloriosos”. Seria interrompido pelo colapso, em 1971, do sistema monetário internacional criado em Bretton Woods no imediato pós-guerra, e pelo “choque petrolífero” de 1973, dando início a um período de estagflação que se arrastaria até ao final da década. A evolução dos sistemas bancários neste período prolongou tendências anteriores a 1960: nas economias de mercado, menor intervenção estatal e maior abertura internacional, sem ocorrer um regresso a uma situação de desregulamentação sistemática da vida bancária; nas economias de direção central, a manutenção da nacionalização integral da banca e a rejeição de qualquer abertura internacional. Portugal acompanhou, com algumas especificidades, estas dinâmicas globais. O período analisado foi caracterizado por um crescimento económico acelerado, acompanhado por uma significativa expansão do setor bancário, refletindo tanto a conjuntura internacional como as particularidades do contexto nacional⁷.

O modelo económico do Estado Novo manteve uma coerência notável ao longo do tempo, apesar de algumas alterações na fase final do regime. As suas principais características podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- 1) Proteção por parte do Estado da agricultura, do comércio colonial e da pequena e média indústria na primeira fase do regime (1928-50) e dum setor industrial capital-intensivo na segunda fase do regime (1950-74)
- 2) Manutenção de baixos custos de trabalho e matérias-primas na indústria para garantir altos lucros;
- 3) Acumulação e concentração de capital no litoral e região Lisboa-Setúbal, em detrimento do interior do País;
- 4) Uma orientação permanente para o comércio colonial e, eventualmente, para a defesa das colónias.⁸

O Estado Novo procurou controlar o ritmo da industrialização com o objetivo de impedir a formação de um proletariado disruptivo e manter a inflação em níveis moderados, apesar de

⁷ “O sistema bancário português na época de consolidação do crescimento económico moderno (1961-1975)”. Em N. Valério *et. al.*, *História do sistema bancário português. Da assunção pelo Banco de Portugal das funções de Banco Central à União Monetária Europeia, (1831-1998)*, Lisboa, Banco de Portugal, 2010, p. 137-138.

⁸ E. Leeds & F. R. Mendes, *Industrialização e emigração em Portugal: sintomas inevitáveis de uma doença estrutural*. *Análise Social*, Vol. XIX, nº 77/79, 1983, p. 1046.

reconhecer a necessidade de desenvolvimento industrial. O controlo do ritmo da industrialização foi exercido através da proteção da concorrência para algumas empresas industriais, a falta de investimento na formação técnica, o controlo sobre a aquisição de matérias-primas, a provisão seletiva de crédito e subsídios por parte do Estado, a manutenção de baixos níveis salariais e a concentração da indústria capital-intensiva nas regiões litorais, particularmente no Sul.

A criação e desenvolvimento do BFN é inseparável das escolhas de política económica levadas a cabo pelas elites políticas do Estado Novo no imediato pós-guerra, com destaque para a participação portuguesa no Programa de Recuperação Europeu (*European Recovery Programme*, vulgarmente designado como “Plano Marshall”).⁹ Nas décadas de Cinquenta e Sessenta dão-se na economia portuguesa alterações estruturais, com o arranque da eletrificação e da industrialização moderna. A nova estratégia económica do Estado Novo, em rutura com a estratégia anterior à década Cinquenta, terá sido o elemento detonador desta evolução, promovendo, em obediência às tendências gerais do capitalismo europeu, as condições que viriam proporcionar um acentuado crescimento do setor industrial, através de uma política económica centrada nos “planos de fomento”. Entre 1952 e 1956 a taxa de crescimento do produto industrial atingiria em média 5,8 % ao ano correspondendo a uma taxa de crescimento da produtividade da mão-de-obra industrial em média de 3,7 % ao ano. A partir de 1956, o crescimento do produto industrial foi ainda superior, mantendo-se até 1973, tendo o crescimento do emprego diminuído ligeiramente a partir de então. Isto foi possível pois o crescimento da produtividade do trabalho industrial se elevou a um nível notável, de 6,9 % ao ano entre 1956 e 1973.¹⁰ Entre 1961 e 1973, o produto interno bruto nominal cresceu acerca de 89 milhões de contos para acerca de 343 milhões de contos. Apesar de uma subida significativa dos preços, da ordem de 70 %, o produto interno bruto real, ainda assim, mais do que duplicou.¹¹ Como, entretanto, se verificou até uma redução da população, de cerca de 8,8 milhões de habitantes para cerca de 8,5 milhões, quase 5 % da população portuguesa, o rendimento médio em Portugal mais do que duplicou.¹²

O desenvolvimento industrial entre 1950 e 1970 não teve precedentes na história económica portuguesa. Durante estas duas décadas, foi possível a instalação de certas indústrias básicas e de bens de equipamento, anteriormente inexistentes no tecido industrial português, assim como a realização de investimentos de grande envergadura, por exemplo, a Lisnave e o complexo de Sines.

⁹ M. F. Rollo, *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra, O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.

¹⁰ P. Lains, *O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990*, Lisboa, *Análise Social*, Vol. XXIX, n.º 128, 1994, p. 943.

¹¹ N. Valério *et. al.*, *op. cit.*, p. 148.

¹² N. Valério *et. al.*, *op. cit.*, p. 148-149.

No entanto, a rentabilidade destes investimentos estava dependente da possibilidade de exportação, uma vez que o mercado interno continuava a ser demasiado diminuto, tendo sido seriamente comprometida pelo abrandamento do crescimento da economia mundial depois de 1973.¹³

Para este ritmo de crescimento elevado, mesmo em comparação com a maioria dos países cuja industrialização se tinha verificado antes do século XX, contribui a integração numa economia mundial em expansão, em particular o processo de integração europeu, e uma conjuntura internacional favorável. O aumento da emigração repercutiu-se na evolução mais favorável do produto *per capita* (devido ao decréscimo da população) e na entrada de remessas de emigrantes, com efeitos positivos nas contas externas e na expansão da procura interna.

O forte crescimento da indústria transformadora, que entre 1958 e 1973 registou um crescimento médio anual superior a 9 %, converteu-a no motor do PIB, em marcado contraste com a relativa estagnação da agricultura. Em si, esta situação não seria alarmante e corresponde, em grande parte, ao que ocorreu noutros países, nomeadamente os que iniciaram tardiamente os respetivos processos de industrialização, mas não deixaria de causar alguns desequilíbrios com efeitos a longo prazo.

O setor primário sofreu transformações profundas, com uma diminuição da população ativa agrícola em favor da população ativa na indústria e nos serviços, perdendo importância relativa dentro da economia portuguesa. Apesar de alguns focos de modernização, a estagnação do crescimento gerou uma situação de subemprego, dando origem a um processo de emigração da mão-de-obra agrícola. O setor também nunca conseguiu satisfazer completamente a nova procura alimentar urbana, acentuando-se por isso a dependência portuguesa da importação de muitos bens alimentares, como a carne, o açúcar e os cereais.¹⁴ Ou seja, o crescimento económico dos anos 1960-1974, deu-se apesar dos obstáculos impostos pelo declínio do setor primário.

Houve quatro fatores que serviram como base para o processo de industrialização: 1) um enquadramento internacional favorável; 2) a melhoria das disponibilidades qualitativas de recursos humanos (um aumento do nível geral de qualificações da mão de obra); 3) a estabilidade monetária e financeira; 4) o aumento de eficiência do sistema bancário.

A estratégia económica materializada, em 1953-58, no I Plano de Fomento, teve como principal prioridade os projetos de infraestruturas em áreas como a rede energética e a energia hidroelétrica. Embora as despesas reais tenham ficado muitas vezes aquém das metas definidas, é

¹³ P. Lains, *op. cit.*, 1994, p. 951.

¹⁴ L. Amaral, *Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950-1973)*, Análise Social, Vol. XXIX, nº 128, 1994, p. 906.

perceptível uma mudança de prioridades durante a década seguinte. O Plano Intercalar de Fomento (1965-67) e o III Plano de Fomento (1968-73) colocaram maior ênfase no investimento social, numa distribuição de rendimentos mais equitativa e num aumento do consumo privado. No entanto, os velhos dogmas da estabilidade financeira e orçamental, privilegiando uma moeda forte e os gastos na defesa, permaneceram praticamente inalterados. Apesar de alguns sucessos em termos de ritmo de crescimento, os mecanismos de planeamento, a recolha de dados e a competência administrativa não conseguiram cumprir os padrões europeus.¹⁵

As opções de investimento do plano tenderiam, ao longo das várias edições, a dar mais ênfase à indústria, ao setor privado e ao comércio externo. O investimento externo acabou até por ser promovido no Plano Intercalar e no III Plano. A partir do Plano Intercalar de Fomento, o planeamento económico começou a considerar “aspetos sociais”, como a “habitação” e a “saúde” importantes para o progresso económico. A “educação técnica” fez sempre parte das opções de investimento desde o I Plano, mas representava uma percentagem baixa do investimento total. A importância do “capital humano” no processo de crescimento era reconhecido pelos planeadores económicos e estava presente em todas as edições dos planos de fomento, mas o investimento ficou sempre aquém do necessário.¹⁶

Apesar das circunstâncias adversas em que foi concebido, o Plano Intercalar de Fomento constitui a primeira tentativa séria de planeamento global ensaiada em Portugal. Havia um novo intervencionismo estatal na economia, nomeadamente ao nível das infraestruturas e do planeamento económico, tendo sido esta intervenção decisiva para a superação de alguns dos obstáculos tradicionalmente apontados para a modernização do país, como o investimento deficiente nas infraestruturas comparado com outros países europeus. Adotaram-se medidas relativamente às exigências da concorrência externa decorrentes do processo de integração europeia que começou com a adesão à EFTA. Quanto à política industrial, pela primeira vez a iniciativa privada assumiu o papel principal, tendo o investimento público um papel complementar. A prioridade era dada aos setores que permitiam a modernização e diversificação do tecido industrial português e que preferencialmente tivessem a possibilidade de exportação. Entre os setores que o Plano considerava essencial para estes objetivos estavam as indústrias metalúrgicas, as metalomecânicas e a de material elétrico, as químicas e do petróleo e, as dos minerais não metálicos (com destaque para o cimento, base imprescindível do importante setor da construção civil e obras públicas).¹⁷ Esta prioridade era

¹⁵ D. Corkill, *Aspects of Portugal's economic development during the late Estado Novo*, Lisboa, Portuguese Journal of Social Science, Vol. II, nº 1, março de 2003, p. 64.

¹⁶ J. L. C. das Neves, *O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global*, *Análise Social*, Vol. XXIX, nº 128, 1994, p. 1019.

¹⁷ M. F. Rollo, *Marcelo Caetano: política económica e modernização*, *Espacio Tiempo y Forma*, janeiro de 2007, p. 127.

visível no crédito concedido pelo BFN a estes setores ao longo de todo este período, nos próximos capítulos haverá uma abordagem mais detalhada desta questão.

Para assegurar a execução do Plano Intercalar de Fomento em todo o território metropolitano e colonial, e com o propósito de alargar a ação do BFN, o Banco foi isento temporariamente da contribuição industrial e foram eliminados o imposto de capitais e o imposto complementar relativos às obrigações por ele emitidas e aos depósitos a prazo nele constituídos.¹⁸

O Plano Intercalar coincidiu com o fim do salazarismo. O III Plano (1968-73) foi preparado durante o governo de Salazar e seria implementado durante o governo de Marcelo Caetano. Devido a isto, quanto entrou em vigor já estava ultrapassado pela conjuntura interna e externa.¹⁹

Os planos de fomento tiveram o efeito de prevenir a comunidade financeira do calendário dos fundos necessários para o investimento, permitindo aproveitar as disponibilidades criadas pelo enorme fluxo das remessas dos emigrantes, que permitiram financiar a dívida pública e muitos dos projetos incluídos nos planos de fomento.²⁰

A política industrial da década de Cinquenta assentava no princípio de que o crescimento do setor industrial conduziria, sozinho, ao desenvolvimento económico global do País. Privilegiou-se o setor secundário, com benefícios fiscais e financiamento barato, e negligenciou-se o desenvolvimento paralelo do setor primário. Mas isto cedo se revelou ineficaz. Na década de Sessenta, abalados os fundamentos que permitiram a industrialização da década anterior, e sofrendo-se os efeitos desta estratégia, verificou-se, afinal, que o crescimento da produção industrial obtido estava longe de garantir ao País um desenvolvimento económico sustentado e equilibrado.

É que, para além das mudanças ocorridas dentro do regime (e que culminaram com a alteração da chefia do Governo, em 1968), a perspetiva nacionalista e autárquica de substituição das importações, limitada por um mercado interno de dimensões reduzidas, foi substancialmente alterada, transformando-se gradualmente numa estratégia de promoção das exportações. Alguns acontecimentos, embora, de natureza diferente, permitiram aliviar tensões internas e abrir caminho a esta nova estratégia: a adesão à EFTA, em 1959; o acordo comercial celebrado com a CEE (1972); o rápido crescimento da emigração (sobretudo na segunda metade da década de Sessenta); e o crescimento do investimento estrangeiro. Todos estes acontecimentos aceleraram o processo de abertura da economia portuguesa ao exterior.²¹

¹⁸ Banco de Fomento Nacional, *Boletim de Informação N.º 6*, Lisboa, novembro de 1963, p. 133.

¹⁹ M. F. Rollo, *op. cit.*, p. 128.

²⁰ A. de Sousa, *Os anos 60 da nossa economia*, Análise Social, Vol. XXX, n.º 133, 1995, p. 625.

²¹ M. F. Rollo, “A industrialização e os seus impasses”. Em J. Mattoso, F. Rosas, F. Martins, L. do Amaral, & M. F. Rollo, *História de Portugal - Vol. VII - O Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 450-451.

A adesão à EFTA abriu gradualmente a economia portuguesa à concorrência internacional, levando a um maior volume de trocas comerciais e de movimento de capitais entre Portugal e a Europa, para além de contribuir para um aumento da emigração para a Europa Ocidental e América do Norte. Pedro Lains explica a decisão por parte do Governo de aderir à EFTA quando anteriormente se tinha mostrado oposto a qualquer movimento de integração europeia:

“A decisão de adesão à EFTA esteve ligada à avaliação positiva dos ganhos que a associação poderia trazer para a economia portuguesa, os quais teriam necessariamente de estar associados ao aumento das exportações. Isto é mais plausível se se tiver em consideração que, independentemente das orientações de política económica ou de intervenção directa do Estado no sector industrial, assistiu-se em Portugal durante a década de 50 ao desenvolvimento de alguns sectores industriais com capacidade de exportação para a Europa. Esses sectores não poderiam deixar de ser aqueles em que Portugal detinha algumas vantagens comparativa, nomeadamente os mais intensivos, na utilização de mão-de-obra, a qual era cara na Europa industrial relativamente a Portugal. De entre os sectores que estavam preparados para a exportação encontram-se alguns em que Portugal já tinha alguma experiência nos mercados internacionais, como as cortiças, os vinhos, as conservas, e outros em que a experiência era apenas com os mercados coloniais, como o setor do vestuário, o grande sucesso do país nos mercados da EFTA.”²²

O acordo com a CEE em 1972, realizado pelo governo de Marcelo Caetano, também foi só possível por se situar no fim de um período de rápido crescimento que durou entre 1956 e 1973.²³

A estrutura das empresas portuguesas sofreu importantes modificações entre 1958 e 1973. Isto deveu-se a um drástico processo de concentração industrial, centralizado pelos grandes grupos financeiros. Em 1972, 16,5 % de todas as empresas industriais asseguravam 73 % da produção industrial. As sociedades anónimas eram o principal instrumento de concentração financeira de capital para os projetos dos grandes grupos económicos: em 1973, as sociedades anónimas, que representavam somente 5,7 % de todas as sociedades, concentravam 75 % de todo o capital societário, 40 % do pessoal e obtinham 46 % do total das receitas de todas sociedades.

Existia o duplo fenómeno do desaparecimento de mais de trinta mil e quinhentos empresas industriais ao longo da década de Sessenta (sobretudo das pequenas oficinas com até dez

²² P. Lains, *O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990*, Lisboa, Análise Social, Vol. XXIX, nº 128, 1994, p. 931.

²³ P. Lains, *op. cit.*, p. 936-937.

empregados) e do aumento significativo das grandes empresas com mais de mil empregados (mais vinte e três), ou das médias (entre vinte e um e cem empregados) mais quinhentos e sessenta e três, com uma notável estabilização dos pequenos estabelecimentos entre onze e vinte empregados. Note-se que cerca de 48 % do pessoal da indústria já trabalhava em fábricas com mais de cem empregados, mas perto de 32 % dele continuava afeto a estabelecimentos com menos de vinte pessoas. O processo de concentração industrial foi acompanhado por um reforço das médias empresas, o que é natural, mas não impediu a sobrevivência de um vasto mundo oficinal: quase trinta e duas mil empresas em 1969, ou seja, 78 % de todos os estabelecimentos industriais onde trabalharia, ainda, cerca de 20 % do pessoal da indústria.²⁴

Quatro grupos financeiros, o grupo Mello/CUF, o grupo Champalimaud, o Banco Português do Atlântico e o Banco Espírito Santo, detinham o controlo acionista da grande indústria, ou seja, os setores industriais mais capital intensivos e concentrados: a refinação de petróleo, a petroquímica, os adubos, a siderurgia, a indústria da celulose, a construção e reparação naval, a indústria cervejeira, a oleaginosas e o tabaco. Estes setores mais capital intensivos seriam um importante foco do investimento do BFN.

O surgimento deste quatro grupos é uma consequência direta das estratégias de construção de infraestruturas e industrialização do Estado Novo. Por exemplo, os investimentos realizados nos setores da hidroeletricidade, a indústria química, os adubos, a siderurgia e a refinação de petróleo, beneficiaram da proteção do Estado, obtendo condições particularmente favoráveis, nomeadamente através da mobilização de recursos de instituições de previdência, que adquiriram numerosas obrigações das empresas destes grupos.²⁵ Não por acaso, alguns destes grupos, como por exemplo o Banco Português do Atlântico e o Banco Espírito Santo, eram acionistas do BFN. O BFN também vai colaborar com o grupo Champalimaud na fundação da Siderurgia Nacional, uma empresa crucial para o crescimento deste grupo. Apesar do BFN ser maioritariamente detido pelo Estado, o Governo procurou desde o início a colaboração de outras instituições financeiras para garantir o capital necessário ao funcionamento do Banco e para auxiliar na administração do Banco. Como veremos mais à frente, quando analisarmos a relação do BFN com os principais bancos e grupos económicos deste período, o BFN nunca foi um competidor dos bancos comerciais, a sua atividade creditícia realizava-se meramente em áreas onde estes estavam completamente ausentes.

²⁴ M. F. Rollo, *op. cit.*, p. 467-469.

²⁵ J. Reis, “A economia portuguesa dos anos sessenta: uma pesada continuidade.” Em J. Reis, *Uma década, duas formas de autoritarismo: os anos de 1960 em Portugal*, 2019, p. 12.

No início deste período, o crescimento industrial continuava a ser liderado pelas indústrias de base ligadas ao mercado interno. Entretanto, o objetivo de diversificar o tecido industrial abriu condições, através do investimento nacional ou estrangeiro, para o aparecimento de alguns novos setores (siderurgia, eletrónica) e para a modernização de setores já implantados (construção e reparação naval, alimentares, têxteis e confeções, pasta de papel, produtos farmacêuticos). O BFN, para além dos seus investimentos nas indústrias de base, também concedeu crédito ao setores alimentares, têxteis e confeções e pasta de papel, em linha com a estratégia do governo.

As indústrias metalúrgicas de base foram, entre 1958 e 1968, as indústrias com a taxa média de crescimento anual mais elevada (13,7 %), enquanto entre 1969 e 1973 aparecem na frente os produtos metálicos, indústrias mecânicas e elétricas e material de transporte, com 12 %, sendo o segundo lugar ocupado na lista pelo setor dos têxteis, vestuário e calçado. Foi durante a década de Sessenta que este padrão de especialização das indústrias transformadoras se começou a desenhar com contornos mais definidos.

No entanto, é necessário ter conta as debilidades do aparelho industrial nacional com, por exemplo, a importância da pequena indústria de baixa produtividade, a sua dependência tecnológica e a reduzida produção de bens de capital, insuficiente para as necessidades crescentes da indústria portuguesa.²⁶ Portugal estava dependente das importações de bens de capital vindas de países europeus e de tecnologia estrangeira para manter o seu aparelho industrial competitivo internacionalmente. O crescimento económico deu-se principalmente graças ao impulso do setor secundário e do crescimento da indústria transformadora. O setor terciário teve uma contribuição menor mas não negligenciável.

A produção para exportação teve um papel importante no crescimento industrial acelerado que caracterizou os anos Sessenta e princípio dos anos Setenta, a base industrial portuguesa já não estava virada exclusivamente para o mercado interno.²⁷ Globalmente, a contribuição das exportações passou de 17 % para 26 % do PIB, mas, sectorialmente na indústria transformadora, a contribuição passou de 30 % para 43 %.²⁸ A indústria transformadora era o setor económico que recebia maiores níveis de investimento estrangeiro direto, essencialmente com o objetivo de exportar para os países EFTA.

²⁶ E. Rocha, *Crescimento económico em Portugal nos anos de 1960-73: alteração estrutural e ajustamento*, Lisboa, *Análise Social*, Vol. XX, nº 84, 1984, p. 627.

²⁷ E. Rocha, *Especialização e crescimento económico: alguns aspetos do caso português no período 1960-1974*, Lisboa, *Análise Social*, Vol. XVII, nº 66, 1977, p. 298.

²⁸ E. Rocha, *op. cit.*, p. 298

Mesmo assim, no conjunto do período 1960-74, deteriorou-se a capacidade do aparelho produtivo de satisfazer todas as necessidades de consumo e investimento do país, estando a metrópole cada vez mais dependentes de capital estrangeiro e das importações, especialmente nos bens alimentares. Houve um insuficiente aproveitamento das possibilidades de adensamento da malha industrial e de consolidação do aparelho produtivo nacional.²⁹

Ao longo dos anos dos Sessenta foi devotada ao investimento uma percentagem cada vez maior do PIB, com foco especial na indústria transformadora. Isto deveu-se, parcialmente, à política de incentivo ao investimento estrangeiro direto em Portugal que começou em 1961. Este investimento podia tomar a forma de participação no capital duma empresa portuguesa (muitas vezes com a colaboração dos principais grupos económicos) ou a forma de empresas subsidiárias de capital integralmente estrangeiro. Os ramos industriais onde era mais importante a participação do investimento estrangeiro eram setores de ponta da industrialização, devido à tecnologia que as multinacionais traziam.³⁰

A economia portuguesa dirigiu-se para a procura internacional, numa tentativa de diversificar a sua base industrial frágil. O investimento externo foi incentivado pelos benefícios concedidos pelo Estado a empresas instaladas em Portugal: proteções contra a concorrência externa, concessão de incentivos fiscais ao investimento, investimentos diretos do setor público em infraestruturas e nas indústrias de base, controlo salarial e dos preços agrícolas (garantindo encargos com a mão-de-obra baixos), o capital barato e o condicionamento industrial. Devido a isto, muitas empresas multinacionais instalaram-se em Portugal com a intenção de exportar produtos manufaturados, aproveitando as vantagens comparativas dos baixos salários e da oferta de recursos naturais. Ou seja, com um setor exportador desta natureza, assente numa mão-de-obra com baixos custos, a base industrial da economia portuguesa continuou a manter-se estreita.³¹

É notável o crescimento real dos salários a uma taxa média de 6,7 % ao ano, particularmente nítido no subperíodo de 1969-73.³² Partindo, todavia, de níveis muito baixos, os aumentos salariais não eram suficientes para contrariar o fato de os níveis salariais portugueses continuarem a ser os mais baixos no contexto da Europa Ocidental. A industrialização não afetou o conjunto das relações laborais, não levou a um crescimento da população ativa. Durante a década de Sessenta, a população

²⁹ E. Rocha, *op. cit.*, p. 312.

³⁰ E. Rocha, *Portugal, anos 60: crescimento económico acelerado e papel das relações com as colónias*, Lisboa, Análise Social, Vol. XIII, nº 51, 1977, p. 612.

³¹ J. Reis, “A economia portuguesa dos anos sessenta: uma pesada continuidade.” Em J. Reis, *Uma década, duas formas de autoritarismo: os anos de 1960 em Portugal*, 2019, p. 10.

³² M. F. Rollo, “A industrialização e os seus impasses”. Em J. Mattoso, F. Rosas, F. Martins, L. do Amaral, & M. F. Rollo, *História de Portugal - Vol. VII - O Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 469.

ativa manteve-se em níveis idênticos, o emprego criado nos anos Sessenta correspondeu a uma taxa de apenas 0,4 % ao ano. Grande parte da força de trabalho continuava em setores não modernizados e pouco produtivos e, por isso, era excluída dos benefícios do crescimento económico.³³

A estrutura setorial da economia portuguesa teve fortes modificações entre 1958-1973. O desenvolvimento económico deste período foi financiado pelo Estado e pelos principais bancos. Este facto gerou uma taxa de juro fixa e baixa durante todo este período. A taxa de desconto do Banco de Portugal era de 2 % de 1944 a 1965 e de 2,5 % de 1965 a 1970. Como não havia uma aposta na criação de emprego através do estabelecimento de indústrias trabalho-intensivas, apenas a emigração e o recrutamento militar para a guerra colonial impediram o crescimento do desemprego. Mesmo assim, durante todo o período da década de 60 houve *de facto* uma situação de pleno emprego.³⁴

A modernização do sistema produtivo fracassou no setor agrícola e foi bem-sucedida na indústria transformadora, o que levou a alguns desequilíbrios internos estruturais. Na evolução do tecido económico, são visíveis os efeitos da aceleração da concentração do capital e da crescente presença de um conjunto pequeno de grupos económicos. Esta evolução não foi acompanhada por uma significativa melhoria das condições de vida da maioria da população portuguesa nem pelo desenvolvimento generalizado de todas as regiões metropolitanas, tendo o crescimento deste período favorecido o litoral em detrimento do interior.³⁵

O crescimento económico registado entre 1950 e 1974, impulsionado pela industrialização e pelas mudanças estruturais na economia portuguesa, exigiu uma evolução correspondente no setor financeiro. À medida que a industrialização se consolidava e o mercado interno se expandia, tornou-se fundamental garantir um sistema bancário capaz de acompanhar as novas necessidades de financiamento e investimento. Assim, a seção seguinte analisa a evolução do sistema bancário português durante este período, destacando o seu papel na estruturação da economia e na concessão de crédito a setores estratégicos, bem como os desafios enfrentados no contexto de um regime económico caracterizado por uma forte intervenção do Estado.

³³ J. Reis, *op. cit.*, p. 7.

³⁴ J. L. C. das Neves, *O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global*, Análise Social, Vol. XXIX, nº 128, 1994, p. 1020.

³⁵ M. F. Rollo, *Marcelo Caetano: política económica e modernização*, Espacio Tiempo y Forma, janeiro de 2007, p. 139.

2.2 O SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

O aumento de eficiência do setor bancário contribuiu para o dinamismo económico do País. Dentro das transformações ocorridas no setor bancário, será de destacar o fato de Portugal ter participado desde os seus primórdios no mercado dos eurodólares, adotando com relativamente pouco atraso as principais inovações das técnicas bancárias em curso no resto da Europa.³⁶ A evolução da banca comercial no período do pós-guerra seguiu três grandes tendências: 1) o uso geral da moeda escritural (a realização de pagamentos através de transferências bancárias); 2) a concentração dos bancos em unidades sediadas em Lisboa e no Porto; 3) o estabelecimento de agências bancárias em novas localidades (por vezes como resultado da absorção de bancos e casas bancárias locais).

Foi no contexto de desenvolvimento de grupos económicos com origem em bancos comerciais ou que adquiriram bancos como parte da sua estratégia de expansão, que se deu a criação de um novo banco de investimento, o BFN. Em 1950, o sistema bancário português era composto por vinte e dois bancos comerciais, treze casas bancárias não constituídas em sociedade e vinte caixas económicas. Os bancos comerciais dominavam o mercado, respondendo por cerca de 69 % de todos os depósitos (contra 40 % em 1938) e cerca de 50 % do crédito (48 % em 1950, 51 % em 1951). Os bancos não constituídos em sociedade eram residuais, com uma quota de mercado em termos de depósitos de cerca de 1,5 %. A maioria das vinte caixas económicas eram de pequena dimensão, com exceção da CGD. As caixas económicas representavam cerca de 30 % dos depósitos, mas a maior parte vinha precisamente da CGD, que representava 90 % de todos os depósitos em caixas económicas e era a maior instituição financeira no país, com uma quota de mercado de cerca de 27 % em depósitos e 30 % em crédito.³⁷

Vinte e três anos depois, em 1973, a estrutura bancária tinha sofrido um notável processo de concentração. Os bancos comerciais detinham agora 80 % de todos os depósitos do país (os restantes 20 % eram quase integralmente detidos pela CGD) e 65 % do crédito. O número de bancos comerciais caiu para catorze (de vinte e duas) e o número de casas bancárias para sete (de treze). Isto não resultou de falências, mas da transformação de casas bancárias em bancos comerciais ou de fusões e aquisições.³⁸ O BFN, embora tenha começado como a terceira maior instituição de crédito

³⁶ “O sistema bancário português na época de consolidação do crescimento económico moderno (1961-1975)”. Em N. Valério *et. al.*, História do sistema bancário português. Da assunção pelo Banco de Portugal das funções de Banco Central à União Monetária Europeia, (1831-1998), Lisboa, Banco de Portugal, 2010, p. 200.

³⁷ L. Amaral, *Imperfect But Hard Competition: The Portuguese Banking Sector in the Golden Age (1950-1973)*, Lisboa, FEUNL Working Paper Series No. 575, maio de 2013, p. 16.

³⁸ L. Amaral, *op. cit.*, p. 18.

quando iniciou a atividade comercial em 1960, com uma quota de mercado próxima de 9,5 %, em 1973 caiu para a posição mais baixa, próxima do Banco Fonsecas & Burnay (BFB) (cerca de 5 %).

As autoridades monetárias introduziram pela primeira vez os instrumentos clássicos de regulação da oferta de moeda, através do estabelecimento de mecanismos de manipulação das taxas de juro de referência pelo Banco de Portugal, do controlo dos níveis de reservas obrigatórias dos bancos e das operações de mercado aberto. Entre estes instrumentos, apenas as operações de mercado aberto se mantiveram incipientes devido à ausência do seu veículo habitual, títulos de dívida pública de curto prazo, pois esta modalidade de financiamento representava apenas uma pequena porção da dívida pública portuguesa.³⁹ Semelhante à situação existente na maioria dos países ocidentais neste período, o quadro legislativo português incluía: (1) o princípio da autorização governamental para abertura de bancos e filiais, e para fusões e aquisições; (2) elevados requisitos de capital; (3) elevados requisitos de liquidez; (4) a fixação de taxas de juros determinadas por lei; e (5) alguma forma de separação entre as atividades comerciais e de investimento dos bancos. A legislação portuguesa não impôs uma separação formal entre a banca comercial e de investimento, mas limitou severamente a capacidade de bancos comerciais para se envolverem em empreendimentos de longo prazo.⁴⁰

De acordo com este enquadramento institucional, os bancos tinham uma liberdade de ação muito limitada: bastante contidos na sua política de taxas de juro e forçados a deter elevadas reservas de caixa, não podiam emprestar a longo prazo e podiam aplicar apenas uma parte muito limitada dos seus recursos em ações ou obrigações. Existia, mesmo assim, alguma competição: fusões, aquisições e entradas dependiam de autorização governamental, mas não eram proibidas. A entrada de novos agentes no mercado metropolitano era feita através da fundação de novas casas bancárias e da transformação das casas bancárias em bancos comerciais. Assim, apesar de não ser livre, a competição e a ameaça de exclusão existiam, embora não inteiramente determinadas pelo mercado. Apesar de serem forçados por lei a emprestar apenas a curto prazo, os bancos comerciais adotaram a prática de renovar várias vezes estes empréstimos, de modo que, em última análise, funcionavam como crédito de longo prazo, dando uma contribuição positiva para a economia.⁴¹

A necessidade de canalizar maiores montantes de crédito para empreendimentos de fomento conduziu a uma reforma do sistema de crédito, operada em 1957, que previa a criação de bancos de

³⁹ N. Valério e A. Tomás, *Estudos de história empresarial de Portugal: banca*, Lisboa, GHES - Documento de Trabalho/ Working Paper, 2021, p. 12.

⁴⁰ L. Amaral, *Measuring competition in Portuguese commercial banking during the Golden Age (1960–1973)*. *Business History*, Vol. 57, nº8, 2015, p. 1192-1218

⁴¹ “The Estado Novo Period After World War II: The Golden Age of Economic Growth.”. Em L. Amaral, *The Modern Portuguese Economy in the Twentieth and Twenty-First Centuries*, Palgrave Macmillan, 2019, p. 211.

investimento, especializados no crédito a médio e a longo prazo, destinados a contribuir para incrementar e orientar os recursos nacionais dedicados a empreendimentos de fomento. Os bancos de investimento, segundo a legislação de 1957-59, precisariam de um capital inicial de 300 milhões de escudos e pelo menos um membro do conselho de administração nomeado pelo Governo.⁴² O BFN, o primeiro dos novos bancos de investimentos, criado em 1958, incluiria no seu campo de atividade não apenas a metrópole, mas também as colónias portuguesas, por continuar em aberto a solução do problema de crédito a médio e longo prazo nas colónias e por se considerar que, pelo menos de início, não haveria vantagem em multiplicar o número destas instituições.⁴³

Esta reforma do sistema de crédito foi obtida através de um pacote legislativo que visava uma reorganização completa do sistema bancário (Decreto-Lei nº 41 403, de 27 de novembro de 1957, e Decreto-Lei nº 42 641, de 12 de novembro de 1959). O montante de capital necessário para o funcionamento dos bancos foi aumentado: os bancos pré-existentes em Lisboa e no Porto poderiam manter as portas abertas enquanto o seu capital fosse igual ou maior a 30 milhões de escudos, e 10 milhões se funcionassem fora dessas duas cidades. Para os novos bancos, porém, o capital inicial tinha de atingir os 50 milhões de escudos em Lisboa e Porto, e 20 milhões noutras localidades.

Existiam limites quanto à aquisição de ações de empresas, que nunca poderiam representar mais do que o valor total do fundo de reserva mais 20 % do capital do banco, nem exceder 20 % do capital da empresa. Mas as regras prudenciais relativas ao tamanho e composição das reservas de caixa foram alteradas, passando a ser menos restritivas. Agora, em vez de cobrir 20 % dos depósitos à ordem, as reservas de caixa deveriam cobrir apenas 15 % dos depósitos à ordem e dos depósitos a prazo com prazo inferior a um mês, bem como 5 % dos depósitos a prazo superiores a um mês. A percentagem restante dos depósitos não cobertos por reservas primárias de caixa tinham de ser cobertos com ativos líquidos ou ativos com prazo de vencimento preferencialmente de três meses e nunca superior a um ano. Esses limites foram alterados diversas vezes até 1973, com o objetivo de permitir aos bancos comerciais conceder empréstimos por períodos mais longos.

O quadro legislativo de 1957-1959 seria complementado e alterado por novas medidas tomadas durante a década de Sessenta como, por exemplo, o Decreto-Lei nº 46 492, de 18/08/1965, que pela primeira vez limitou as taxas oferecidas em depósitos a prazo. Este decreto, juntamente com o Decreto-Lei nº 47 910, de 7/10/1967, autorizavam os bancos comerciais a conceder empréstimos a mais de dois anos, desde que baseados em depósitos a prazo (em empréstimos com prazos mais

⁴² L. Amaral, *Imperfect But Hard Competition: The Portuguese Banking Sector in the Golden Age (1950-1973)*, Lisboa, FEUNL Working Paper Series No. 575, maio de 2013, p. 12.

⁴³ Banco de Fomento Nacional, *Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal. Exercício de 1960*, Lisboa, 1961, p. 19-20.

longos, os períodos deveriam basear-se no capital dos bancos). O Decreto-Lei nº 48 948, de 3/04/1969, permitiu que os bancos comerciais concedessem empréstimos de um a cinco anos, desde que baseados em depósitos a prazo de seis meses ou em títulos.⁴⁴ Antes destes decretos, só o BFN e a CGD podiam conceder empréstimos com estes prazos, mas, mesmo com estas reformas, o foco dos bancos comerciais continuou a ser o empréstimo a curto prazo e o BFN e a CGD puderam continuar o seu domínio neste tipo de operações de crédito.

A partir da década de Sessenta a atratividade dos depósitos a prazo foi um importante instrumento de competição dentro do setor bancário. Até 1965 não havia restrições legais aos juros dos depósitos a prazo (os bancos não podiam, no entanto, oferecer taxas sobre depósitos a prazo para os quais não conseguissem encontrar uma correspondência do lado dos ativos). Mas a introdução de limites legais para as taxas dos depósitos a prazo em 1965 não impediu o seu crescimento. Na década de Sessenta, um número crescente de bancos lançou campanhas agressivas para atrair depositantes. Devido aos limites legais impostos aos depósitos à ordem, a competição concentrou-se nos depósitos a prazo, chegando a ultrapassar a linha da legalidade. Ao longo da década de Sessenta, as reclamações dos bancos sobre a legalidade das práticas dos seus concorrentes cresceram, nomeadamente nas reuniões do Conselho Nacional de Crédito, onde se reuniam representantes dos vários bancos e do Governo. Numa dessas reuniões (em junho de 1964), Fausto de Figueiredo, o representante do Banco Fonsecas & Burnay, argumentou que era de conhecimento geral que as disposições legais não eram cumpridas. Numa outra reunião, um mês depois, o Visconde da Merceana, representante do BNU, citou um artigo de uma revista espanhola, argumentando que este retratava fielmente a situação em Portugal: num ano em que as taxas máximas legais sobre depósitos a prazo eram 3 %, alguns bancos pagavam entre 4 % e 7 %, e até, em casos excecionais, 10 %. Segundo o representante do BFN no Conselho, Daniel Barbosa, numa reunião do Conselho realizada em junho de 1967, além da manipulação de taxas, outra prática comum era classificar os depósitos à ordem como depósitos a prazo, permitindo assim uma maior atratividade para os clientes em termos de taxas e liquidez.⁴⁵

Os juros não foram o único instrumento utilizado pelos bancos para atrair depósitos. Outro fator importante foi a expansão geográfica. Houve durante todo este período uma corrida para a abertura de filiais, especialmente na segunda metade da década de Sessenta. Os dados agregados disponíveis são muito irregulares, mas ainda assim transmitem uma imagem de forte crescimento. Entre 1950 e 1959 o Governo autorizou a abertura de cento e vinte uma agências. Havia trezentos e

⁴⁴ L. Amaral, *op. cit.*, p. 13.

⁴⁵ L. Amaral, *Imperfect But Hard Competition: The Portuguese Banking Sector in the Golden Age (1950-1973)*, Lisboa, FEUNL Working Paper Series No. 575, maio de 2013, p. 28-29.

sessenta e quatro agências em 1965, que passaram a quinhentos e trinta e nove no ano seguinte, um aumento de 67,5 %. Isso significa que num único ano foram abertas mais agências do que durante toda a década de Cinquenta. O número de agências cresceu para setecentos e setenta e oito em 1972, mais do que duplicando o número de 1965.⁴⁶

A banca comercial financiou as empresas exportadoras, através do mecanismo de crédito a curto prazo renovável, cobrando taxas de juro mais elevadas do que no crédito a curto prazo. Os compradores estrangeiros também vão prolongar os prazos de pagamento a empresas exportadoras, o que vai aumentar a sua dependência no crédito da banca comercial. O desenvolvimento do crédito industrial na banca comercial só foi possível na década de 60 através do mecanismo do curto prazo renovável, este mecanismo vai permitir o controlo dos negócios de cambiais proporcionados pelas empresas exportadoras. O crédito industrial era concedido salvaguardando o máximo de liquidez bancária, o que limitava o seu desenvolvimento. A partir de 1965-66, a banca também vai financiar as empresas multinacionais que se vêm instalar em Portugal com o objetivo de exportar ou de reforçar as suas redes de vendas internas, pois as taxas de juros portuguesas eram inferiores às do euromercado. Anteriormente a 1965, as multinacionais eram praticamente inexistentes na economia portuguesa. A banca contribuiu para a abertura da economia portuguesa realizada neste período através do financiamento de empresas exportadoras, sejam estas portuguesas ou filiais de multinacionais. Mantiveram-se défices comerciais externos significativos, apesar do aumento da importância das exportações e foi principalmente graças às remessas de emigrantes e um maior investimento estrangeiro que houve sucessivos excedentes da balança de pagamentos e a acumulação de ativos sobre o exterior, com a consequente expansão da base monetária e o aumento de liquidez dos bancos portugueses. Neste contexto, os bancos (incluindo o BFN) não necessitaram de recorrer substancialmente ao financiamento do Banco de Portugal. Devido a esta expansão da base monetária verificou-se um aumento contínuo da taxa de inflação em inícios dos anos Setenta que levou as autoridades monetárias a estabelecer novas medidas restritivas. Em maio de 1972, as taxas de reservas obrigatórias dos bancos aumentaram e, em dezembro do mesmo ano, o Banco de Portugal aumentou a taxa de desconto, o que voltaria a acontecer em dezembro de 1973. Em 1972 também foram impostas restrições quantitativas à concessão de crédito ao consumo e à importação, algo sem precedentes. Estas medidas não seriam o suficiente para combater a inflação e Portugal passaria por uma crise inflacionária até 1974.⁴⁷

⁴⁶ L. Amaral, *op. cit.*, p. 29-30.

⁴⁷ F. T. Santos, *Stock monetário e desempenho macroeconómico durante o Estado Novo*, Lisboa, Análise Social, Vol. XXIX, nº 128, 1994, p. 995.

O seguinte conjunto de bancos é conhecido como o “núcleo monopolista”, já que se centravam nestes bancos as principais tendências monopolistas da economia portuguesa: Banco Borges & Irmão, Banco Espírito Santo, Banco Fonsecas & Burnay, Banco Nacional Ultramarino, Banco Pinto de Magalhães, Banco Pinto & Sotto Mayor (parte do grupo Champalimaud), Banco Português do Atlântico e Banco Totta & Açores (parte do grupo CUF). É bem evidente a intensificação do domínio do grande capital bancário entre 1968-1974.

O Banco Português do Atlântico, no setor financeiro, entre 1969 e 1974, controlava o Banco Comercial de Angola, 30,0 % e detinha posição no BFN (2,1 %), no Banco de Portugal (4,3 %) e na Sociedade Financeira Portuguesa (2,4 %). Para além disso, participava na Companhia Portuguesa de Fornos Elétricos (15,1 %). O Banco Fonsecas & Burnay, no setor financeiro, entre 1969 e 1974, tinha posição no BFN (8 %) e na Sociedade Financeira Portuguesa (2,7 %). O Banco Borges e Irmão participava no BFN (1,4 %), na Sociedade Financeira Portuguesa (1,6 %) e na Companhia Portuguesa de Fornos Elétricos (10,6 %). O Banco Espírito Santo, no setor financeiro, participava no BFN (5,8 %), no Banco de Portugal (5,9 %) e na Sociedade Financeira Portuguesa (1,9%). O Banco Nacional Ultramarino detinha posições no BFN (7,2 %), no Banco de Portugal (29,2 %) e na Sociedade Financeira Portuguesa (2,9 %).⁴⁸ Estes bancos, no total, detinham 24,5 % do capital social do BFN, por isso, a um certo nível, o BFN era uma colaboração entre o Estado e os principais bancos comerciais. A banca de investimento portuguesa (o BFN e a Sociedade Financeira Portuguesa) não eram independentes da banca comercial ou dos principais grupos económicos tendo os grupos o poder de, por exemplo, nomear parte dos administradores do BFN e da Sociedade Financeira Portuguesa.

Alguns dos aspetos mais determinantes da evolução do sistema bancário são:

1. O aumento do montante dos depósitos controlados pelo sistema bancário, e em particular pelo núcleo monopolista. Em 1968, os depósitos no sistema bancário cifravam-se em 132 milhões de contos, em 1973 cifravam-se em 328 milhões de contos. Era no núcleo monopolista que se concentrava esse volume crescente de depósitos: em 1968, 60 % do total estava depositado neste grupo, em 1973, era 64 % do total. Para este crescimento contribuiu, não só o aumento registado nos depósitos à ordem, mas de igual modo, a expansão (mais do que o triplo) dos depósitos a prazo. Os bancos monopolistas, apesar do aumento da captação de depósitos a prazo pelo BFN e CGD, continuaram a deter a vasta maioria dos depósitos a prazo com 68 % do seu montante. Esta concentração de depósitos a prazo virá a levantar problemas de

⁴⁸ J. M. Caeiro, *Elites e Poder - Os Grupos Económicos em Portugal do "Estado Novo" à Actualidade*, CESDET, 2004, p. 333-340

rendibilidade bancária depois de 1969, convidando, por isso, à sua utilização no crédito ao consumo e aplicações especulativas.

2. A carteira comercial do núcleo monopolista triplicou entre 1969 e 1974. Isto foi devido à rápida deterioração financeira das empresas portuguesas com o conseqüente aumento do recurso ao capital alheio. As receitas de todas as sociedades portuguesas, neste período, duplicaram. Ritmo bem inferior à evolução do valor total da carteira comercial bancária, que em 1968 se situava nos 58 milhões de contos e em 1973 nos 166 milhões. A evolução desta carteira comercial não acompanhava o crescimento real da economia portuguesa. Em 1968 o núcleo monopolista detinha 80 % da carteira comercial bancária e em 1973 83 %.
3. A evolução da carteira de títulos e cupões do setor bancário neste período foi baseada num espetacular aumento da atividade bolsista especulativa. Os bancos monopolistas, através dos depósitos que controlavam, impulsionavam a bolsa de especulação, com o objetivo de adquirir um grau de controlo económico sem precedentes. Entre 1968 e 1973, os bancos monopolistas quase quintuplicam o valor da sua carteira de títulos e cupões, passando de 4,3 milhões de contos em 1968 (37 % da carteira do sistema bancário) para 19,5 milhões em 1973 (57 %).⁴⁹

A concentração do capital bancário no núcleo monopolista levou a um desvio de recursos para atividades especulativas que podiam ter sido destinados a investimentos produtivos. Foi só através dos ganhos especulativos das operações cambiais e sobre títulos, que o núcleo monopolista conseguiu apresentar resultados finais positivos: os resultados globais do núcleo monopolista subiram em 1973 a 847 000 contos (60 % dos resultados do sistema bancário), quando as receitas das operações mencionadas forneceram 1,4 milhões de contos. O desvio de recursos para participações financeiras não apresentava o mesmo dinamismo do que nas operações cambiais e sobre títulos. O núcleo monopolista possuía, no total, participações financeiras de valor de 800 000 contos em 1968, passando apenas para 1,7 milhões de contos em 1973. O investimento em participações financeiras era articulado com as participações de que os bancos dispunham através de outras empresas *holding* ou de companhias seguradoras, ou era articulado com a sua carteira de títulos e cupões.⁵⁰

Do ponto de vista do sistema monetário, Portugal e as suas colónias faziam parte da zona do escudo, centralizada em Lisboa pelo Banco de Portugal, utilizando como meio de pagamento apenas escudos portugueses ou moeda estrangeira convertida em escudos. As moedas das colónias não eram

⁴⁹ A. R. dos Santos, *Desenvolvimento monopolista em Portugal (fase 1968-73): estruturas fundamentais*, Lisboa, Análise Social, Vol. XIII, n° 49, 1977, p. 87-88.

⁵⁰ A. R. dos Santos, *op. cit.*, p. 88.

aceites para “pagamentos interterritoriais”, sendo apenas utilizadas na respetiva colónia.⁵¹ O BFN seria um ator relevante em todos os mercados coloniais, tendo começado as suas operações de crédito no mercado angolano e moçambicano, estabelecendo-se mais tarde nos restantes mercados coloniais.

Até 1957 os únicos bancos comerciais presentes nestes territórios eram o Banco de Angola e o BNU. A partir desse ano, a fundação de novos bancos comerciais em Angola e Moçambique, tornou os respetivos setores bancários mais desenvolvidos e diversificados do que os das restantes colónias.

O Banco de Angola foi o único banco emissor e um importante banco comercial em Angola entre 1960-1974. Abriu onze novas agências em Angola e catorze novas agências em Portugal metropolitano. Embora no início da década de Sessenta detivesse uma quota de mercado esmagadora no setor bancário angolano (cerca de 80 % do total de depósitos), no início da década de Setenta a sua quota de mercado caiu para menos de um quinto do total de depósitos e deixou de ser o maior banco comercial de Angola.⁵² Na totalidade do sistema bancário angolano, entre 1961-75, os depósitos à ordem foram multiplicados por um fator de cerca de dez, os depósitos a prazo por um fator de cerca de cem e os depósitos em caixas econômicas por um fator de cerca de vinte. Para além do Banco de Angola, com vinte e duas agências em Angola e cerca de novecentos funcionários, existia em Angola um sistema bancário relativamente sofisticado na época colonial:

- Caixa Económica Postal, desde 1929;
- Montepio Geral de Angola, desde 1933;
- Banco Comercial de Angola, fundado em 1957, relacionado com o grupo bancário Banco Português do Atlântico, com trinta e sete sucursais em Angola;
- Banco de Fomento Nacional, desde 1960;
- Caixa de Crédito Agro-Pecuário, desde 1961;
- Banco de Crédito Comercial e Industrial, fundado em 1965, subsidiária do Banco Borges & Irmão, sediado no Porto, com dezanove agências;
- Banco Totta-Standard, desde 1966, uma *joint venture* entre o *Standard Bank* sul-africano e o Banco Totta & Aliança (redenominado Banco Totta & Açores a partir de 1969), com onze agências;

⁵¹ E. Rocha, *Portugal, anos 60: crescimento económico acelerado e papel das relações com as colónias*, Lisboa, Análise Social, Vol. XIII, nº 51, 1977, p. 609.

⁵² N. Valério *et. al.*, *Banking in the Portuguese Colonial Empire (1864-1975)*, Documento de Trabalho / Working Paper nº 41, 2010, p. 30.

- Banco Pinto & Sotto Mayor, parte do grupo Champalimaud, a partir de 1967, com dezasseis agências;
- Instituto de Crédito de Angola desde 1969, para crédito de médio e longo prazo. Até 1969, o BFN era a única instituição de crédito que concedia substancialmente crédito a médio e a longo prazo em Angola;
- Banco Inter-Unido desde 1973, *joint venture* entre o *American First National City Bank* e o Banco Espírito Santo.⁵³

Durante a década de Sessenta a grande maioria dos empréstimos concedidos pelos bancos angolanos eram de curto prazo, o que contribuiu para o aumento das pressões inflacionistas, agravando ainda mais o défice da balança de pagamentos, já negativo há vários anos. A Delegação do BFN sofria duma escassez de fundos mas mesmo assim conseguia competir com a banca comercial angolana na concessão de crédito.⁵⁴ Durante este período a banca angolana tendia a privilegiar os depósitos à ordem sobre os depósitos a prazo. Os depósitos a prazo começaram a ganhar peso no fim da década de Sessenta e no início da década de Setenta, mas foram sempre uma pequena porção do total. A maioria da população angolana não tinha de resto acesso a qualquer tipo de depósitos, reservados à população branca ou “assimilada”.⁵⁵ Os depósitos a prazo angolanos, em 1972, na banca comercial totalizavam 5 881 300 contos e os depósitos a prazo no BFN 261 100 contos. O BFN representava só uma porção insignificante dos depósitos a prazo angolanos.

Na década de Sessenta Moçambique também desenvolveu um sistema bancário bastante sofisticado. Para além do BNU, com funções emissoras e comerciais, e vinte e seis balcões na colónia, havia outros bancos:

- Banco de Fomento Nacional, desde 1960;
- Banco de Crédito Comercial e Industrial (BCCI), desde 1965, subsidiária do Banco Borges & Irmão do Porto;
- Banco Pinto & Sotto Mayor (BPSM), desde 1966;
- Instituto de Crédito de Moçambique, desde 1969;
- Banco Totta-Standard, desde 1966;
- Casa Bancária de Moçambique (CBM);
- Banco de Angola (BCA);

⁵³ M. E. Mata, *The Portuguese Escudo Monetary Zone. Its Impact in Colonial and Post-Colonial Africa*, Palgrave Macmillan, 2020, p. 195-196.

⁵⁴ A. Torres, *Pacto colonial e industrialização de Angola (anos 60-70)*, *Análise Social*, Vol. XIX, nº 77/79, 1983, p. 1109.

⁵⁵ A. Torres, *op. cit.*, p. 1112-1113.

- Montepio de Moçambique.⁵⁶

No período colonial apenas funcionavam em Cabo Verde dois bancos: o BNU, desde 1865, com funções emissoras e comerciais, e o BFN, desde 1973. O BFN só chegou a operar em Cabo Verde durante um ano, mas, anteriormente, já tinha concedido alguns empréstimos esporádicos, apesar de não ter uma delegação no território, através das delegações em Angola e Moçambique. O resto do sistema financeiro cabo-verdiano era composto por duas outras instituições de poupança/crédito: a Caixa Económica Postal, fundada em 1928, que utilizava os correios como rede bancária; e a Caixa de Crédito de Cabo Verde, fundada em 1962, uma caixa económica. Em Guiné-Bissau só operavam o BNU (o único banco comercial), o BFN e a Caixa Económica Postal (além de três caixas económicas, a Caixa de Previdência, Caixa dos Funcionários das Alfândegas e Caixa Sindical).⁵⁷ Para além do BFN, não houve mais nenhum banco entre 1960-74 a começar a sua atividade em Guiné-Bissau.

O BFN era o único banco de investimento em Cabo Verde e Guiné-Bissau durante o período colonial, mas não aceitava depósitos a prazo nestes territórios e a sua carteira comercial não detinha ações nestas duas colónias, resumindo-se a sua atividade à concessão de empréstimos. Não havia de resto depósitos a prazo naqueles dois territórios, onde o BNU era o único banco que aceitava depósitos e as caixas económicas continuavam a representar uma proporção significativa do total. O facto de o BFN e o BNU serem os únicos bancos nestas duas colónias era uma decisão consciente por parte do Governo, que acreditava que a multiplicação de bancos comerciais e de investimento seria contra procedente para o desenvolvimento económico das duas colónias. Isto tornava o BFN mais relevante pois, de facto, significava que o BFN dominava o crédito industrial, que o BNU tipicamente negligenciava.

Tudo isto contribuiu para acentuar a relevância da atuação do BFN nas colónias. A competição era aí praticamente inexistente, exceto em Angola e Moçambique, onde o BFN teria cada vez mais competidores ao longo da década de Sessenta. Não apenas o BFN não era um banco exclusivamente metropolitano, como não havia mais nenhum banco de investimento nas colónias. Os investimentos ultramarinos do BFN serão por isso objeto de particular atenção ao longo desta tese, especialmente em Angola e Moçambique, com foco em alguns mutuários individuais do BFN. A relação entre o BFN e o BNU e o Banco de Angola (os dois bancos emissores coloniais) também vai ser estudada, visto que o BFN operou frequentemente como um intermediário destes dois bancos na concessão de crédito.

⁵⁶ M. E. Mata, *op. cit.*, p. 215-216.

⁵⁷ M. E. Mata, *op. cit.*, p. 170.

Finalmente, é impossível dissociar a história do BFN do processo de eletrificação do pós-guerra encetado pelo Estado Novo e financiado pelos Planos de Fomento.

Até 1961, o financiamento dos projetos de eletrificação do Estado Novo obedeceu a um conjunto de parâmetros simples. As concessionárias de produção de hidroeletricidade praticavam níveis reduzidos de autofinanciamento (estando dependentes de capitais alheios) e distribuíam regularmente dividendos (com taxas superiores às do juro sobre empréstimos de longo prazo). Os novos investimentos eram financiados em mais de 60 % por investidores institucionais dependentes do setor público: as instituições de previdência, que financiavam as concessionárias exclusivamente através de ações e obrigações; o Fundo de Fomento Nacional e, mais tarde, o Banco de Fomento Nacional, maioritariamente através de empréstimos a longo prazo, mas também através de ações e obrigações; e a CGD. O público e os principais bancos comerciais representavam os restantes 40 % de investimento no setor, sendo o crédito externo uma proporção muito reduzida do investimento total.⁵⁸

A partir de 1961, as despesas militares restringiram as possibilidades de intervenção direta do Estado no setor industrial e na construção de novas infraestruturas. Dois bancos, a CGD e o BFN, seriam por isso chamados a desempenhar um papel ativo nessas duas áreas, através da concessão de crédito a médio e longo prazo. Com o apoio das instituições de previdência, estes dois bancos vão ser especialmente importantes na mobilização de capitais para a expansão das grandes redes, nomeadamente a rede energética.

O esforço de investimento ditado pelo II Plano de Fomento trouxe grandes perturbações financeiras às empresas hidroelétricas no período de 1961-63, que acabaram por determinar o fim do seu modelo tradicional de financiamento, anteriormente delineado, pela conjugação de dois fatores:

- O custo dos empreendimentos foi muito superior ao que havia sido previsto no II Plano (quase o dobro), tendo provocado, nalguns concessionários, situações críticas de tesouraria que impuseram o recurso transitório ao crédito a curto prazo junto da banca comercial, algo que não era previsto no Plano;
- A crise no mercado de emissões de novos títulos de rendimento fixo em 1961, as obrigações a longo prazo, pois o setor hidroelétrico estava anteriormente dependente nestas obrigações para o seu financiamento. A diferença de rendimento entre as obrigações lançadas no mercado interno e no mercado externo e a diferença de rendimento entre ações e obrigações,

⁵⁸ J. F. Ribeiro *et. al.*, *Grande indústria, banca e grupos financeiros, 1953-73*, Lisboa, *Análise Social*, Vol. XXIII, nº 99, 1987, p. 954.

desincentivavam o investimento em obrigações domésticas. Esta perturbação foi agravada pela intensa fuga de capitais deste período.

O fim do modelo tradicional de financiamento aumentou o recurso ao crédito externo (nomeadamente junto do Banco Mundial), em condições de custo e, sobretudo, de prazo, claramente desfasadas relativamente ao tempo de recuperação dos investimentos. Este facto, adicionado ao recurso ao crédito interno a curto prazo, tornaria inevitável a realização posterior de operações de consolidação por parte das empresas hidroelétricas. Todos estes fatores deram um caráter permanente à crise de 1961-63, que ditou um novo esquema de financiamento às empresas hidroelétricas.⁵⁹

O maior nível de investimento por parte da CGD e do BFN que o novo esquema de financiamento das empresas hidroelétricas exigia foi só possível graças à concessão de privilégios por parte do Governo na captação quer de remessas de emigrantes (que tinham vindo a aumentar desde meados da década de Sessenta), quer de outras fontes de poupança. Para esse efeito, o Governo limitou a abertura de novas agências pelos bancos comerciais a partir de 1969 e autorizou a prática de taxas de juro preferenciais para os depósitos a prazo realizados naquelas duas instituições.

A partir de 1967, o Banco Mundial deixou de financiar o setor hidroelétrico, pois considerava que Portugal dispunha de reservas cambiais adequadas, que tornavam possível recorrer ao mercado externo de capitais. Com o fim desse financiamento e a consolidação financeira das empresas hidroelétricas, dá-se a decisão de investir em novos centros produtores, perante o crescimento do consumo de eletricidade em Portugal e a previsão da sua aceleração nos anos seguintes.

Por isso, em 1968 dá-se a fusão das cinco principais empresas do setor da eletricidade: Hidroelétrica do Zêzere, Hidroelétrica do Cávado, Hidroelétrica do Douro, Empresa Termoelétrica Portuguesa (empresa de produção de eletricidade) e Companhia Nacional de Eletricidade (empresa de transporte de eletricidade), numa única empresa, a Companhia Portuguesa de Eletricidade (CPE). E o financiamento da CPE vai contar sobretudo com os empréstimos a médio e longo prazo da CGD e do BFN, pois as instituições de previdência deixaram de financiar o setor elétrico. Assim, a CPE não competia no mercado de capitais com os grupos financeiros e outras empresas industriais.⁶⁰

À CPE pertenciam, em 1973, catorze centrais hidroelétricas (cinco no sistema Douro, seis no sistema Cávado e três no sistema Zêzere) e duas centrais termoelétricas (Tapada do Outeiro e Carregado). Em 1971 a produção das centrais da CPE foi de 6 353 milhões de kilowatts (82 % da produção nacional), sendo 4/5 da origem hídrica e 1/5 de origem térmica. De 1969 e 1971, enquanto

⁵⁹ J. F. Ribeiro *et. al.*, *op. cit.*, p. 975-976.

⁶⁰ J. F. Ribeiro *et. al.*, *op. cit.*, p. 1010-1011.

a produção das centrais hidroelétricas se manteve estacionária, a produção das centrais termoelétricas foi multiplicada por oito. A CPE era objeto de muitos interesses. Como única empresa de produção de eletricidade (mas não de transporte), nela se encontravam reunidos todos os grandes grupos financeiros. Dela eram acionistas o Estado, os maiores bancos (incluindo o BFN, que era dela credor) e as suas companhias de seguros, bem como algumas grandes empresas industriais.⁶¹ Em 1975 a empresa seria nacionalizada e em 1976 fundida na EDP.

O setor da eletricidades, representou sempre uma parcela significativa da concessão de crédito do BFN entre 1960 e 1974. Os investimentos do BFN não estavam apenas focados no financiamento das empresas hidroelétricas e na produção de eletricidade, mas eram também direcionados ao setor de distribuição e à expansão da rede elétrica. O BFN tomava uma posição acionista em muitas destas empresas e investia também na construção de infraestruturas programada nos Planos de Fomento ao longo dos anos Sessenta.

Neste capítulo caracterizou-se os principais agentes do setor bancário, os bancos comerciais, o BFN e a CGD e o seu papel na economia portuguesa. São particularmente relevante as relações entre o “núcleo monopolista” e o BFN, especialmente entre 1969 e 1974, quando a concentração de títulos e ações neste núcleo vai aumentar cada vez mais. Houve alterações legislativas e mudanças de política monetária que acabaram por alterar estruturalmente o setor bancário, estas alterações não se desviaram do padrão europeu deste período. No próximo capítulo, delinear-se-á mais exaustivamente que investimentos o BFN realizou no setor de eletricidade, em que empresas e as suas variações de montante de ano para ano. Também vai-se estudar os investimentos realizados pelo BFN no âmbito do II Plano de Fomento.

Tendo analisado o contexto económico e financeiro de Portugal entre 1950 e 1974, com especial destaque para o processo de industrialização tardia e a configuração do sistema bancário nacional, importa agora recuar no tempo e focar, com maior detalhe, o período de 1960 a 1963, crucial para compreender os primeiros passos de um movimento que, embora inserido num quadro estrutural mais vasto, apresenta dinâmicas próprias. O próximo capítulo centrar-se-á, assim, na origem e consolidação das principais transformações verificadas nesse triénio, considerando os elementos que contribuiriam para a redefinição progressiva da política económica, bem como o papel das instituições emergentes no reforço do modelo em construção.

⁶¹ M. B. Martins, *Sociedades e grupos em Portugal*, Estampa, 1975, p. 75-76.

3. 1960-1963: DA ORIGEM À CONSOLIDAÇÃO

3.1 A CRIAÇÃO DO BFN E OS PRIMEIROS DESAFIOS

Neste capítulo a fundação do BFN será estudada começando por uma análise da constituição e dos estatutos do BFN, onde estão enunciadas as intenções originais desta instituição. A estrutura acionista do BFN não vai sofrer grandes alterações até 1972, por isso é relevante estudar a sua composição original, bem como as origens do seu capital, proveniente de fontes públicas e privadas. A evolução da carteira comercial (empréstimos diretos, garantias e participações financeiras) de 1960 até 1963 será o foco de grande parte deste capítulo, em especial que setores económicos receberam maiores montantes de financiamento. O papel do BFN no financiamento do II Plano de Fomento também é especialmente relevante. O capítulo termina com o estudo do caso da CCUP, um mutuário angolano.

O aproveitamento por Portugal da ajuda americana à Europa (o Plano Marshall), dera origem ao estabelecimento de uma organização parabancária, o Fundo de Fomento Nacional (FFN), incumbido de assegurar a gestão dessa ajuda. Após o Plano Marshall, o FFN assumiu funções relacionadas com a política geral de desenvolvimento económico, sendo predominantemente um instituto de financiamentos públicos dirigidos, na sua maior parte, a empreendimentos incluídos no I Plano de Fomento.

Foi a partir do FFN que se criou o BFN, com o objetivo de satisfazer de forma mais consistente as necessidades de crédito a médio e longo prazo geradas pelo processo de industrialização.⁶² A criação de um Banco de Fomento Nacional estava a ser debatido dentro do Governo pelo menos desde 1953 e em 1956 já havia um rascunho da futura constituição do Banco, apesar de ainda ser bastante diferente do que acabaria por ser promulgado.⁶³ O FFN enviara então um parecer sobre um destes rascunhos, delineando o texto da constituição e o que devia ser deixado para os futuros estatutos, solicitando um plano concreto para a transição dos funcionários do FFN e para a utilização dos recursos do Fundo dentro da estrutura acionista do BFN. A constituição do Banco, por iniciativa do governo, através do Decreto-Lei nº 41 957, só viria a ocorrer em 1958, tendo a sua atividade iniciado em 1960. Os estatutos do Banco foram aprovados em 1959, em Despacho do Conselho de Ministros, de 3 de agosto, como previsto no Decreto-Lei nº 41 957, e só seriam substituídos em 1972, pelo Decreto-Lei 323/72.

⁶² N. Valério e A. Tomás, *Estudos de história empresarial de Portugal: banca*, Lisboa, GHES - Documento de Trabalho / Working Paper, 2021, p. 13.

⁶³ *Criação do Banco de Fomento Nacional*, Lisboa, 1953.

A estrutura de governança do Banco ficou definida pelos respetivos estatutos. Algo que distinguia o banco de outras empresas públicas (como a CGD) é que os membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal não eram escolhidos pelo Estado. O Conselho de Administração era composto por sete membros (art.º 66 dos estatutos), dos quais o governo escolhia apenas dois (sendo um indicado pelo Banco de Portugal): o Governador (que também fazia parte do Conselho de Administração e era o seu presidente) e um dos dois Vice-Governadores. O outro Vice-governador era nomeado pelo Conselho. Dois membros do Conselho de Administração eram eleitos pelos dois bancos emissores ultramarinos (o Banco de Angola e o Banco Nacional Ultramarino) e os outros dois membros eram eleitos pela Assembleia Geral (sem intervenção do voto do Estado que também era acionista). O Ministro das Finanças era o responsável por nomear o Governador e o Vice-Governador, e o Conselho de Ministros era responsável pela sua confirmação. O mandato do Governador era de cinco anos e o mandato dos Vice-Governadores e administradores, fossem eles eleitos ou nomeados, era de três anos, podendo ser renovados. O Conselho Fiscal era constituído por três membros, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de três anos, e que podiam servir vários mandatos. O Conselho Geral era a reunião entre o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, presidida pelo Governador. O Governador podia, extraordinariamente, convocar o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

O primeiro Governador do Banco, o Dr. Simões de Almeida, foi formalmente nomeado por Portaria de 3/08/1959 e os restantes corpos dirigentes seriam eleitos antes do início da atividade da instituição.⁶⁴ Aprovados os respetivos estatutos pelo Conselho de Ministros, em 21/07/1959, realizou-se a 4 de agosto a escritura da constituição do Banco. A 30/12/1959 foi efetuada o registo comercial do instrumento de constituição e a 4/01/1960 o BFN abriu ao público, iniciando a sua atividade comercial. Porém, só em 1 de junho e 26 de julho seguintes, respetivamente, foi possível firmar os instrumentos definitivos de integração no património do Banco dos bens afetos aos extintos Departamento de Fomento do Banco de Angola e FFN. O Governador seria exonerado a 9/07/1960, a seu pedido. O *Boletim de Informação* Vol. 1 N° 1 apenas menciona a sua exoneração e não explica o motivo.

Este era o primeiro banco de investimento em Portugal, criado por iniciativa direta do governo, mas com uma forte participação acionista de vários bancos comerciais.⁶⁵ O discurso do primeiro Governador do BFN, o Dr. João António Simões de Almeida, proferido no ato de constituição do BFN, esclarecia essa relação com os bancos comerciais:

⁶⁴ Banco de Fomento Nacional, *Boletim de Informação Vol. I N° 1*, Lisboa, junho de 1960, p. 10-11.

⁶⁵ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 10.

“Nas suas relações com os bancos comerciais e outros institutos de crédito nacionais, tem de encontrar-se terreno de bom entendimento através duma perfeita articulação das respetivas atividades. Julgo-a, aliás, antecipadamente garantida, pois os bancos, numa demonstração repetida de boa colaboração com o Governo, tomaram significativa posição acionista no Banco de Fomento e vão intervir, pelos representantes que elegerem, na vida administrativa da instituição. É, aliás, evidente que, devendo o Banco de Fomento elevar o nível de vida da atividade económica, os bancos comerciais virão a colher daí apreciáveis benefícios.”⁶⁶

Algo que distinguia o BFN dos outros bancos portugueses era o facto de não ter como objetivo expresso providenciar lucros aos seus acionistas, estando nisto limitado pelos próprios estatutos. Por não ser um banco comercial, também não sentiria a necessidade de ter uma vasta rede de agências: entre 1960 e 1967 só teve uma sede em Lisboa e uma delegação em Angola e Moçambique. O facto de ter começado a sua atividade com fundos públicos do Fundo de Fomento Nacional e do Departamento de Fomento do Banco de Angola (52,5 % dos fundos iniciais), herdando os empréstimos realizados por estas instituições (extintas no dia em que iniciou a sua atividade), bem como grande parte do pessoal do FFN, representaria uma vantagem assinalável nos primeiros anos de atividade.

O capital social inicial do Banco correspondia a 1 000 000 de contos, dividido em 1 000 000 de ações de 1 000 escudos cada uma. Uma larga maioria das ações do Banco (700 000, 70 % do total) pertenciam inicialmente ao Estado, com destaque para os fundos proveniente do FFN (450 000 ações, 45 % do total). Foram reservadas 50 000 ações (5 %) a uma instituição de crédito a indicar pelo Governo, tendo 300 000 ações (30 %) sido inicialmente subscritas por instituições de crédito. Destas, 2/3 foram assumidas pelos bancos emissores para as colónias, o BNU e o Banco de Angola, cada um dos quais passou a deter 100 000 ações, correspondendo 75 % do investimento feito pelo Banco de Angola a verbas proveniente do seu ex-Departamento de Fomento. Só 20 000 ações (2 % do total) ficaram destinadas a futura subscrição pública pelas próprias instituições de crédito (provenientes dos 30 % que estas instituições detinham, ou seja, acabaram por deter 28 % das ações). O projeto inicial era que o BFN fosse um veículo de cooperação entre o Estado e as instituições de crédito selecionadas para participarem no seu capital.

O BFN tinha assim uma clara vocação colonial. A necessidade de organizar o apoio financeiro ao desenvolvimento económico das colónias era sentida há muito tempo, registando-se desde 1930 tentativas de criação de bancos de investimento para esse efeito. No entanto, o único

⁶⁶ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 9

resultado efetivo destes esforços fora, em 1946, a criação do Departamento de Fomento do Banco de Angola. O BFN abriu a sua delegação em Luanda em 1963, acrescentando ao sistema bancário angolano um novo elemento, o banco de investimento, mas já prestava serviços com caráter transitório em Luanda e Lourenço Marques desde 1960. As restantes colónias representavam uma pequena percentagem do crédito concedido pelo BFN. O Banco ajudaria em todo o caso a dar uma maior sofisticação aos setores bancários coloniais em que estava presente e seria mais um competidor em mercados pouco competitivos. Entre 1960 e 1969 o BFN operou em regime de exclusividade em Portugal e nas colónias, era o único banco de investimento. Juntar-se-lhe-ia, em 1969, a Sociedade Financeira Portuguesa, o segundo banco de investimento, igualmente constituída sob a forma de sociedade anónima e por iniciativa pública, mas, ao contrário do BFN, o Estado não era acionista.

A subscrição pelo público das 20 000 ações reservadas para este efeito foi aberta na metrópole e nas colónias, de 3 a 5 de fevereiro de 1960, funcionando nas sedes do BFN e nas sedes e dependências dos bancos que as tinham subscrito inicialmente. A emissão foi um êxito, com 17 502 subscrições num total de 176 313 ações pedidas. O excesso de procura obrigou inclusivamente a um rateio das ações.⁶⁷

Já em novembro de 1960, o Boletim de Informação, Vol. 1, n.º 2, analisava as operações de crédito previstas nos estatutos do BFN, destacando as especificidades do crédito de médio e o longo prazo. Segundo o boletim, a distinção entre estes dois tipos de crédito baseava-se, de forma ostensiva, na natureza das aplicações de investimento previstas nos estatutos. No entanto, da análise dessas disposições, era possível inferir um critério adicional mais determinante do que a mera natureza dos empreendimentos: a sua dimensão ou, mais precisamente, a sua amplitude — característica que implicava também a duração expectável dos projetos a financiar.

Contudo, reconhecia-se que não era viável definir, de forma *a priori*, uma métrica precisa que permitisse aferir essa amplitude e, por conseguinte, classificar objetivamente o tipo de crédito adequado a cada caso. Acrescentava-se ainda que seria questionável condicionar o prazo do financiamento exclusivamente à envergadura dos projetos, dado que, em determinados casos, investimentos considerados amplos poderiam, pela sua elevada rentabilidade, gerar retorno compatível com prazos mais curtos. Esta reflexão era particularmente pertinente à luz da missão de fomento atribuída ao Banco, já que, para maximizar o alcance da sua intervenção, poderia ser

⁶⁷ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 15-16.

preferível permitir que os capitais fossem reinvestidos de forma mais célere e recorrente, multiplicando assim o impacto da sua ação no tecido económico.⁶⁸

O boletim identificava a “amplitude” e repercussão do crédito concedido pelo banco, como a principal prioridade, sendo o fator da rentabilidade remetido para segundo plano. Estava assim alinhado com os estatutos, que davam especial importância à concessão de crédito industrial a longo prazo, que deveriam ser privilegiados, em contraste com os restantes bancos, sempre tendo em conta o condicionalismo de que o capital próprio investido na empresa que recebia o empréstimo deveria ser no mínimo igual ao valor emprestado pelo BFN.

As verbas utilizadas pelo BFN tinham diferentes proveniências. Para além dos valores transferidos do extinto FFN, no montante de 28 614 contos, havia fundos concedidos pelas Instituições de Previdência, no montante global de 176 722 contos, e crédito concedido pelo Banco de Portugal, no montante de 143 500 contos. Estava legalmente previsto que, entre os recursos a utilizar no financiamento das suas operações, os bancos de investimento recebessem do Estado, em condições acordadas com o Ministério das Finanças, empréstimos provenientes do produto da emissão de obrigações da dívida pública e de promissórias de fomento nacional. Entre 1960 e 1974, o BFN ficaria responsável por aplicar parte dos recursos provindos da emissão de promissórias de fomento nacional através do financiamento de projetos incluídos nos planos de fomento.

O seguinte excerto do *Boletim Interno* refere, a propósito de um empréstimo do Estado ao BFN, precisamente este propósito: “Do produto da emissão, 350 mil contos destinam-se a facultar empréstimos do Tesouro da metrópole aos Governos-Gerais das províncias de Angola e Moçambique, para financiamento de empreendimentos integrados no II Plano de Fomento. Os restantes 150 mil contos constituirão objeto de empréstimo a conceder pelo Estado ao Banco de Fomento Nacional que deverá utilizá-lo para o financiamento de investimentos do setor privado e das autarquias locais, nas duas províncias referidas. Os investimentos privados deverão orientar-se para o setor agropecuário, para o setor elétrico e para a instalação, ampliação ou reapetrechamento de indústrias que aproveitem matérias-primas locais.”⁶⁹

O primeiro ano de atividade (1960) registou em todo o caso um grande número de pedidos de concessão de crédito vindos do setor privado, excedendo a capacidade de resposta dos serviços do Banco, que se viram obrigados a remeter parte deles para os anos seguintes. Este seria aliás o ano com o maior número de pedidos de crédito ao Banco durante o período em estudo (1960-74). Em 1961, 1962 e 1963 haveria uma diminuição gradual do número de pedidos, mas, mesmo assim, o

⁶⁸ Banco de Fomento Nacional, *Boletim de Informação Vol. I N° 2*, Lisboa, novembro de 1960, p. 3-4.

⁶⁹ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 15.

BFN demonstrar-se-ia incapaz de responder a todos até 1962. Mesmo entre os pedidos de empréstimo que eram aceites, muitas vezes as empresas credoras demoravam algum tempo a executá-los: podiam formalizar o empréstimo em 1961, mas só executá-lo em 1962, algo que estava largamente fora do controlo do banco.

Durante o primeiro ano de atividade, a grande maioria das solicitações de crédito foi apresentada pelo setor privado: mil e vinte cinco pedidos, no valor total de 3 537 623 contos; os restantes pedidos estavam ligados ao financiamento de autarquias ultramarinas, ao abrigo do estipulado nos Estatutos, ainda que grande parte do crédito tivesse sido concedido na metrópole. O crédito concedido ao setor público distribuía-se fundamentalmente entre autarquias ultramarinas, destinado sobretudo à construção de infraestruturas ou serviços públicos essenciais, e empresas públicas metropolitanas. Entre os pedidos feitos ao BFN, cinquenta e dois foram apresentados sem indicação da quantia pretendida, algo que não voltaria a acontecer nos anos seguintes. Dos seis pedidos de aval apresentados em 1960, cinco, no valor de 486 552 contos, foram apresentados por empresas do setor das indústrias transformadoras e um, de 90 000 contos, por uma empresa do setor dos transportes (ver Tabela II do Anexo A).

Um grande número de pedidos começou a afluir ao Banco ainda antes do início de atividade, continuando a partir dessa altura, o que contribuiu para que no fim do primeiro trimestre o valor global das solicitações atingisse a ordem dos 2 000 000 de contos, ou seja mais de 50 % do total anual e cerca do dobro do capital inicial do BFN. Nestas condições, era praticamente impossível o Banco atender a todos estes pedidos de imediato. A partir de abril de 1960 notou-se no entanto uma diminuição apreciável do número e do valor dos pedidos entrados. Dos pedidos de financiamento apresentados ao Banco até ao fim de 1960, 68 % diziam respeito a projetos metropolitanos e 32 % a projetos coloniais. Em valor, os totais para a metrópole e para as colónias atingiram, respetivamente, cerca de 2 129 000 contos e de 1 507 000 contos.⁷⁰

A maior parte do crédito a médio prazo concedido pelo BFN destinou-se, como já destacamos ao setor de “Eletricidade e outros setores”, algo que será analisado em maior profundidade mais adiante.⁷¹

Das operações aprovadas para empreendimentos na metrópole no primeiro ano de atividade do BFN, o financiamento de uma delas (80 000 contos) foi diferido para 1961. Não considerando no total aprovado esta operação cujo financiamento foi diferido para 1961, verifica-se que o valor dos

⁷⁰ Banco de Fomento Nacional, *Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal. Exercício de 1960*, Lisboa, 1961, p. 25.

⁷¹ Banco de Fomento Nacional, *Boletim de Informação Vol. II N°3*, Lisboa, outubro de 1961, p. 23.

empréstimos realizados em 1960 correspondia acerca de 88 % do montante das operações aprovadas pela Administração, tendo sido os restantes 12 % realizados em 1961. Houve operações parcialmente realizadas em 1960 e parcialmente em 1961, sendo 12 % o montante realizado em 1961 que já tinha sido aprovado em 1960.⁷² A realização dos empréstimos coloniais foi mais complicado do que a realização dos empréstimos metropolitanos, visto que o BFN tinha ainda uma presença escassa nas colónias, sendo que boa parte do montante aprovado para as colónias em 1960 só foi realizado em 1961.

Dentro da importância global das operações da garantia aprovadas, foi realizado, em 1960, o montante de 159 543 contos, que representa cerca de 40 % do valor aprovado, sendo os restantes 60 % realizados em 1961 (Tabela II, Anexo A).⁷³ Em 1960 foram aprovadas poucas operações de garantia, mas de volume significativo. Nos anos seguintes o número de aprovações aumentaria. As operações de garantia do BFN estiveram sempre exclusivamente relacionadas com a obtenção de crédito externo, tendo o BFN sido, desde o seu primeiro ano de atividade, um intermediário fundamental a esse nível. O montante aprovado das operações de garantia era realizado na totalidade em todos os casos e servia como compartição dum empréstimo realizado pelo um banco estrangeiro.

Em 1961 o BFN já tinha uma presença significativa nas colónias, especialmente em Angola, como destacava o *Boletim de Informação Vol. II N° 3* em outubro desse ano: “No que respeita a Angola, o grupo de técnicos que aí permaneceu quase três meses pôde mesmo contar com o auxílio prestado pelo Senhor Ministro do Ultramar durante a sua visita a esta província. Tais ajudas permitiram ao Banco formular regras de actuação quanto ao financiamento de empreendimentos projectados e bem assim estudar e concluir diversas operações, nomeadamente empréstimos à Caixa de Crédito Agro-Pecuário (40 000 contos), ao Fundo de Apoio às Indústrias de Pesca (15 000 contos), à Caixa Económica Postal (40 000 contos) e aos Correios, Telégrafos e Telefones (22 000 contos).”⁷⁴ No seu segundo ano de atividade, o banco podia contar com a assistência direta de ministros do Governo em Angola, antes sequer de ter uma delegação no território, permitindo-lhe, entre outras coisas, financiar a aquisição e montagem de material de telecomunicações pelos CTT. O BFN autorizaria, nos primeiros nove meses de 1961, operações de financiamento no total de 639 000 contos nas colónias, tendo o volume de operações aprovadas em Angola atingido 494 000 contos (77,3 % do montante total).⁷⁵

⁷² Banco de Fomento Nacional, *Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal. Exercício de 1960*, Lisboa, 1961, p. 29.

⁷³ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 31.

⁷⁴ Banco de Fomento Nacional, *Boletim de Informação Vol. II N°3*, Lisboa, outubro de 1961, p. 3.

⁷⁵ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 3.

A estrutura de concessão de crédito manteve-se praticamente inalterada em relação ao ano anterior. A maioria dos pedidos de operações de financiamento foi apresentada pelo setor privado (quinhentos e trinta e um, na importância de 2 126 204 contos), sendo os restantes efetuados por autarquias ultramarinas e outras entidades do setor público (Tabela II). Em relação a 1960 houve uma diminuição de cerca de 1 000 000 contos no valor total dos pedidos, originada por uma redução sensível em diferentes setores da metrópole. No que respeita à distribuição regional, couberam à metrópole trezentos e nove pedidos, no valor de 1 038 073 contos, e nas colónias duzentos e quarenta e três, no montante de 1 671 016 contos (Angola: noventa e sete, 872 734 contos; Moçambique: cento e vinte e cinco, 760 924 contos; outras regiões: vinte e um, 37 358 contos).⁷⁶ O montante total dos pedidos de financiamento das colónias em 1961 foi assim maior do que o montante total da metrópole. Isto refletia-se no montante total de aprovações de operações de financiamento, que também foi maior nas colónias do que na metrópole. Esta situação repetir-se-ia em 1962, mas não voltaria a acontecer nos anos seguintes.

Embora a maior experiência e a melhor sistematização dos métodos de trabalho dos serviços tivessem permitido acelerar a apreciação dos pedidos apresentados, conduzindo a um aumento do número de aprovações, o Conselho de Administração do BFN acreditava que ainda não tinha sido atingido o ritmo desejado no exercício de 1961.⁷⁷ Muitos pedidos ainda estavam insuficientemente instruídos e outros não se enquadravam no condicionalismo estatutário do Banco. Por outro lado, vários pedidos do setor agrícola transitaram para a Junta de Colonização Interna ou para a Caixa de Crédito Agro-Pecuário de Angola, ao abrigo dos acordos do Banco com estas entidades. O BFN raramente concedia empréstimos diretos ao setor agrícola, usando aquelas duas instituições como intermediárias, já que o seu objetivo principal era apoiar o setor industrial.

No que diz respeito ao ativo e passivo do FFN, o Banco procedeu à cobrança dos primeiros e, à medida que se venciam as respetivas prestações de capital, à liquidação das prestações vencidas do segundo, beneficiando do saldo favorável daí resultante. Em 1961, o património do extinto Fundo facultou recursos no montante de 49 222 contos.

O BFN dispôs ainda de 167 452 contos provindos do crédito externo. Nos anos seguintes este seria um recurso cada vez mais importante para obter fundos necessários às suas operações de crédito. Logo em 1962, a crescente necessidade de recurso ao crédito externo por parte do setor privado determinou uma mais intensa participação do Banco neste tipo de operações. Para além dos

⁷⁶ Banco de Fomento Nacional, *Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal. Exercício de 1961*, Lisboa, 1962, p. 17.

⁷⁷ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 17-18.

contatos que, por iniciativa própria, levou a efeito em mercados estrangeiros, o Banco prestou a diversas empresas garantias bancárias indispensáveis à concretização de operações de crédito externo, concedeu-lhes créditos como adiantamento de financiamentos exteriores em negociação e interveio diretamente, a pedido das empresas, na condução de algumas dessas operações.⁷⁸

Os financiamentos aprovados em 1962 destinaram-se primordialmente à metrópole (no valor total de 783 366 contos, seguindo-se Angola (300 000 contos) e Moçambique (30 340 contos). Cerca de 96 % dos financiamentos aprovados, destinaram-se diretamente ao setor privado, tendo sido especialmente beneficiados os setores da eletricidade e das indústrias transformadoras (Tabela II).⁷⁹

Durante o exercício de 1962, no que toca a pedidos de empréstimo direto, cento e cinquenta e três vieram da metrópole, na importância de 587 817 contos, e cento e sessenta e quatro das colónias, no montante de 1 181 294 contos (Angola: setenta e quatro, 467 143 contos; Moçambique: setenta e seis, 656 563 contos; outras colónias: treze, 57 588 contos).⁸⁰ Apesar de o BFN receber pedidos de empréstimos de outras colónias que não Angola e Moçambique, nenhum deles seria aprovado. Seriam aprovados cinquenta e oito operações de empréstimo direto para a metrópole (444 060 contos) e vinte e quatro para as colónias (114 940 contos). Os empréstimos para utilização nas colónias destinaram-se a Angola (dezassete operações no valor de 84 600 contos) e a Moçambique (sete operações no montante de 30 340 contos).⁸¹

O BFN recebeu, também em 1962, dez pedidos de garantia provenientes da metrópole (381 740 contos), dos quais dois, no valor de 23 300 contos, respeitantes à agricultura, silvicultura e pecuária, sete, no valor de 353 440 contos, às indústrias transformadoras e um, no valor de 5 000 contos, à eletricidade; três vindos de Angola (6 600 contos) distribuídos, respetivamente, pelos setores da agricultura, silvicultura e pecuária (100 contos), indústrias transformadoras (5 000 contos) e construção e obras públicas (1 500 contos); e um de Moçambique (143 000 contos), relativo ao setor da construção e obras públicas.⁸² Seriam aprovadas seis das operações de garantia destinadas à metrópole, (no montante total de 42 888 contos distribuídos pelos setores das indústrias transformadoras (e da eletricidade), e, cinco, no valor de 293 744 contos, a Angola, respeitantes ao setor da construção e obras públicas (Tabela II).⁸³ As aprovações incidiram principalmente sobre

⁷⁸ Banco de Fomento Nacional, *Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal. Exercício de 1962*, Lisboa, 1963, p. 9.

⁷⁹ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 13.

⁸⁰ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 14. Moçambique teve neste ano um número excecional de pedidos comparativamente a Angola, que, entre 1964 e 74, asseguraria a maioria dos pedidos (e montantes) no que toca às colónias.

⁸¹ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 17.

⁸² Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 15.

⁸³ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 19.

pedidos que possuíam características prioritárias segundo os critérios do Banco. Abrangidos nestes critérios estavam empreendimentos incluídos no II Plano de Fomento, bem como empreendimentos já em execução. Por outro lado, havia vários pedidos de empresas já mutuárias, ou porque se propunham a novos investimentos ou porque, através de estudos efetuados pelo Banco, se verificou necessitarem de medidas de saneamento financeiro, ou ainda por desenvolverem atividades com repercussão favorável na balança de pagamentos.⁸⁴

Em 1962, o Banco aprovou cinquenta e oito operações de empréstimo direto para a metrópole (444 060 contos) e vinte e quatro para as colónias (114 940 contos). Os empréstimos para utilização nas colónias destinaram-se a Angola (dezassete operações no valor de 84 600 contos) e a Moçambique (sete operações no montante de 30 340 contos).⁸⁵

Para além da concessão de crédito, o Banco também realizava tomadas de capital, tal como estava previsto nos seus estatutos. No exercício de 1962, foi aprovada a participação total de 36 653 contos no aumento de capital de duas empresas da metrópole do setor da eletricidade, e a subscrição de 3 430 contos de obrigações emitidas por duas empresas metropolitanas do setor dos transportes. O Banco colaborou, ainda, na colocação de ações emitidas por duas empresas da metrópole. Também foi aprovada a subscrição de 75 000 contos de obrigações de uma empresa colonial do setor da eletricidade.⁸⁶ A documentação é omissa quando ao nome das empresas, especificando só o respetivo setor.

Seis das operações de garantia aprovadas em 1962, no montante de 42 888 contos, eram destinadas à metrópole, distribuindo-se pelos setores das indústrias transformadoras (cinco, 28 388 contos) e da eletricidade (um, 14 500 contos), e, cinco, no valor de 293 744 contos, a Angola, todas respeitantes ao setor da construção e obras públicas (Tabela II).⁸⁷

O Estado concedeu ao Banco, mediante contratos celebrados em 29 de junho e 10 de setembro de 1962, dois novos empréstimos (possibilitados através da emissão de obrigações da dívida pública) num montante global de 10 500 000 dólares (300 300 contos).⁸⁸ O valor é denominado em dólares pois foi uma emissão de obrigações realizada no estrangeiro, ou seja, o BFN foi financiado através de crédito externo. No decurso de 1962 registaram-se igualmente reembolsos de financiamentos do Banco, num total de 17 909 contos, que foram reinvestidos em operações de

⁸⁴ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 16.

⁸⁵ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 17.

⁸⁶ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 18.

⁸⁷ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 19.

⁸⁸ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 24.

empréstimo.⁸⁹ Este foi assim o primeiro ano em que houve reembolsos de financiamento significativos, devido à natureza das operações do BFN, necessariamente de longo prazo. Estes aumentariam ao longo dos anos, enquanto as operações de crédito do Banco se expandiam, até se tornarem uma fonte substancial de recursos, diversificando os meios financeiros à disposição do BFN.

O seguinte excerto é um discurso proferido pelo novo Governador do BFN, Paulo de Serpa Pinto, no ato da posse do Governador e Vice-Governador do BFN, em 26/04/1962:

“Será nossa intenção seguir o caminho traçado, tendo, no entanto, sempre bem presente que, sendo o Banco de Fomento o intermediário entre os que necessitam de financiamentos e os que têm capital disponível, a sua ação será tanto mais valiosa quanto melhor estudados forem os projetos das novas iniciativas e maior for o apoio financeiro que venha a ser obtido. Por isso se procurará intensificar a sua ação junto do mercado de capitais e dos empresários, tanto mais que julgamos haver ainda em Portugal disponibilidades de capital a aproveitar e empresários qualificados sem os meios financeiros que necessitam. Tal tarefa, que terá de ser efetuada de acordo com a superior orientação do Governo, exigirá um perfeito sincronismo de ação com os variados setores da atividade nacional que se ocupam das finanças, da economia, do trabalho e da técnica.”⁹⁰

Com estas palavras, Serpa Pinto deixava clara a missão estratégica do Banco de Fomento Nacional: posicionar-se como elo de ligação entre o mercado de capitais e os empresários portugueses, servindo de catalisador do investimento produtivo. Um dos principais propósitos do BFN era, assim, captar a liquidez disponível no mercado nacional — nomeadamente através da emissão de obrigações — e canalizá-la para projetos estruturantes, sejam eles industriais ou de infraestrutura, por via de empréstimos diretos ou da participação no capital de empresas consideradas estratégicas. A intervenção do novo Governador refletia, igualmente, uma orientação política alinhada com a necessidade de articulação com os diversos setores do Estado, reforçando o papel do Banco como instrumento de política económica concertada. A par desta dimensão política da gestão do BFN, destacava-se a importância concedida pelos seus quadros à necessidade de estudar os

⁸⁹ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 25.

⁹⁰ Banco de Fomento Nacional, *Boletim de Informação N.º 4*, Lisboa, junho de 1962, p. 3. Antes de ser governador do BFN, Paulo de Serpa Pinto Marques fora presidente do Conselho de Administração da Hidroelétrica do Douro durante cerca de dez anos (empresa com que o BFN colaborou em várias instâncias). Presidiu à conceção das três barragens do Douro Internacional, assistiu à conclusão das duas primeiras, Picote e Miranda do Douro, e ao lançamento da barragem de Bemposta (as barragens de Miranda do Douro e de Bemposta estavam previstas no II Plano de Fomento)

projetos a financiar, repetidamente reiterada nos boletins internos. A cooperação estreita com os empresários a quem o banco concedia crédito era outro objetivo essencial, assinalado num discurso do Governador na Assembleia Geral, em 31 de maio de 1963:

“Neste momento, algumas empresas já estão a beneficiar das soluções estudadas pelos Serviços do Banco de Fomento Nacional, as quais tiveram em conta os diversos aspectos dos seus complexos problemas, desde o social à reprodutividade dos investimentos, sem esquecer o seu indispensável enquadramento no campo das actividades económicas nacionais. Desta maneira foi possível manter em actividade útil algumas empresas que, de outro modo, já teriam encerrado a sua actividade. Estes resultados, além da satisfação que nos dão, parecem justificar a acção iniciada e encorajam-nos a prosseguir.”⁹¹

O discurso ilustrava a relevância do papel que os Serviços do BFN tinham junto das empresas mutuárias, através da concessão de crédito, mas também dos estudos realizados pelos Serviços do BFN. Exemplos destes estudos são “Energia em Portugal e Suas Perspectivas” de Célia P. Henriques, “Investimentos em Portugal” e da coleção “Estudos”: “A Indústria Portuguesa de Calçado. Estrutura, evolução económica recente e problemas de reorganização” e “Indústrias Têxteis e Confeções”. Todas estas obras serão estudadas mais à frente. O BFN chamava a si responsabilidades pelo conjunto das actividades económicas nacionais, demonstrando a ambição de expandir a assistência providenciada pelo Banco a mais empresas. Havia uma preocupação especial em diagnosticar crises setoriais e, se possível, contribuir para a sua solução.

⁹¹ Banco de Fomento Nacional, *Boletim de Informação* N.º 5, Lisboa, junho de 1963, p. 3.

3.2 O FINANCIAMENTO DO II PLANO DE FOMENTO

Uma das tarefas prioritárias do BFN era assegurar o financiamento do II Plano de Fomento. As principais fontes de financiamento do II Plano de Fomento previstas na metrópole, em 1960, eram as seguintes: Bancos comerciais e entidades particulares 26,9 %; Orçamento Geral do Estado 21,9 %; autofinanciamento privado 20,2 %; Instituições de previdência 10,7 %; e o BFN 8,0 %. Só estas cinco fontes de financiamento asseguraram 87,7 % do financiamento total do Plano. A participação do BFN ficou, no entanto abaixo tanto da previsão inicial (636 000 contos, 12,5 % do total) como da previsão ajustada (553 500 contos), não tendo ultrapassado os 307 436 contos (8%).⁹² O financiamento concedido correspondeu a 48 % do que fora inicialmente previsto e 56 % em relação à previsão ajustada. A contribuição do BFN para o II Plano de Fomento ficou de resto abaixo do que estava previsto no total do período 1960-62: cerca de 92 % da verba prevista em 1961-62, 73 % em 1961 e 129 % em 1962.⁹³ O BFN contribuiu assim com apenas 7,5 % do total financiado neste período. No entanto, importa salientar que a contribuição das outras fontes financiadoras também ficou abaixo do previsto durante todo o período de execução do II Plano de Fomento, assinalado por sucessivos ajustes anuais. Muitos projetos nunca chegaram a ser executados ou sofreram de atrasos na execução. Duas das principais razões destes atrasos eram a falta de material de construção, especialmente relevante na construção de infraestruturas e instalações industriais, e a falta de mão de obra, que acabaria por ser resolvida em todos os projetos, mas que podia levar a atrasos de vários meses.

O financiamento concedido entre 1959 e 1962, pelo FFN e pelo BFN, no quadro do II Plano de Fomento, distribuiu-se da seguinte forma: 472 939 contos foram para a pesca, indústrias extrativas e transformadoras (280 000 dos quais foram devotados a indústrias-base); 751 320 contos para o setor da eletricidade; e 101 000 contos para o setor de transportes e comunicações.⁹⁴ No que diz respeito à indústria, ao longo desse período as indústrias pesadas receberam 70 000 contos e as indústrias ligeiras 210 239 contos do financiamento total. Desses 280 239 contos, o BFN contribuiu com 182 939 contos, os bancos comerciais e outras entidades particulares com 90 000 contos, tendo 7 300 contos sido assegurados através do crédito externo. Ou seja, apesar de todas as limitações, o BFN assegurou 65,3 % do financiamento dos empreendimentos industriais realizados nos primeiros três anos do II Plano de Fomento.⁹⁵

⁹² Banco de Fomento Nacional, *Boletim de Informação Vol. II N° 3*, Lisboa, outubro de 1961, p. 33.

⁹³ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 14.

⁹⁴ Presidência do Conselho Secretariado Técnico, “Considerações gerais e contribuições das fontes de financiamento”. Em *Relatório Preparatório do Plano de Investimentos para 1965-1967*, março de 1964, p. 40.

⁹⁵ Presidência do Conselho Secretariado Técnico, “Os termos da execução dos empreendimentos inscritos”. Em *Relatório Preparatório do Plano de Investimentos para 1965-1967*, março de 1964, p. 123.

Entre as indústrias que beneficiaram de financiamentos do BFN no quadro de programas anuais do II Plano de Fomento destacaram-se: as indústrias básicas de materiais não ferrosos (Companhia Portuguesa de Fornos Elétricos), 24 945 contos; a indústria da madeira (Fábrica Mendes Godinho), 20 000 contos, e a indústria de construção de máquinas (Messa - Máquinas de escrever), 13 000 contos. Todo o financiamento destinado à reorganização industrial efetuado no período de 1959-1962 (10 000 contos) foi concedido pelo BFN, tendo sido canalizado para a indústria de cordoarias têxteis e metálicas. Para a realização dos investimentos levados a cabo no setor da produção da eletricidade, em 1959-1962, contribuíram o FFN 125 000 contos e o BFN 531 320 contos. No total, em 1959-1962 foram canalizados 2 090 688 contos para este setor, o que significa que o FFN e o BFN asseguraram 31,4 % do total. O maior financiador deste setor foram no entanto as instituições de previdência que contribuíram com 796 620 contos (38 %), tendo o FFN/BFN sido o segundo maior financiador.⁹⁶

No setor do transporte da eletricidade, nos empreendimentos em linhas e subestações, o BFN contribuiu com 95 000 contos. em 1959-62, correspondentes a 30% do total.⁹⁷ No financiamento da construção de 13 navios para as principais empresas armadoras portuguesas, o FFN contribuiu com 100 000 contos e o BFN com 100 000 contos, entre 1959 e 1962, num total de 1 272 298 contos.⁹⁸

O volume concessão de crédito do BFN aumentaria significativamente em 1963. Se em 1962 concedera apenas 48 % do crédito previsto, no ano seguinte acabou por conceder quase três vezes mais (508 025 contos) do que dispunha o seu programa financeiro (175 000 contos), devido à necessidade de substituir outras fontes de financiamento (principalmente bancos comerciais) ou de antecipar alguns empréstimos já aprovados, nomeadamente no setor da eletricidade, que beneficiou de quase 80% (415 000 contos) dos fundos atribuídos durante esse ano no âmbito do II Plano de Fomento (508 025 contos).⁹⁹

Tratava-se de uma situação excecional, uma vez que nos restantes anos do II Plano de Fomento o BFN (tal como as restantes fontes de financiamento) nunca cumpriria o financiamento previsto. Os empréstimos concedidos pelo BFN no âmbito do II Plano de Fomento eram analisados pelos mesmos departamentos e seguiam os mesmos canais que os restantes pedidos de crédito, mas acabavam por ter prioridade ao nível da aprovação. No entanto, entre o momento em que o crédito era aprovado pelo BFN e a sua realização podia haver atrasos de vários meses, cujas causas já foram

⁹⁶ Presidência do Conselho Secretariado Técnico, *op. cit.*, p. 144.

⁹⁷ Presidência do Conselho Secretariado Técnico, *op. cit.*, p. 153-154.

⁹⁸ Presidência do Conselho Secretariado Técnico, *op. cit.*, p. 169-170.

⁹⁹ Banco de Fomento Nacional, *Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal. Exercício de 1963*, Lisboa, 1964, p. 9-10.

referidas acima, que impediam a aprovação de novos empréstimos e não permitiam que as metas do financiamento previsto no II Plano de Fomento fossem cumpridas.

Para o montante dos financiamentos em curso em 1963, que inclui o valor agregado dos empréstimos concedidos, participações financeiras e operações de garantia, contribuíram cento e quarenta e quatro operações transitadas do extinto FFN, cujo valor se encontrava reduzido a 2 916 531 contos; cento e treze operações facultadas pelo também extinto Departamento de Fomento do Banco de Angola, cujo valor era de 335 945 contos; e duzentas e quarenta e nove operações, no valor de 2 906 332 contos, efetuadas diretamente pelo Banco. Os montantes de crédito transitados do FFN ainda eram, no quarto ano de atividade do BFN, superiores ao crédito concedido pelo próprio BFN. Este elemento de continuidade sugere que as decisões relacionadas com o crédito industrial ou a infraestruturas tinham uma repercussão duradoura e que condicionavam a margem de decisão do BFN. Na década de Setenta teria uma maior margem de decisão também, em parte, porque já tinha uma base de recursos suficiente para não estar dependente de empréstimos de outras instituições de crédito, diminuindo o seu papel enquanto intermediário de crédito nas colónias. A distribuição geográfica dos financiamentos vigentes em 31/12/1963 assinala que das quinhentas e seis operações, no valor de 6 158 808 contos, duzentas e setenta e cinco, no valor de 4 403 829 contos, diziam respeito à metrópole e duzentas e trinta e um, no valor de 1 754 970 contos, às colónias. Quanto a estes últimos, era dominante a posição de Angola, com cento e setenta e seis operações e 1 202 261 contos.¹⁰⁰

Cento e cinquenta e sete pedidos de crédito vieram do setor privado em 1963, no montante total de 1 409 339 contos. No total houve 169 pedidos de crédito. No que respeita à distribuição regional, couberam à metrópole sessenta e oito pedidos, no valor de 838 904 contos, a Angola cinquenta e três, no valor de 190 495 contos, a Moçambique quarenta, no valor de 400 890 contos, e às restantes colónias oito, no valor de 27 750 contos. Na repartição por setores, o maior número de pedidos provieram do setor da eletricidade e das indústrias transformadoras na metrópole e à construção e obras públicas nas colónias (Tabela II).¹⁰¹

As operações de financiamento aprovadas (incluindo participações financeiras) distribuíram-se pela metrópole, 791 043 contos, e pelas colónias, 237 826 contos, tendo sido especialmente beneficiados os seguintes setores: eletricidade, indústrias transformadoras e construção e obras públicas. Os financiamentos aprovados relativamente às colónias tiveram a seguinte repartição: 131 786 contos para Angola, 76 700 contos para Moçambique e 28 800 contos

¹⁰⁰ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 24.

¹⁰¹ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 14.

para as restantes colónias. Cerca de 95 % dos financiamentos aprovados e 95,5 % dos realizados couberam diretamente ao setor privado.¹⁰² A documentação é omissa quanto às causas para a recusa dum pedido de empréstimo e em que se setores se concentravam estas recusas.

Relativamente ao ano anterior registou-se, na metrópole e nas colónias, uma diminuição do número e montante global dos pedidos de empréstimo em quase todos os setores de atividade, com exceção do da eletricidade na metrópole, em que a um decréscimo do número de pedidos correspondeu um aumento do montante de crédito solicitado.

No total dos pedidos de garantia apresentados ao Banco, seis vieram da metrópole, no valor de 415 339 contos, dos quais cinco diziam respeito ao setor das indústrias transformadoras (315 339 contos); um para Angola, no valor de 86 460 contos, referente ao setor das indústrias extrativas; três para Moçambique, no total de 131 785 contos, sendo dois relativos à construção e obras públicas (105 025 contos) e um às indústrias transformadoras (26 760 contos). Embora o número de pedidos de garantia tenha sido ligeiramente inferior ao do ano anterior, o seu valor global aumentou (mais 100 000 contos).¹⁰³

Foram aprovadas setenta operações de empréstimo direto, vinte e seis na metrópole e quarenta e quatro nas colónias, correspondendo a 601 869 contos e a 161 317 contos, respetivamente. Todas as colónias beneficiaram em 1963 da assistência financeira do Banco, incluindo, pela primeira vez, Guiné-Bissau, Macau e S. Tomé e Príncipe (já tinham sido aprovados anteriormente empréstimos para Cabo Verde). Em Angola foram aprovadas dezoito operações e em Moçambique vinte e uma, nas restantes colónias foi aprovada só uma operação.

A contribuição do Banco para o financiamento do setor público atingiu o total de 51 329 contos, ou seja 6,7 % do valor global dos empréstimos diretos aprovados no exercício de 1963. Aquele montante destinou-se exclusivamente às colónias, com destaque para Angola, que absorveu 33,8 % do total. Os empréstimos para o setor privado somaram 711 857 contos, 93,3 % do total. Nas operações aprovadas durante o exercício predominou o médio prazo, que absorveu cerca de 48 % do número de operações e 70 % do valor total dos empréstimos diretos. Em alguns empréstimos de médio prazo (no valor de 346 667 contos) estava prevista a possibilidade de uma prorrogação, até se tornarem empréstimos de longo prazo.¹⁰⁴

A quase totalidade dos empréstimos aprovados para utilização na metrópole em 1963 diziam respeito à eletricidade (69 %) e às indústrias transformadoras (31 %). Dentro das indústrias

¹⁰² Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 13.

¹⁰³ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 15.

¹⁰⁴ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 17.

transformadoras, os setores mais beneficiados foram as metalomecânicas e o material elétrico (11 %), as químicas (10 %), as metalúrgicas (6 %) e as de alimentação e bebidas (3 %), refletindo a crescente diversificação da estrutura industrial portuguesa. Nas colónias houve uma diferente repartição das operações por setores de atividade, principalmente como reflexo da diferença de estruturas económicas. No conjunto dos empréstimos autorizados, figuram como mais significativos os respeitantes à construção e obras públicas (60 %) e às indústrias transformadoras (19 %), seguidos dos relativos à agricultura, silvicultura e pecuária (17 %). Dentro das indústrias transformadoras, e contribuindo decisivamente para o lugar que estas ocupavam no conjunto das atividades económicas financiadas, destaca-se o setor das indústrias de alimentação e bebidas (13 %). Em Angola e em Moçambique, as indústrias transformadoras e a construção e obras públicas foram predominantes dentro das operações do Banco entre 1960 e 1974.

No decorrer do exercício de 1963 foi ainda aprovada a participação do Banco no aumento de capital de duas empresas da metrópole, sendo uma do setor das indústrias metalomecânicas e de material elétrico (3 600 contos) e outra do setor da eletricidade (30 000 contos). Foi também aprovada a participação de 30 000 contos na elevação do capital de uma empresa de Angola, do setor das indústrias do papel e artigos de papel.¹⁰⁵ O BFN concedia crédito e participava diretamente em algumas destas empresas, mas a maioria das empresas em que o BFN participava não eram suas mutuárias. A grande maioria dos pedidos de participações financeiras provinham de empresas sem relação prévia com o BFN. Estas participações eram realizadas através da iniciativa do conselho de administração, sem a interferência do Governo. Vários administradores do BFN também ocupavam cargos nestas empresas, por vezes em representação do Banco, no conselho de administração. Um exemplo dum empresa em que o BFN esteve diretamente presente na administração foi a Companhia de Celulose do Ultramar Português, mas o BFN não ocupava nenhum cargo na maioria das empresas em que participava, não costumava se envolver na administração das empresas.

Dentro do total das operações de garantia aprovadas em 1963, nove dessas operações (202 259 contos) referem-se à metrópole e ao setor das indústrias transformadoras, uma (4 000 contos) a Angola e ao setor agropecuário, e uma (27 000 contos) a Moçambique e ao setor das indústrias transformadoras.¹⁰⁶

As operações de garantia foram apenas facultadas pelo Banco (não pelo FFN ou o Departamento de Fomento do Banco de Angola), distribuindo-se do seguinte modo o valor das fianças em curso no fim de 1963: 240 143 contos, correspondentes a dezasseis operações, para a

¹⁰⁵ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 18.

¹⁰⁶ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 19.

metrópole, quase todas respeitantes ao setor das indústrias transformadoras (quinze operações, 225 768 contos) e 310 172 contos, correspondentes a seis operações, para as colónias, com destaque para Angola (quatro operações, 283 668 contos, na totalidade referentes a empreitadas de obras públicas).¹⁰⁷

A intensificação dos contactos do BFN nos mercados externos levou a que fosse esta origem da maior parte dos meios financeiros utilizados no financiamento das operações ativas de crédito em 1963. Com efeito, prevendo os diplomas orgânicos do Banco que ele pudesse realizar com institutos de crédito estrangeiros ou internacionais quaisquer operações adequadas à obtenção de fundos, contratou-se com um banco norte-americano, no seguimento de negociações iniciadas em 1962, um financiamento de 5 milhões de dólares, reembolsável em 5 anos.¹⁰⁸ De igual modo, encontrando-se legal e estatutariamente prevista a emissão de obrigações a médio e a longo prazo como forma de obtenção de recursos, procedeu o BFN à sua primeira emissão de títulos de obrigação no estrangeiro, assumidos por um sindicato bancário chefiado por três bancos belgas e colocado em diversos mercados. O empréstimo tinha o montante total de 373 737 contos, a ser reembolsado durante o prazo de quinze anos e, conforme previsto no diploma de constituição do BFN, o Estado prestou-lhe o seu aval por intermédio do Ministério das Finanças.¹⁰⁹

O valor total das obrigações do Banco a 31/12/1963 era de 698 377 contos, correspondentes a 324 640 contos de saldo por amortizar das obrigações emitidas pelo extinto Departamento de Fomento do Banco de Angola, cujo serviço ficou a cargo do BFN, e 373 737 contos do empréstimo obrigacionista emitido no estrangeiro nesse ano.¹¹⁰

Outra fonte importante de financiamento dizia respeito à poupança interna. O conjunto dos depósitos a prazo (legalmente, os bancos de investimento só podiam aceitar depósitos a prazo superior a um ano) no BFN atingiu, no final do exercício de 1963, o valor de 132 860 contos. Enquanto, relativamente ao ano anterior, os depósitos de entidades públicas diminuíram de 102 500 contos, os depósitos de particulares aumentaram 4 711 contos. O Banco só podia aceitar depósitos de entidades públicas e de particulares, não podia aceitar depósitos de empresas. Em 1963, ocorreram levantamentos no montante de 75 000 contos, respeitantes a depósitos efetuados por entidades

¹⁰⁷ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 25.

¹⁰⁸ O *Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal de 1963* apenas menciona a nacionalidade dos bancos, mas não diz quais foram os bancos estrangeiros a que o BFN recorreu para se financiar, não sendo possível determinar o nome das instituições. Em relatórios de anos posteriores, é mencionada uma linha de crédito concedida pelos bancos belgas, mas não são dados mais detalhes.

¹⁰⁹ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 26.

¹¹⁰ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 49.

públicas. Os depósitos foram, como nos anos anteriores, exclusivamente efetuados na sede do Banco, pois o BFN ainda não tinha delegações ou agências na metrópole.

O Banco pôde continuar a contar com a colaboração financeira do Banco de Portugal, mantendo-se o crédito pelo mesmo concedido em nível elevado: 132 500 contos no final do exercício, tanto como o total dos depósitos a prazo. O exercício de 1963 registou ainda o início da cooperação financeira com a CGD, mediante duas operações de crédito do valor global de 100 000 contos.¹¹¹ Também os bancos emissores para as colónias reforçaram a sua colaboração. No decorrer de 1963 o Banco de Angola aumentou para 160 000 contos o limite do empréstimo em conta corrente concedido em 1960, com destino a operações de crédito em Angola. Tal limite encontrava-se no fim do ano praticamente atingido. Por sua vez, o BNU consentiu que o crédito de 100 000 contos facultado através da sua filial em Lourenço Marques fosse transitoriamente ultrapassado. Em 31/12/1963 o montante utilizado era 78 306 contos.¹¹² O BFN era um intermediário entre estes bancos emissores e os destinatários de crédito, uma vez que nem BNU nem o Banco de Angola concediam empréstimos de médio e a longo prazo.

Em 1964 deu-se um novo passo neste sentido, com a inauguração das novas instalações da Delegação da Luanda, a 4 de outubro, a par da designação do respetivo Delegado e da reestruturação dos correspondentes Serviços. Aproveitando a deslocação que para o efeito efetuou a Angola, o Governador Paulo de Serpa Pinto Marques procedeu a contactos com as autoridades oficiais e os serviços públicos de Angola, para esclarecer os principais problemas que condicionavam a atuação local do Banco. Paralelamente, percorreu a maior parte da colónia, quer para visitar empresas que beneficiavam da assistência financeira do Banco, quer para se inteirar de aspetos respeitantes a empreendimentos com solicitações de crédito pendentes de apreciação.¹¹³

O reforço da presença do BFN em Angola neste período é inseparável do desenvolvimento económico e industrial daquele território. A indústria angolana (com exceção da construção civil) representava apenas 26 % do PIB em 1960, mas em 1973 já representava 41 %. Tratava-se de um crescimento considerável, sustentado por um mercado interno em expansão (engrossado pelas tropas e famílias deslocadas com a guerra colonial). O setor transformador contribuía, em média, com cerca de 62 % do valor bruto da produção industrial durante a década de Sessenta; seguia-se o setor extrativo (32 %) e derivados de pesca (6 %). Dentro do setor transformador, a liderar estava a indústria de alimentação, com 36 % do valor bruto da produção do setor transformador, em média,

¹¹¹ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 27.

¹¹² Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 28.

¹¹³ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 30.

durante a década de Sessenta; seguia-se a indústria têxtil (32 %); bebidas (11 %); química, produtos minerais não metálicos e tabaco (5 %); derivados de petróleo e produtos metálicos (4 %); pasta de papel, papel e derivados (3 %).¹¹⁴

Mas, o processo era contraditório. A economia angolana continuava dependente de importações de bens de capital e bens intermédios, registando défices comerciais permanentes.¹¹⁵ Como destacaram Nuno Valério e Maria Paula Fontoura, a burguesia colonial angolana, apesar de cada vez mais influente, estava descontente com a política económica colonial. Entre 1966 e 1971, em média, o setor transformador apenas representava 20 % das exportações totais de Angola e o peso do setor nas exportações foi diminuindo ao longo da década de Setenta. Isto acontecia porque a economia angolana ainda se baseava essencialmente na produção e exportação de matérias-primas, estando dependente das oscilações dos preços das matérias-primas no mercado mundial. Em 1973 as exportações angolanas ainda eram dominadas por matérias-primas como o petróleo (30 %), café (27 %), diamantes (10 %), minérios de ferro (6 %), algodão (3 %) e sisal (2 %). Como destacado por Eduardo de Sousa Ferreira, apesar da aceleração da acumulação de capital, o mercado interno permanecia limitado e a tendência dominante no mercado mundial era para a desvalorização das matérias-primas agrícola, como o café e o sisal, devido à forte concorrência de vários países de descolonização recente, pretendiam adquirir capital através do comércio externo.¹¹⁶ O crescimento da produção industrial angolana, permitiu um processo de substituição de certas importações, principalmente de origem portuguesa, que, até finais dos anos Sessenta, eram indispensáveis (designadamente os produtos da indústria alimentar e ligeira, onde a industrialização foi particularmente bem-sucedida), mas com limites evidentes.¹¹⁷

A indústria ligeira, virada para o mercado interno dominava a paisagem industrial em número de trabalhadores (47,1 %) e capital investido (47,8 %), mas permanecia em segundo lugar quanto ao número de empresas (43,3 %, 46,4 % para a indústria pesada) e no valor da produção total da indústria transformadora (34,7 %, 40 % para a indústria alimentar). Os evidentes limites do processo de industrialização angolana diziam respeito tanto ao perfil de especialização produtiva daquela colónia, como à escassez de capitais necessários à superação deste impasse. Com efeito, entre 1960 e 1974, as necessidades de financiamento das empresas industriais angolanas foram sempre aumentando, devido à necessidade de importar bens de equipamento para aumentar a produtividade e

¹¹⁴ N. Valério e M. P. Fonseca, *A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial — uma tentativa de síntese*, Lisboa, Análise Social, 1994, p. 1203.

¹¹⁵ N. Valério e M. P. Fonseca, *op. cit.*, p. 1204.

¹¹⁶ E. de Sousa Ferreira, *A lógica da consolidação da economia de mercado em Angola, 1930-74*, Análise Social, 1985, Vol. XXI, nº 85, p. 93-94.

¹¹⁷ M. E. Ferreira, *Nacionalização e confisco do capital português na indústria transformadora de Angola (1975-1990)*, Análise Social, 2002, p. 60.

poder competir no mercado mundial mas o setor bancário angolano e o BFN a demonstraram-se incapazes de acompanhar essas necessidades, condicionando o ritmo de crescimento económico. Por outro lado, as disponibilidades cambiais provenientes das exportações não só eram insuficientes como se viam, muitas vezes, desviadas para pagar importações vindas da metrópole, que não exportava bens de equipamento.¹¹⁸

O crescimento do setor transformador na economia angolana refletia-se em todo o caso nas operações de crédito realizadas naquela colónia entre 1960-74, tendo sido o setor económico a receber mais investimentos do BFN, seja em termos de empréstimos diretos seja nas operações de garantia. O BFN financiava a aquisição de novo equipamento por parte de empresas angolanas, mas este financiamento tinha um impacto limitado perante as necessidades tremendas das empresas industriais.

No final de agosto de 1963, o total do crédito devido ao BFN pelos cento e sessenta mutuários presentes em Angola distribuía-se da seguinte forma: 87 000 contos foram transferidos do FFN, 316 000 contos foram transferidos do Departamento de Fomento do Banco de Angola e 726 000 contos (64 % do total) foram concedidos pelo BFN, de um total de 1 129 000 contos.¹¹⁹ Estes 1 129 000 contos correspondiam a 82,5 % do total da circulação fiduciária em Angola, em 31/12/1962, que se cifrava em 1 367 000 contos, representando 24 % do total dos meios de pagamento naquele território (4 724 000 contos).¹²⁰

Esta posição preponderante do BFN pode ser explicada em parte pelo elevado grau de concentração da atividade bancária, consequência do seu enquadramento legal. O BFN e a Caixa de Crédito Agro-Pecuário eram as únicas instituições bancárias presentes em Angola que podiam conceder empréstimos a médio e a longo prazo em 1963, mais apetecíveis para as empresas angolanas do que os oferecidos pelos bancos comerciais. O Banco também concedeu garantias bancárias no valor total de 284 000 contos, sendo um intermediário de crédito externo essencial para a economia angolana. Os empréstimos a empresas angolanas, aprovados até novembro de 1963 pelo BFN, num total de 1 116 000 contos, distribuíram-se por cinquenta e oito mutuários e tiveram o seguinte destino: Autarquias locais – 61 000 contos; Serviços públicos – 77 000 contos; Crédito industrial – 434 000 contos; Crédito agropecuário – 63 000 contos; Crédito predial – 75 000 contos; Crédito a empreiteiros e fornecedores – 112 000 contos; Operações diversas – 199 000 contos; e tomada de obrigações – 95 000 contos.¹²¹

¹¹⁸ M. E. Ferreira, *op. cit.*, p. 63.

¹¹⁹ Banco de Fomento Nacional, *Boletim de Informação N.º 6*, Lisboa, novembro de 1963, p. 5.

¹²⁰ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 5-6.

¹²¹ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 6.

O Governador Paulo Serpa Pinto, num discurso sobre a atuação do banco em Angola entre 1960 e 1963, sublinhou os constrangimentos colocados à instituição pela sua dependência de empréstimos do Estado e do Banco de Angola.¹²² Durante o período inicial da sua atividade, o BFN ainda não podia utilizar para a realização de novas operações os reembolsos de empréstimos concedidos anteriormente, nomeadamente em Angola. Entre 1969 e 1974 estes reembolsos viriam a ser uma das maiores fontes dos recursos do BFN, mas nestes primeiros anos o Banco ainda estava dependente dos empréstimos do Estado e dos bancos emissores.

Entre janeiro de 1960 e o final de 1963, nos primeiros quatro anos de atividade, o BFN efetuou financiamentos no montante de 3 927 711 contos e prestou garantias no valor global de 695 799 contos, o que representa um volume total de operações de 4 623 510 contos. Em 1960 o volume total de operações do BFN foi de 865 762 contos, em 1961 foi de 1 301 959 contos (um crescimento anual de 66,5 %), em 1962 foi de 1 369 015 contos (+ 1 %) e em 1963 foi de 1 086 774 contos (- 1,26 %).¹²³ Ou seja, apesar do volume total de operações anual do BFN aumentar entre 1960 e 1961, o seu crescimento estagnou em 1962 e 1963. O período 1960-1963 não foi um período de crescimento uniforme, tendo-se o crescimento do volume das operações concentrado nos dois primeiros anos. Tal como mencionado, houve um interesse imenso nos serviços do Banco nos dois primeiros anos, algo demonstrado tanto nos pedidos de financiamento, como nos pedidos de garantia. O crescimento dos pedidos de financiamento e garantia estagnou no entanto em 1962 e 1963, tal como o volume total das operações.

Entre 1960 e 1963, na metrópole, o setor com o maior montante de empréstimos foi o da eletricidade, que recebeu cerca de 54 % do total do montante dos empréstimos concedidos, o segundo setor foi o das indústrias transformadoras, com 36 % daquele total, mas como um número de operações largamente superior a qualquer outro setor. Esta distribuição viria a alterar-se com os anos, uma vez que em períodos posteriores a primazia pertenceria às indústrias transformadoras e o setor de eletricidade viria a representar uma pequena porção do investimento total do Banco. Nas colónias, a primazia nos primeiros anos pertenceu ao setor da construção e obras públicas, logo seguido pelos setores da eletricidade e das indústrias transformadoras. O setor da construção e obras públicas seria superado em montante das operações do Banco posteriormente, no período 1969-74, pelas indústrias transformadoras. Os financiamentos realizados através de participações financeiras representam 4 % do total nos primeiros quatro anos, 116 908 contos, dentro do total de 4 623 510 contos. Destes 116 908 contos, 81 908 foram investidos na metrópole e 35 000 nas colónias. O BFN

¹²² Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 6.

¹²³ Presidência do Conselho, *Projecto de Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967*, Lisboa, outubro de 1964, p. 78-79.

privilegiava as operações de crédito sobre as operações de capital, como é próprio de um banco de investimento.

Para terminar este capítulo, olhemos para a Companhia de Celulose do Ultramar Português (CCUP), um mutuário angolano que constitui um exemplo representativo do modo como o BFN concedia crédito para a compra de equipamentos e canalizava investimento estrangeiro para empresas coloniais através das suas operações de garantia. Apesar do elevado número de clientes que a instituição tinha naquela colónia, este é o único caso de uma empresa angolana mutuária do BFN acerca da qual foi possível encontrar documentação relevante.¹²⁴ Em 1960, haviam dado entrada no BFN seis pedidos de aval (um dos quais sem indicação de quantia), no valor global de 576 552 contos. Destes, cinco, no valor de 486 552 contos, foram apresentados por empresas do setor da indústria transformadora, sendo uma delas a CCUP. Uma das primeiras firmas industriais com capital exclusivamente português presente em Angola, a CCUP planeava, em junho de 1960, obter no estrangeiro um financiamento amortizável num período máximo de 10 anos, sem necessidade de qualquer participação acionista, mantendo-se a CCUP uma sociedade anónima de capital português e privado. Para este propósito, o BFN concedeu um aval à operação, através de fundos afetos a empréstimos concedidos anteriormente à CCUP pelo Departamento de Fomento do Banco de Angola e pelo BFN, que só haviam sido realizados parcialmente.

Anteriormente, em março de 1960, o BFN concedera um empréstimo de 75 000 contos para reembolsar empréstimos prévios obtidos pela CCUP junto de bancos comerciais para comprar equipamento, uma operação frequente. O pedido de empréstimo foi feito originalmente em janeiro de 1959 ao Departamento de Fomento do Banco de Angola, antes do BFN ter iniciado a sua atividade comercial. Um competidor da CCUP, o empresário britânico H. H. Brand, escreveria em março de 1960 uma carta ao Governador do Banco, a recomendar que o empréstimo não fosse concedido pelo BFN. Esta carta dá mais informação sobre a relação pré-existente entre o Banco e a Companhia, bem como as operações realizadas pelo BFN em Angola.

Mas em 1959 o Departamento de Fomento diminuiu drasticamente a sua concessão de crédito, pois estava à beira de ser extinto e integrado no BFN. Mesmo assim, o Departamento de Fomento já tinha concedido um empréstimo de longo prazo de 30 000 contos em fevereiro de 1958. A CCUP necessitava, porém, de um empréstimo de longo prazo e de montante superior, já que, para além da construção de imóveis, ainda precisava de adquirir equipamento. Uma vez que a lei limitava

¹²⁴ Companhia de Celulose do Ultramar Português, "*Companhia de Celulose do Ultramar Português, S. A. R. L.*" (*Catumbela-Angola*), Alto Catumbela, 1960, p. 4. ANTT, Fundo da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho Oliveira Salazar/Marcelo Caetano, cx. 141, pasta 5/A-3, nº 7.

os empréstimos do Departamento de Fomento a uma percentagem do valor dos imóveis a construir, a CCUP optou por recorrer ao BFN. Até este momento a banca comercial monopolista e o Banco de Angola haviam sido os únicos credores da empresa, na forma de empréstimos a médio prazo: do Banco de Angola, 20 000 contos e prazo de 5 anos; do Banco Espírito Santo, 5 000 contos e prazo de 5 anos; do Banco Português do Atlântico, 5 700 contos e prazo de 5 anos; e do BNU 7 000 contos. O único empréstimo a longo prazo da CCUP fora o já mencionada empréstimo de 30 000 contos do Departamento de Fomento do Banco de Angola, o que lhe levantara sucessivos problemas com fornecedores.¹²⁵

O montante original solicitado pela CCUP era 100 000 contos, mas esse valor seria reduzido para 75 000 contos após negociações, naquela que seria uma das primeiras operações do BFN em Angola. Esta operação significava um investimento significativo numa empresa que ainda não era produtiva e o BFN, para além de credor também se viria a tornar eventualmente acionista da CCUP. Na sua carta ao Governador do BFN, o empresário britânico sustentava que os 75 000 contos seriam perdidos, afirmando que a maquinaria comprada pela CCUP ainda estava nas docas, embalada em caixas, a corroer, e que se aí continuasse provavelmente ficaria completamente danificada.¹²⁶ A fábrica construída de raiz pela CCUP entraria no entanto em laboração no segundo semestre de 1960, tendo a maquinaria importada com o financiamento do BFN sido instalada pouco antes do início da laboração, permitindo à empresa realizar as suas primeiras vendas em 1961. Antes da instalação desta fábrica, a indústria de pasta de papel era praticamente inexistente em Angola, pelo que o papel do BFN enquanto banco de investimento se revelou decisivo para diversificar a estrutura industrial daquela colónia.

Concluindo, os primeiros quatro anos de atividade do Banco foram bem-sucedidos, já que o BFN cumpriu em larga medida os objetivos estabelecidos aquando da sua fundação. O Banco conseguiu estabelecer-se nas colónias, particularmente em Angola e Moçambique, os dois maiores mercados coloniais. O BFN permitiu igualmente um aumento relativo dos depósitos a prazo em relação aos depósitos à ordem dentro do sistema monetário português, fruto da sua natureza enquanto banco de investimento. Foi também um dos maiores financiadores do II Plano de Fomento, apesar de não cumprir completamente as metas previstas, dando continuidade ao financiamento realizado pelo FFN no primeiro ano de execução do plano (1959). A sua contribuição para o II Plano de Fomento aumentaria gradualmente a partir de 1960, até 1964. No final de 1963, o Banco estava numa boa

¹²⁵ Companhia de Celulose do Ultramar Português, *Angola. Companhias Coloniais. Companhia de Celulose do Ultramar Português, SARL - pedido de financiamento*, Alto Catumbela, 1959, p. 331. ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, UL-33, cx. 829, pt. 8.

¹²⁶ Companhia de Celulose do Ultramar Português, *op. cit.*, p. 34.

posição para continuar a sua atividade. Possuía uma rede de mutuários extensiva na metrópole, em Angola e em Moçambique, tinha uma carteira de ações e obrigações diversificada e possuía os quadros técnicos necessários para operar de acordo com as expectativas do Governo. A sua relação com o Governo não encontrou grandes tensões durante os primeiros quatro anos de existência. Como veremos nas próximas páginas, o período 1964-68 não seria tão pacífico, com várias crises que testariam a capacidade da administração do Banco. A relação do Governo encontraria algumas tensões esporádicas, devido a discordâncias em como lidar com algumas destas crises. Mesmo assim, as operações financeiras e de garantia realizadas pelo BFN continuariam a crescer em volume, só que a um ritmo menor do que entre 1960-63.

Concluída a fase inicial de estruturação e consolidação institucional do BFN, marcada pela sua criação formal, pelos primeiros desafios operacionais e pela integração no financiamento do II Plano de Fomento, o período subsequente (1964-1968) revela-se particularmente desafiante. A estabilidade conquistada nos anos anteriores seria, então, posta à prova perante um novo contexto económico e financeiro, no qual diversos mutuários do Banco começaram a evidenciar sinais de fragilidade. Este novo ciclo exige uma análise centrada na resposta do BFN perante o agravamento da situação de alguns dos seus principais beneficiários, bem como na forma como estas dificuldades condicionaram o seu posicionamento institucional e operacional no final da década de 1960.

4. 1964-1968: MUTUÁRIOS DO BANCO EM CRISE

O período 1964-1968 já não foi um período de expansão da atividade creditícia do BFN, como tinham sido os anos de 1960-1963. O número de pedidos de crédito e o número de aprovações não diminuí, mas a posição do crédito concedido pelo BFN também não sofre um aumento significativo ao longo destes anos. O BFN vai ter de enfrentar várias crises junto dos seus mutuários e vai-se envolver em polémicas que requereram a atenção de membros do Governo. Este capítulo começa por analisar a vida interna do Banco após a tomada de posse do novo Governador, Daniel Barbosa, bem como os principais indicadores em termos dos depósitos, emissões de títulos e concessão de crédito. Debruça-se em seguida sobre os casos específicos da Siderurgia Nacional e da Hidroelétrica do Douro, duas empresas de grandes dimensões nas quais o BFN desempenhou um papel fundamental, como credor (no caso da primeira) e/ou acionista (no caso da segunda). Depois serão analisados os casos de duas empresas de menores dimensões, respetivamente do setor extrativo e têxtil, relativamente às quais o BFN assumiria uma postura significativamente diferente. Finalmente, serão analisados alguns estudos técnicos produzidos pelos serviços do BFN.

4.1 PERSPETIVA GERAL

Em 1/10/1965, tomaria posse o novo governador Daniel Maria Vieira Barbosa, depois da morte prematura do anterior governador, Paulo de Serpa Pinto Marques, que exercera o cargo durante cerca de três anos. Professor do Instituto Superior Técnico, o Eng.º Daniel Barbosa já tinha sido membro do Governo, onde ocupara a pasta da Economia, e seria Governador do BFN entre 1965 e 1974, até ser nomeado Ministro da Indústria e Energia em 1974, no último governo liderado por Marcello Caetano.¹²⁷ A nomeação de alguém com este perfil, um dos principais porta-vozes da corrente industrialista e figura de topo das elites políticas do regime, é ilustrativa do peso e relevância do Banco de Fomento Nacional no contexto da política industrial do estado Novo.

Num discurso proferido durante a sua tomada de posse, publicado no *Boletim de Informação* Nº 10, o Ministro das Finanças aproveitaria para destacar o papel que o BFN se via chamado a desempenhar após a adesão de Portugal às instituições do sistema de Bretton Woods, nomeadamente o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento:

¹²⁷ F. Rosas, "O Daniel das Farturas: notas para um estudo da política de estabilização económica de 1947/1948" in *Ensaios de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, 1995, p. 387-407

“Dada a importância da participação de capitais estrangeiros na ação de fomento económico – de que o ingresso no Banco Mundial constitui passo significativo –, foi ainda cometida ao Banco de Fomento a função de estabelecer contacto com os principais organismos internacionais que pudessem contribuir, como fontes de crédito externo, para a promoção económica do País.”¹²⁸

Esta cooperação com o Banco Mundial e outros organismos internacionais era típica de bancos de desenvolvimento, mas no caso do BFN seria apenas esporádica e aconteceria apenas nos primeiros anos da sua atividade. Em 1977 esta cooperação seria retomada com a concessão de empréstimos diretos por parte do Banco Mundial ao BFN.¹²⁹ O Banco Mundial tendencialmente cooperava mais com bancos de desenvolvimento privados do que com bancos públicos. Tanto o Banco Mundial como o BFN financiaram o setor hidroelétrico português, quando o Banco Mundial deixou de financiar o setor, o BFN teve de cumprir algumas das suas funções dentro do esquema de financiamento do setor, anteriormente cumpridas pelo Banco Mundial.

O BFN realizara uma assembleia geral extraordinária a 15/11/1965, na qual se debateu uma nova emissão de obrigações. A proposta apresentada, uma emissão de obrigações até os 250 000 contos em parcelas, foi aprovada por unanimidade pelos acionistas. O Governo autorizaria o BFN a realizar esta emissão de obrigações, com aval do Estado, através do Decreto-Lei nº 46 663, de 23 de novembro, conforme previsto no Decreto-Lei nº 41 957. O Banco lançaria imediatamente no mercado interno uma primeira parcela de 50 000 obrigações, a dez anos, de valor nominal de 1000 escudos cada uma, com juro de taxa anual de 4 %, isento de impostos e com 36 prestações trimestrais. A primeira amortização de cada emissão fazia-se um ano depois do vencimento dos primeiros juros. Esta emissão atraiu o interesse dos investidores, devido às condições favoráveis que proporcionava, nomeadamente a taxa de juro, significativamente mais elevada do que as que eram praticadas pela banca comercial. O volume de subscrições excedeu por isso largamente o valor da emissão, o que obrigou a um rateio.¹³⁰ No fim do mês de abril de 1966, o BFN lançaria no mercado interno uma nova emissão de 50 000 obrigações do valor nominal de 1000 escudos cada uma, como parte do total de 250 000 contos já autorizado pelo governo. O pagamento da primeira das trinta e seis prestações trimestrais desta emissão começaria em 15/07/1967.¹³¹

¹²⁸ Banco de Fomento Nacional, *Boletim de Informação N° 10*, Lisboa, janeiro de 1966, p. 4.

¹²⁹ R. S. McNamara, Report and Recommendation of the President of the International Bank for Reconstruction and Development to the Executive Directors on a Proposed Loan to the Banco de Fomento Nacional with the Guarantee of the Republic of Portugal, Washington, D.C., World Bank Group, 1977.

¹³⁰ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 8.

¹³¹ Banco de Fomento Nacional, *Boletim de Informação N° 12*, Lisboa, novembro de 1966, p. 4.

No entanto, os dados expostos no Gráfico 1 do Anexo A demonstram que os fundos públicos (Empréstimos e suprimentos do Estado e recursos consignados) disponibilizados ao BFN continuaram a manter um papel preponderante, muito superior de resto ao que fora inicialmente planeado no momento da sua fundação. Apesar do progressivo crescimento das suas receitas de exploração, o Banco de Fomento Nacional continuava em grande medida dependente do apoio governamental, já que, em 1966 apenas 12 % dos seus recursos eram produto de emissões de obrigações próprias. Grande parte dos fundos públicos disponibilizados ao BFN provinha das receitas de emissão de promissórias de fomento nacional, títulos públicos com prazo de cinco anos, emitidos pelo Tesouro ao abrigo do Decreto-Lei nº 38 415, de 10 de setembro de 1951 e adquiríveis exclusivamente por instituições de crédito portuguesas (com taxas de juro igual à taxa de desconto do Banco de Portugal, acrescida de 0,5 %). O produto destas emissões era integralmente canalizado para o financiamento de projetos previstos nos planos de fomentos ou, alternativamente, para as operações de crédito do BFN. O valor total das emissões de promissórias de fomento nacional ultrapassou os 10 000 000 contos entre 1951 e 1974, a um ritmo que se manteve regularmente entre os 500 000 contos e 1 000 000 de contos anuais ao longo do período 1958-1974.¹³² A CGD e os bancos comerciais investiram substancialmente nestas promissórias em 1965 e 1966, segundo o *Boletim de Informação* Nº 13. Estes fundos eram depois canalizadas para o BFN através de empréstimos do Estado ao Banco, a taxas de juros extremamente favoráveis, como aconteceria em 11 de setembro de 1962, quando o Governo decidiu conceder um empréstimo de 100 000 contos (juro anual de 3%, amortizável em dez prestações semestrais) com parte do produto da quarta emissão das promissórias de fomento nacional, destinado a financiar empreendimentos do setor privado, na metrópole, nos setores agropecuário e industrial.¹³³ Estes empréstimos, assinalados no Gráfico I “Empréstimos e suprimentos do Estado e recursos consignados” do Anexo A, seguiam, tal como todos os financiamentos através do produto da emissão de promissórias de fomento nacional, um plano aprovado em Conselho de Ministros.

Uma nova emissão ocorreria a 15/04/1966 gerando um capital de 700 000 contos, reembolsados num prazo de cinco anos, a uma taxa anual de juro de 1 %.¹³⁴ A 07/01/1967 o Governo concedeu um empréstimo de 36 000 contos ao BFN com parte do produto desta emissão, para o financiamento de empreendimentos incluídos no Plano Intercalar de Fomento (nomeadamente no

¹³² N. Valério, “As finanças do Estado português entre finais da década de 50 e meados da década de 70 do século XX.” Em P. B. Santos, & J. M. de Brito, *Os Anos Sessenta em Portugal: Políticas Públicas. Duas governações, diferentes políticas públicas?*, Porto, Edições Afrontamento, 2020, p. 110.

¹³³ *Despacho Ministerial, de 9 de novembro*, Lisboa, Diário do Governo, novembro de 1962, p. 1466. Esta emissão de promissórias de fomento nacional tinha o capital de 250 000 contos e realizou-se a 30/10/1962. Cf. *Despacho Ministerial, de 31 de outubro*, Lisboa, Diário do Governo, outubro de 1962, p. 1425-1426.

¹³⁴ *Despacho Ministerial, de 8 de abril*, Lisboa, Diário do Governo, abril de 1966, p. 515.

setor dos transportes). O juro do empréstimo era novamente de 3 % ao ano e foi reembolsado em oito prestações semestrais, sendo as sete primeiras de 4 950 contos e a última de 1 350 contos. Nas operações de crédito a realizar com este capital o BFN não podia exceder a taxa de 4 % ao ano.¹³⁵

Este afluxo de recurso deixava o banco numa posição extremamente favorável para desempenhar as funções que lhe haviam sido atribuídas pelo governo. As especificidades do BFN enquanto banco de investimento seriam de resto sublinhadas pelo Governador num discurso perante a Assembleia Geral em 31/05/1966:

“Assim foi possível definir, por unanimidade, a política a tal respeito aconselhável para um Banco de Investimentos como este que, não dispondo de depósitos à ordem nem podendo realizar operações de crédito a curto prazo, tem especificamente delimitado um certo campo de acção; daqui a necessidade duma «política» própria, na qual porém – há que reconhecê-lo – não cabem quaisquer preocupações de «concorrência» no sentido mais abastardado da expressão. De facto, e pelo que respeita à angariação de depósitos, nós só podemos «começar» no sector temporal onde a Banca Comercial ‘findou’, e também aquelas práticas concorrenciais nocivas, que tantas instituições receiam em total plenitude da razão, só poderiam ter lugar à margem da legalidade. E isso nunca o poderíamos nem saberíamos fazer.”¹³⁶

As especificidades do BFN não se limitavam às taxas de juro, refletindo-se igualmente na estrutura da sua governação. No discurso anteriormente citado, Daniel Barbosa definiria o BFN como uma instituição de economia mista, na qual as entidades privadas detinham um peso minoritário na estrutura acionista, o que lhe proporcionava uma “efetiva liberdade de gestão”. Em todo o caso, e apesar de deter poderes de veto, o Governador não podia impor a sua própria agenda, estando dependente do resto da administração para as decisões sobre o dia-a-dia do Banco, carecendo ainda, em última instância, de uma posterior confirmação por parte do Governo:

“Os próprios poderes estatutários de intervenção decisiva de que o Governador dispõe são mais de carácter negativo do que à primeira vista se poderia supor, visto que tendem essencialmente a impedir – e sempre sob o pressuposto de confirmação posterior por parte do Governo – qualquer atitude reputável como prejudicial aos interesses económicos da Nação; mas não se traduzem por qualquer direito de impor diretamente decisões de que essa maioria particular discorde.”¹³⁷

¹³⁵ *Despacho Ministerial, de 7 de janeiro*, Lisboa, Diário do Governo, janeiro de 1967, p. 23-24.

¹³⁶ Banco de Fomento Nacional, *Boletim de Informação N.º 11*, Lisboa, maio de 1966, p. 7.

¹³⁷ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 4.

Ao longo do *Boletim de Informação* N° 11, de onde vieram as últimas duas citações, há uma preocupação constante com a inflação. O boletim foi publicado no contexto duma crise inflacionária, motivando a preocupação de equiparar as taxas de juro portuguesas aos níveis praticados no resto da Europa Ocidental, acompanhada pela ênfase na importância da colaboração entre bancos e do combate a práticas concorrenciais nocivas, de forma a evitar um aumento da inflação. Como o BFN era um banco de investimento, não dispendo de depósitos à ordem e não realizando operações de crédito a curto prazo, o seu campo de ação era relativamente mais limitado do que o da banca comercial.

O contexto inflacionário não impediria o Banco de registar uma significativa expansão, como o seu governador destacaria num discurso pronunciado numa Assembleia Geral, a 30 de maio de 1967, reproduzido no *Boletim de Informação* N° 14:

“Com efeito, e pelo que respeita a empréstimos directos, participações financeiras, operações diversas e de garantia efectuadas em 1966, registou-se um acréscimo superior a 65 % em relação às do ano anterior; e julgo ser de destacar o facto de, neste importante conjunto de operações de crédito, os empréstimos directos e as participações financeiras acusarem um aumento ainda mais sensível em relação às similares de 1965: 92 %. Deste modo se atingiu uma posição que excede em 28 % a média geral verificada durante os sete exercícios findos. Estamos, assim, numa fase de plena expansão.”¹³⁸

Apesar deste crescimento, Daniel Barbosa recordou ainda que em 1966 o Banco havia realizado pagamentos de empréstimos externos e de créditos do Banco de Portugal e do Estado no valor de quase 444 mil contos (dos quais cerca de 300 mil contos ao segundo), isto é “um montante superior ao do aumento verificado nos empréstimos directos e nas participações financeiras que, durante esse mesmo ano, efetivamente realizou.” Apesar do aumento de encargos, sublinhou, “os novos recursos de que foi, entretanto, possível lançar mão – empréstimos, emissão de obrigações, depósitos a prazo – limitaram-se estritamente ao mercado interno, em pouco excedendo 20 % do valor total das operações financeiras e dos pagamentos atrás citados”. Isso não impedira o Banco de apoiar, ainda segundo Barbosa, “nenhuma solicitação válida, que lhe fosse devidamente apresentada”, após a “sua necessária e indispensável apreciação.”

O ano de 1966 seria, no entanto, um ano anormal em termos do volume das operações de crédito. Para ser possível realizar todas as operações aprovadas, foi preciso recorrer a empréstimos,

¹³⁸ Banco de Fomento Nacional, *Boletim de Informação N° 14*, Lisboa, 1967, p. 5.

emissão de obrigações e depósitos a prazo, ou seja, recorrer a praticamente todos os métodos de angariação de recursos que estavam disponíveis, uma vez que, devido á guerra colonial, o BFN não recebeu parte dos fundos públicos previstos no momento de constituição do banco, provenientes do Tesouro (que diminuíram significativamente a partir de 1961) e das promissórias de fomento nacional. Isso mesmo seria sublinhado no discurso de Daniel Barbosa:

“Na verdade, não devemos esquecer que, embora o Banco de Fomento se tenha constituído com o capital de 1 000 000 de contos, mais de 50 % foram recebidos já aplicados em operações transferidas dos entretanto extintos Fundo de Fomento Nacional e Departamento de Fomento do Banco de Angola; e que, por razões que derivam dos acontecimentos no Ultramar Português, nunca se concretizou, nos termos previstos, o substancial aprovisionamento do Banco com as disponibilidades do Tesouro, a que se faz referência no Relatório do Decreto-Lei nº 41 957, de 13 de novembro de 1958. E este facto é tanto mais de considerar quanto é certo que, a partir de 1962, nunca mais se recebeu, também, qualquer parcela dos recursos obtidos pelo Governo através da emissão de «promissórias de fomento nacional».”¹³⁹

Um dos problemas cuja solução frequentemente se apontava como essencial para a aceleração do ritmo de desenvolvimento económico de Portugal pelos economistas durante os anos Sessenta era o da escassez do crédito a médio e longo prazo. Com efeito, só o BFN e a CGD possuíam o grau de especialização técnica, ao nível do seu quadro de pessoal, requerido para avaliar convenientemente projetos a médio e longo prazo. Os bancos comerciais apenas analisavam pedidos de crédito a curto prazo, ou de curto prazo renovável, sendo essa a especialização dos seus procedimentos e pessoal. Como veremos quando analisarmos alguns casos específicos de relações entre o BFN e os seus mutuários, as diferenças entre crédito a curto prazo e crédito a médio/longo prazo, no que se refere à estrutura, ao objeto e aos métodos de estudo das operações, bem como aos critérios a considerar e às qualificações do pessoal técnico a utilizar, correspondiam a perfis bancários inteiramente distintos. Tradicionalmente os banqueiros, como abastecedores de comerciantes em operações de capital a curto prazo, costumavam considerar em primeiro lugar o carácter e fiabilidade do mutuário, bem como a situação do seu balanço. Ao fornecedor de capital a longo prazo, no entanto, não lhe interessava tanto a posição do balanço do mutuário como a sua capacidade de lucro a prazo longo, o que exigia a consideração de aspetos muito diferentes. A avaliação necessária à concessão de crédito a longo prazo implicava um amplo estudo dos mercados, tanto de matérias-primas como de produtos, bem como das possibilidades técnicas, da oferta de

¹³⁹ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 9.

trabalho e da probabilidade de a empresa manter um nível adequado de capacidade diretiva. Se a avaliação de crédito a curto prazo exigia a capacidade e experiência para julgar se uma empresa seria solvente daqui a três meses, era necessário um tipo de capacidade e de experiência completamente diferente para avaliar se essa mesma empresa será solvente dentro de vinte anos.¹⁴⁰

Esta diferença assumiria especial relevância no contexto da industrialização portuguesa, como sugerem os textos publicados pelo Serviço de Estudos Económicos do BFN. Escritos por técnicos especializados (engenheiros ou economistas), estes estudos proporcionavam aos outros departamentos do Banco, mas também ao público em geral, elementos importantes sobre diferentes aspetos dos setores económicos em que o BFN atuava e nos quais tinha adquirido alguma experiência, influenciando as decisões sobre a aprovação ou recusa de crédito. *A Indústria Portuguesa de Calçado. Estrutura, evolução económica recente e problemas de reorganização*, por exemplo, analisava todos os processos de produção do calçado e as tecnologias existentes no setor, bem como as suas perspetivas à escala internacional.¹⁴¹ *Indústrias Têxteis e Confeções*, era uma atualização do estudo *Indústrias Têxteis e do Vestuário*, publicado em 1965 pelos Serviços de Estudos Económicos do BFN, oferecendo uma perspetiva comparativa entre a indústria têxtil portuguesa e outras indústrias europeias. O BFN publicaria igualmente, em 1965, *Portugal, país aberto à aplicação de capitais*, seguido três anos mais tarde pela segunda edição, *Investimentos em Portugal*. Tendo como um dos seus objetivos, desde 1960, era incentivar o investimento estrangeiro em Portugal, o BFN procurava apresentar nestes guias de investimento um estudo legal e económico de escopo bastante alargado, incluindo, para além do setor bancário, todo o tipo de informações, desde a demografia à geografia do país.

Daniel Barbosa sublinharia no seu discurso o excesso de poupança nas mãos da banca comercial, que convinha canalizar para aplicações a médio e longo prazo, bem como a deficiente formação e captação da poupança nacional, quer quanto ao volume, quer quanto às modalidades.¹⁴² Este último problema estava relacionado com condicionalismos específicos da economia portuguesa, os defeitos de funcionamento dos mercados financeiros e a falta de maleabilidade dos esquemas legais de captação do aforro. Daniel Barbosa destacaria as seguintes causas para o problema:

- a) Baixo rendimento *per capita*;
- b) Insuficiência dos limites máximos de taxas de juro estabelecidos ou praticados nos mercados monetário e de capitais para as operações passivas, desencorajando o aforro, impelindo-o

¹⁴⁰ D. M. Barbosa, *Correspondência de Daniel Vieira Barbosa - II Parte, Lisboa, 1966-68*, p. 541.

¹⁴¹ M. E. F. Raposo, *A Indústria Portuguesa de Calçado. Estrutura, evolução económica recente e problemas de reorganização*, Estudos Vol. IV, Banco de Fomento Nacional, 1974.

¹⁴² D. M. Barbosa, *op. cit.*, p. 126.

para aplicações lucrativas, mas muitas vezes sem incidência direta no crescimento económico nacional (nomeadamente imobiliárias) ou levando-o a emigrar;

- c) Indisciplina acentuada do mercado monetário relativamente à captação da poupança, conduzindo ao sistemático afastamento desta do mercado financeiro;
- d) Defeitos estruturais das bolsas de valores.¹⁴³

Quanto ao excesso de aforro nas mãos da banca comercial, sob a forma de depósitos à ordem, com pré-aviso e de prazo até um ano, este derivava fundamentalmente, no seu entender, dos seguintes fatores:

- a) Insuficiência das taxas legais de remuneração dos depósitos a prazo, nomeadamente quando este era superior a um ano, levando à poupança, naturalmente ciosa da sua liquidez, a afastar-se dos depósitos de longa duração (e, por isso, dos depósitos do BFN);
- b) O não respeito pelos limites de taxas de juro, pelo menos por algumas das instituições do mercado monetário, quer no tocante aos depósitos à ordem, quer no referente aos depósitos até um ano;
- c) As instituições do mercado financeiro eram incapazes de competir em termos semelhantes e respeitadores das disposições legais vigentes;¹⁴⁴

Um fator que limitou consideravelmente o volume de financiamentos concedidos em 1967 pelo BFN foi a impossibilidade de fazer emissões significativas de obrigações próprias. Também a via dos empréstimos externos, obrigacionistas ou não, se revelou impossível. Estes constrangimentos viriam no entanto a ser compensados por um conjunto de transformações da maior importância.

Por outro lado, em 1967 houve uma subida das taxas de juro nominal dos depósitos a prazo, desencadeada pela corrida à captação das remessas de emigrantes, acompanhada de uma elevação paralela das taxas de juro nas operações ativas (que, no entanto, se mantiveram abaixo do nível das taxas de juro dos mercados europeus). Entre 1960 e 1974, as taxas de juro portuguesas eram, geralmente, mais baixas do que as taxas de juros europeias.

O BFN beneficiaria particularmente do crescimento das remessas dos emigrantes graças ao aumento das taxas de juro máximos para depósitos a prazo superior a um ano, estipulada pelo Ministério das Finanças, na Portaria nº 22 876, de 7/09/1967 (exclusivamente para o BFN e a CGD). Esta portaria alteraria drasticamente as condições do mercado de crédito em Portugal e traduzir-se-ia num notável incremento do volume dos depósitos no BFN ao longo dos anos seguintes, que passaram de 569 472 contos no final de 1965 para 1 350 185 contos em junho de 1968. Na verdade,

¹⁴³ D. M. Barbosa, *op. cit.*, p. 128-129.

¹⁴⁴ D. M. Barbosa, *op. cit.*, p. 129.

o valor dos novos depósitos constituídos apenas entre 21/09/1967 e 21/06/1968 atingiu os 793 464 contos. Em nove meses, portanto, o fluxo de poupança ao BFN cifrou-se em cerca de 800 000 contos, bastando para isso uma pequena elevação da taxa de juros dos depósitos a mais de um ano.¹⁴⁵ Isto significa que apesar de não haver neste período, 1964-68, um aumento significativo do volume das operações financeiras do Banco, houve um enorme aumento do volume das operações passivas, que tornou o BFN um dos principais beneficiários da alteração legislativa introduzida pelo Ministério das Finanças. Nesse sentido, os objetivos da portaria foram integralmente cumpridos, permitindo canalizar para o investimento um volume significativo da poupança interna, respondendo ao problema identificado por Daniel Barbosa.

Também na Portaria nº 22 876 ficou estabelecido que as instituições de crédito não podiam cobrar, nas operações de crédito por prazo superiores a um ano e até dois anos (empréstimos de curto prazo), taxas de juro que ultrapassassem a taxa de desconto do Banco de Portugal acrescida de 3 % (o que equivalia em 1967 ao limite máximo de 6 %) e, nas operações por prazos superiores a dois anos (empréstimos a médio e a longo prazo), a da mesma taxa de desconto acrescida de 3,5 % (correspondente ao máximo em 1967 de 6,5 %). Ou seja, a taxa máxima das operações por prazos superiores a um ano e até dois anos teve um aumento de 0,5 % e a mesma taxa das operações por prazos superiores ou iguais a três anos e até cinco anos (empréstimos a médio prazo) subiu 1 %.¹⁴⁶ Estas mudanças nas taxas de juro beneficiaram sobretudo o BFN e a CGD, em detrimento da banca comercial, tendo sido desenhadas para incentivar a concessão de empréstimos a médio prazo, através de um aumento maior nas taxas de juros nesta modalidade de crédito (1 %, em vez de 0,5 %). O impacto das mudanças legislativas introduzidas pelo governo só se viria a tornar visível a médio prazo.

Com efeito, no que diz respeito à concessão de crédito, esta manteve-se relativamente estável. O crédito total distribuído pelo banco registou, de 1966 para 1967, um aumento de 339 000 contos (cerca de 47 %). As operações de crédito aprovadas pelo Banco em 1967 atingiram 2 098 000 contos, ou seja, mais 92 % do que em 1966 (1 091 000 contos) e mais 57 % do que a média dos cinco anos anteriores (1 334 000 contos).¹⁴⁷ Mas se o crédito concedido a empresas coloniais, sobretudo a médio prazo, subiu de 117 400 contos em 1966 para 780 000 contos em 1967, o crédito facultado à metrópole baixou, durante aqueles anos, de 602 800 contos para 280 000 contos. O volume global das operações a longo prazo sofreu assim uma contração de 123 800 contos em 1967,

¹⁴⁵ D. M. Barbosa, *Correspondência de Daniel Vieira Barbosa - II Parte*, Lisboa, 1966-68, p. 520.

¹⁴⁶ Banco de Portugal, *Relatório do Conselho de Administração Parecer do Conselho Fiscal Gerência de 1967 1º Volume*, Lisboa, Tipografia do Banco de Portugal, 1968, p. 217.

¹⁴⁷ D. M. Barbosa, *op. cit.*, p. 522.

relativamente a 1966, resultante fundamentalmente da redução das operações na metrópole, já que o crédito a longo prazo às indústrias transformadoras da metrópole desceu de 302 900 contos em 1966 para somente 30 700 contos em 1967.¹⁴⁸

O crédito a mais de dois anos manteve em todo o caso uma posição preponderante em comparação com as restantes operações realizadas pelo BFN tal como demonstrado pelo Gráfico II do Anexo A, onde as únicas parcelas substanciais de aplicação são o crédito a mais de dois anos e a carteira de títulos e participações financeiras, correspondendo as restantes operações a 2 % da atividade. De acordo com o Gráfico III do Anexo A, o crédito a mais de dois anos representava 78,6 % das aplicações em 1965/66, as atividades produtivas privadas representavam 80 % dessas aplicações, indo cerca de 10 % ao Estado e cerca de 10 % aos “Financiamentos de conta e ordem do Estado ou em aplicação de fundos de contrapartida”. O BFN não realizava crédito ao consumo (para a compra de bens de consumo) pois era um banco de investimento.

Para compreender como que é que estes números se traduziam ao nível da vida das empresas que recorriam ao BFN para financiarem o seu investimento e atividade, é conveniente olhar para alguns casos específicos. É o que faremos nas páginas seguintes.

¹⁴⁸ Banco de Portugal, *op. cit.*, p. 219-221.

4.2 SIDERURGIA NACIONAL: O APOIO IMPRESCINDÍVEL DO BFN NUM ARRANQUE DIFÍCIL E CONTURBADO

O caso da Siderurgia Nacional (SN), empresa criada por iniciativa de António de Champalimaud no final da década de Cinquenta, é a este respeito sugestivo, uma vez que foi um dos grandes projetos industriais do Estado Novo e como tal um foco prioritário para o BFN. Tratava-se de uma ambição antiga dos círculos “industrialistas” no interior do regime, nomeadamente José Ferreira Dias, um dos principais responsáveis pela estratégia de fomento industrial do pós-guerra, para quem o fabrico de aço era uma bitola fundamental para aferir o grau de desenvolvimento de uma nação.¹⁴⁹ Adicionalmente, as condições em que a sua construção foi financiada definiria o futuro da empresa, visto que a dimensão do investimento necessário para apetrechar as instalações do Seixal excedia largamente as capacidades do grupo empresarial a quem o governo concedeu o projeto.

Com efeito, o capital inicial da empresa era de 100 000 contos, sem participação do Estado, destacando-se os acionistas individuais do chamado “grupo fundador”, entre eles António Champalimaud. Em 1957 o capital seria aumentado para 300 000 contos, exclusivamente pertencente a acionistas privados. Em 1958 a SN pretendia fazer um novo aumento de 200 000 contos, sendo metade desse valor assumido pelo Estado, mas, como assinalado por João Martins Pereira, o Estado nunca chegaria a participar diretamente no capital da empresa, aparentemente por decisão do Ministro das Finanças, António Pinto Barbosa, o que viria a afetar a credibilidade do empreendimento junto de potenciais investidores e o sucesso das futuras emissões.¹⁵⁰ O aumento acabou por ser apenas de 100 000 contos, complementado com um empréstimo do FFN de igual montante (mais tarde transferido para o BFN), vencendo juros à taxa anual de 4 %, e amortizável em quarenta semestres, com diferimento de dois anos. Seguir-se-ia outro, de 200 000 contos, concedido pela CGD em 1962 (depois de ter sido recusado pelo BFN em 1960), vencendo juro à taxa anual de 4 %, e amortizável em vinte e seis semestres, com diferimento de dois anos. As sucessivas emissões de capital, em 1959, 1960 e 1961, que atingiriam o valor global de 650 000 contos, seriam exclusivamente subscritas por acionistas particulares. Mas o Estado assumiria 500 000 contos por via da subscrição de obrigações por instituições de previdência, tornando-se assim, direta ou indiretamente, o principal financiador da empresa, apesar de não ser seu acionista.¹⁵¹ Com efeito,

¹⁴⁹ J. M. Pereira, *Para a História da Indústria em Portugal, 1941-1965 Adubos Azotados e Siderurgia*, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 121-127.

¹⁵⁰ J. M. Pereira, *idem*, p. 203.

¹⁵¹ J. M. Pereira, *idem*, p. 203.

naquele último ano, 62,5 % das emissões eram detidas por instituições de previdência e 7,7 % (50 000 contos) pela Fazenda Pública.¹⁵²

Apesar de todos estes apoios, a situação de tesouraria da Siderurgia Nacional atingira um saldo negativo de 330 000 contos em 1964, uma vez que o ritmo de vendas verificado era muito inferior ao estimado. Isso levaria a SN a solicitar ao BFN um terceiro empréstimo, de 50 000 contos, que a SN pretendia obter em condições semelhantes às do que fora concedido pelo FFN: a mesma taxa de juro, o mesmo período de reembolso e o mesmo período de diferimento.¹⁵³

Havia uma garantia sobre esse primeiro empréstimo, de 100 000 contos, correspondente a uma hipoteca em 1º grau de todos os edifícios das instalações da empresa no Seixal (exceto o da laminagem, para o qual havia uma hipoteca de 2º grau) e parte do edifício da sede em Lisboa, juntamente com um penhor sobre todos os bens móveis e maquinismos da sua instalação fabril.¹⁵⁴ A empresa solicitou ao BFN a transformação desta garantia em hipoteca de fábrica, circunscrita à instalação da aciaria, com a consequente desoneração dos outros bens.¹⁵⁵ A garantia foi concedida pela SN ao BFN, em caso de incumprimento do pagamento das prestações do empréstimo toda a instalação fabril (exceto o edifício de laminagem) era transferida para o Banco, o BFN só estava disposto a conceder o empréstimo com esta garantia pois era uma operação de longo prazo e de risco relativamente elevado.

A empresa estimava, ainda em 1962, que os seus empréstimos não seriam pagos antes de 1986 e que a posição de tesouraria seria negativa durante cerca de vinte anos, chegando o déficit respetivo a exceder 1 000 000 de contos. O empréstimo de 50 000 contos acabaria por ser concedido, permitindo à SN tornar-se lucrativa logo em 1965, começando a distribuir dividendos em 1966, e pagaria no futuro os empréstimos do BFN na sua totalidade. A estimativa inicial da própria empresa estava errada e foi possível tornar a posição de tesouraria positiva mais cedo, tendo o ritmo de vendas da empresa aumentado depois das complicações dos primeiros anos serem ultrapassadas. A partir de 1965, o ritmo de crescimento do autofinanciamento da empresa superaria o ritmo das amortizações das dívidas de médio e longo prazo, ao BFN e à CGD, levando a um aumento da liquidez da empresa e à formação de um fundo de maneio. Esta melhoria das finanças da SN levou o

¹⁵² A. Champalimaud, *Situação Económica e Financeira da Siderurgia Nacional*, Lisboa, agosto de 1964, p. 120. Até 1964 houve sete emissões, todas amortizáveis em quarenta semestralidades, com diferimento de cinco anos, vencendo juro à taxa anual de 5 %, com exceção da 6ª emissão de 50 000 contos (tomada pela Fazenda Pública) a qual vencia juro à taxa anual de 4 %. Os obrigacionistas estavam isentos de impostos sobre os juros das obrigações.

¹⁵³ A. Champalimaud, *op. cit.*, p. 121.

¹⁵⁴ A hipoteca de 1º grau é um tipo de garantia que recai sobre um bem imóvel e distingue-se da hipoteca de 2º grau na medida em que garante ao credor prioridade em caso de execução do empréstimo (as hipotecas de 2º grau acarretam por isso maior risco).

¹⁵⁵ A. Champalimaud, *op. cit.*, p. 143-144.

grupo Champalimaud a decidir ampliar a capacidade instalada no Seixal, com uma diversificação da gama de fabrico, e o lançamento de novas atividades industriais complementares da Siderurgia.¹⁵⁶ Em 1971 a SN foi responsável por mais de 2/3 das vendas da indústria de ferro e aço (onde havia quarenta e sete sociedades, todas de importação, exceto a SN) e 48 % das vendas de todas as indústrias metalúrgicas de base (onde existiam cento e vinte e nove sociedades).¹⁵⁷ De uma capacidade de produção inicial de 200 000 toneladas anuais de aço e de uma produção inicial pouco diversificada, o complexo do Seixal registou em 1972 uma produção de quase meio milhão de toneladas de aço e tornou-se o fornecedor exclusivo de varões, fios, barras, carris para linha férrea, perfis pesados, chapa para construção naval e folha-de-flandres. A SN em 1972 era, em relação a receitas e a capital social, a terceira maior empresa industrial do país.¹⁵⁸

¹⁵⁶ J. F. Ribeiro *et. al.*, *Grande indústria, banca e grupos financeiros, 1953-73*, Lisboa, *Análise Social*, Vol. XXIII, nº 99, 1987, p. 985.

¹⁵⁷ M. B. Martins, *Sociedades e grupos em Portugal*, Estampa, 1975, p. 38.

¹⁵⁸ M. B. Martins, *op. cit.*, p. 83.

4.3 “A VOCAÇÃO ESTATUÁRIA DE UM BANCO DE DESENVOLVIMENTO”: A HIDROELÉTRICA DO DOURO

Na primavera de 1967 seria publicado, no *Boletim de Informação* Nº 14, um trabalho realizado pelos Serviços de Estudos Económicos do BFN, no qual se sublinhava a longa experiência do Banco em lidar com a aplicação de fundos públicos.¹⁵⁹ O estudo sublinhava que, apesar do seu apetrechamento técnico, o Banco de Fomento não estava talhado para o financiamento da pequena e média indústria, uma vez que os “desequilíbrios” que caracterizavam o mercado de capitais, não lhe consentiam “reunir internamente uma base financeira suficiente para alimentar, como actividade adicional, a sua participação em esquemas especializados de financiamento” dirigidos a esse setor. Este constrangimento decorria do seu perfil enquanto banco de investimento: apenas podia recorrer ao mercado financeiro e não ao mercado monetário ao contrário da CGD e dos restantes bancos comerciais. “No entanto”, concluía o estudo, “a sua vocação estatutária de banco de desenvolvimento”, encarregue de reunir os meios de financiamento necessários à concretização dos objetivos da política económica do Governo, reservavam-lhe “um papel primordial na condução de novos esquemas que venham a ser promovidos pelo sector público”, área em que o seu “apetrechamento técnico” e a “experiência” que já detinha como “administrador de fundos consignados pelo Estado para a realização de objetivos de fomento” o habilitavam a desempenhar um papel fundamental,

Era nomeadamente o caso da Empresa Hidroelétrica do Douro, cujos Relatórios do Conselho de Administração, contêm dados financeiros úteis para percebermos a atuação do BFN no setor hidroelétrico. O BFN foi o maior acionista e prestamista daquela empresa desde o primeiro ano da sua atividade comercial, em parte devido à relevância da aposta na produção hidroelétrica no I e II Planos de Fomento, em parte devido às ações e obrigações transferidos do FFN.

Apesar das limitações identificadas no estudo interno do BFN quanto à sua capacidade de financiar a pequena e média indústria, o mesmo relatório reconhece a importância estratégica do Banco enquanto veículo de implementação da política económica pública, sobretudo no que diz respeito a projetos de grande escala. É neste contexto que se compreende o papel central do BFN no setor da energia, por exemplo, através do apoio à Empresa Hidroelétrica do Douro, cuja relevância para os objetivos do I e II Planos de Fomento justificou a manutenção de uma relação estreita e continuada, tanto ao nível do capital social como do financiamento direto. A análise dos Relatórios

¹⁵⁹ Banco de Fomento Nacional, *Boletim de Informação* Nº 13, Lisboa, março-abril de 1967, p. 19-20.

do Conselho de Administração da empresa permite aprofundar essa relação, fornecendo dados concretos sobre o volume e a natureza dos apoios concedidos pelo BFN.

A importância deste setor para o BFN levaria de resto à contratação de vários especialistas com um perfil técnico, sobretudo engenheiros, incumbidos de avaliar as respetivas necessidades de crédito e investimento. A publicação de um estudo intitulado *Energia em Portugal e Suas Perspectivas*, em 1961, escrito por Célia P. Henriques, engenheira eletrotécnica da Universidade do Porto e técnica do Banco, ilustrava a importância do conhecimento sobre as características específicas do setor, nomeadamente no que diz respeito ao equipamento e às exigências da produção. O livro analisava as tendências passadas e futuras de consumo e produção de energia em Portugal, passava em revista os investimentos necessários para Portugal atingir os padrões de consumo *per capita* de energia dos restantes países europeus e compilava vários dados relevantes para compreender o funcionamento do setor, nomeadamente em que tipos de energia (carvão, petróleo e hidroeletricidade) era possível investir e quais as condicionantes de cada uma delas. A sua conclusão final é que a energia produzida pela hidroeletricidade não era o suficiente para satisfazer todo o consumo energético português a longo prazo, mesmo se todo o potencial hidroelétrico das bacias hidrográficas fosse esgotado, e que os combustíveis fósseis teriam de ser utilizados em níveis cada vez maiores e em conjunto com a hidroeletricidade para satisfazer todas as necessidades de consumo energéticas residenciais e industriais. Petróleo e carvão que teriam de ser importados devido à inexistência de depósitos em território português, por isso, o livro também estuda a capacidade da economia portuguesa de importar cada vez mais combustíveis fósseis e o seu impacto potencial na balança comercial durante a década de Sessenta.¹⁶⁰

O II Plano de Fomento previra para a Empresa Hidroelétrica do Douro os seguintes financiamentos para o ano de 1960: 50 000 contos em ações, 120 000 em obrigações, 80 000 através dum empréstimo pelo BFN e 60 000 em crédito externo. Todos os financiamentos previstos foram efetuados, com exceção do crédito externo, provisoriamente substituído por empréstimos a curto prazo da banca comercial. O BFN seria um dos principais acionistas e prestamista da Empresa Hidroelétrica do Douro até à sua fusão na Companhia Portuguesa de Eletricidade em 1968, com um investimento total no valor de 251 879 contos durante o I e II Planos de Fomento, dos quais 114 436 contos em ações (18 % do capital total) e 137 443 contos em empréstimos.¹⁶¹

¹⁶⁰ C. P. Henriques, *Energia em Portugal e suas Perspectivas*, Banco de Fomento Nacional, 1961.

¹⁶¹ Hidroelétrica do Douro, *Relatório do Conselho de Administração Balanço e Parecer do Conselho Fiscal Sétimo Exercício*, Porto, 1961, p. 121-122.

O capital acionista da Empresa Hidroelétrica do Douro aumentaria drasticamente em volume entre 1960 e 1966, mas o BFN continuou a deter praticamente a mesma porção do total do capital acionista, oscilando entre 15 e 18 %. A 31/12/1963, detinha 130 600 contos em ações (15 % do total) e tinha concedido 517 936 contos em empréstimos (648 536 contos no total). No início desse ano, os empréstimos concedidos à Hidroelétrica do Douro, num total de 520 000 contos, seriam consolidados, deixando a CGD de ser credora da empresa e transferindo os seus créditos para o BFN, cuja posição se veria então consolidada.¹⁶²

A 31/12/1966, o BFN havia investido na empresa um total de 698 238 contos, correspondente a cerca de 20 % do investimento total (3 548 milhões de contos), detendo 263 748 contos de ações (15% do total) e 30 050 contos em obrigações, para além de ter concedido 404 440 contos em empréstimos (23 % do total).¹⁶³

O BFN tornara-se assim gradualmente, a par da CGD, um dos grandes financiadores do setor hidroelétrico, tendo grande parte das suas operações de crédito assumido a forma de empréstimos diretos (93 %). Enquanto “braço financeiro” dos Planos de Fomento, a atuação do BFN revelou-se imprescindível para o processo de eletrificação português do pós-guerra, canalizando uma parte considerável da poupança privada, bem como de fundos públicos provenientes do Tesouro e das instituições de previdência, para o investimento em barragens, que constituiu por sua vez um dos principais estímulos à industrialização portuguesa, ao oferecer a um conjunto de empresas do setor da metalomecânica, para não falar no dos cimentos e do aço, excelentes oportunidades de negócio. A sua “vocação estatutária de banco de desenvolvimento”, como sublinhado pelo Serviço de Estudos Económicos, encontrara tradução prática numa área prioritária da política de industrialização do Estado Novo.

¹⁶² Hidroelétrica do Douro, *Relatório do Conselho de Administração Balanço e Parecer do Conselho Fiscal Décimo Exercício*, Porto, 1964, p. 289-292.

¹⁶³ Hidroelétrica do Douro, *Relatório do Conselho de Administração Balanço e Parecer do Conselho Fiscal Décimo Terceiro Exercício*, Porto, 1967, p. 440.

4.4 SINGA E MINAS DE VILA COVA: O BFN NO SETOR EXTRATIVO

A atuação do BFN não se limitou em todo o caso ao setor das hidroelétricas, tendo-se estendido a outras áreas. Olhemos para dois casos no setor mineiro: o da SINGA (Sociedade Mineira do Continente Português) e o da Minas de Vila Cova.

Com o intuito de acelerar a extração de manganês na concessão “Courela das Gangas”, na freguesia de Alcaria Ruiva, concelho de Mértola, distrito de Beja, a SINGA (Sociedade Mineira do Continente Português) dirigiu, em 4/05/1960, uma carta ao BFN solicitando um empréstimo industrial de 2 000 contos. Esse pedido alimentaria uma extensa correspondência, que as páginas seguintes procuram resumir. Após ter proposto à SINGA que obtivesse garantias de terceiros para esse empréstimo, sem qualquer resultado, em 1962 o Banco remeteu para o Secretário de Estado da Indústria a decisão sobre uma eventual hipoteca, a seu favor, sobre as quatro concessões mineiras da SINGA e o respetivo equipamento.

A hipoteca seria autorizada por despacho ministerial, a 30/10/1962, tendo o BFN concedido à SINGA um empréstimo inicial de 250 contos, por escritura lavrada em 7/12/1962. A operação teria o prazo de um ano e a taxa de juro de 5 %. Este empréstimo inicial era destinado a trabalhos de reconhecimento e prospeção das reservas de manganês na concessão Courela das Gangas, que foram iniciados a 12/03/1964. A concessão do resto do empréstimo estava dependente dos resultados destes trabalhos, sendo necessário provar a existência de reservas suficientes do minério para justificar tão grande investimento. O Banco considerava não ter dados suficientes a esse respeito e nunca chegou a efetuar o pagamento remanescente do empréstimo, no valor de 1 750 contos.

Em carta enviada, a 20/11/1965, ao Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, a SINGA explicou a situação e acusou o BFN de não cumprir o seu compromisso.¹⁶⁴ A empresa mineira afirmava que o Governador do BFN, Paulo Serpa Pinto Marques, se tinha comprometido a enviar os 1 750 contos logo que os trabalhos de reconhecimento estivessem terminados, tendo ficado comprovada a existência de 12 356 toneladas de minério. No entanto, o Governador tinha falecido durante o período de prospeção e o BFN negava agora que ele tivesse assumido qualquer tipo de compromisso. Segundo a SINGA, os serviços de exploração haviam ficado paralisados por insuficiência de fundos, apesar do interesse revelado por firmas estrangeiras no minério e do potencial existente para a sua exportação. O empréstimo era necessário para adquirir uma lavaria mecânica e uma central elétrica mais potente. A firma defendia que não tinha hipotecado

¹⁶⁴ *Financiamento pelo Banco de Fomento Nacional das Empresas SINGA - Sociedade Mineira do Continente Português, Minas de Vila Cova, SARL, COPAL - Companhia Portuguesa de Algodões, LDA e Sociedade de Comércio Geral MOÇANGOL, LDA*, Lisboa, 1965, p. 1-6.

as suas quatro concessões mineiras e o seu equipamento só para receber um empréstimo de 250 contos, necessitando dos 2 000 contos para financiar o seu empreendimento e assegurar a exportação do minério.

O Governador do BFN, Daniel Barbosa, sucessor de Paulo Serpa Pinto Marques, responderia às denúncias feitas pela SINGA a 7/01/1966, numa carta dirigida a Salazar.¹⁶⁵ Segundo um parecer pedido pelo Banco à Direção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, recebido a 15/05/1963, os trabalhos de reconhecimento tinham comprovado a existência de apenas três mil toneladas de minério, existindo uma alta probabilidade das doze mil toneladas virem a ser produzidas, mas sem que o seu teor tivesse sido determinado. O parecer questionava abertamente a possibilidade de uma expansão da mina ser viável economicamente, pois o minério em exploração nas minas, apesar de suficiente para o abastecimento do mercado nacional por largos anos, dificilmente poderia ser exportado a preços compensadores. Em 8/11/1963, o Conselho de Administração do BFN decidira conceder à SINGA mais um empréstimo, no valor máximo de 250 contos, para concluir os trabalhos de reconhecimento recomendados no relatório da Direção-Geral de Minas e Serviços Geológicos e proceder à experiência industrial da concentração do minério extraído, de forma a ficar garantida a possibilidade da sua exportação. Esta nova operação não chegara, no entanto, a ser concretizada, uma vez que a firma insistia, através do seu sócio-gerente, na concessão dos restantes 1 750 contos solicitados no início.

O processo não voltou a ter andamento, levando o gerente da SINGA, em 16/09/1964, a notificar judicialmente o Banco para obter o remanescente do empréstimo. Isto motivou o Conselho de Administração a dar por encerrado o processo e a mandar proceder à cobrança coerciva do crédito de 250 contos, há muito vencido. O Serviço de Fomento Mineiro viria a proceder, no verão de 1965, a trabalhos de reconhecimento e prospeção da bolsada conhecida da Courela das Gangas, tendo chegado à conclusão de que a mesma tinha apenas cerca de metade da tonelagem indicada pela SINGA, confirmando assim parcialmente as reservas da administração do BFN quanto à viabilidade económica da exploração.

A SINGA não era a única empresa do setor mineiro em crise. Entre 1/11/1964 e 4/01/1966, o BFN prestou à empresa “Minas de Vila Cova, S. A. R. L.” auxílio financeiro, para evitar a sua falência, a pedido do Governo, enquanto o Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos elaborava um relatório de reestruturação. Vila Cova era uma empresa familiar, na qual o Banco possuía uma participação de 18 000 contos, equivalente a 40 % da estrutura acionista, transferidos do extinto FFN, e que necessitava de assistência financeira para continuar a sua atividade. Os restantes

¹⁶⁵ *Op. cit.*, p. 17-24.

27 000 pertenciam quase exclusivamente à família do empresário Ângelo César, o fundador da empresa (cuja posição foi realizada em mais de metade por valorização das concessões mineiras).

O plano inicial, expresso pelos ofícios enviados pelo gabinete do Ministro de Estado Adjunto do Presidente do Conselho e pelo Secretariado Técnico da Presidência do Conselho ao BFN, previa que a assistência financeira fosse também prestada por outros credores, mas os encargos acabariam por cair exclusivamente sobre o BFN. Isto não ajudou a melhorar a situação líquida de Minas de Vila Cova, cujo passivo ascendia a cerca de 170 000 contos a 4/01/1966, levando o Conselho de Administração do BFN a pressionar o Governo para que garantisse o reembolso do crédito que lhe concedera. Apesar desta situação, o Conselho de Administração decidiu, a 4/01/1966, conceder um novo adiantamento, não superior a 200 contos, permitindo à firma fazer face aos seus encargos inadiáveis durante duas semanas, mas insuficiente para o pagamento de ordenados ao pessoal.¹⁶⁶ Sem quaisquer medidas por parte do Governo, o Governador Daniel Barbosa considerava que todo o dinheiro gasto para evitar o colapso da empresa seria perdido.

Em 31/12/1965, o valor global das prestações em atraso correspondia a 366 568 contos. As dívidas de Minas de Vila Cova ao BFN a 31/12/1965 eram as seguintes: o empréstimo transferido do FFN tinha o valor total de 15 020 contos; os empréstimos já concedidos pelo BFN, tinham um valor total de 109 607 contos; as outras operações de financiamento até 31/10/1964 realizadas pelo BFN, eram no total de 20 853 contos; os adiantamentos realizados depois de 1/11/1964 pelo BFN eram no total de 26 500 contos. No total, todas estas operações significavam um financiamento de 171 980 contos.¹⁶⁷ O BFN era simultaneamente acionista de Minas de Vila Cova e o seu maior credor. Para além da sua dívida ao BFN, Vila Cova tinha as seguintes dívidas: Caixas de Previdência (53 318 contos), Fundo de Fomento de Exportação (7 000 contos), Serviço de Fomento Mineiro (1 867 contos), Companhia Nacional de Eletricidade (CNE) (18 438 contos), Banco Português do Atlântico (BPA) (cerca de 10 000 contos), *Elektrokemisk* (6 610 contos), BNU (4 309 contos), e letras por pagar a fornecedores (cerca de 8 000 contos).¹⁶⁸

A 30/09/1964 o Banco enviou a sua análise da empresa aos Ministros de Estado Adjunto do Presidente do Conselho, das Finanças, da Economia e das Corporações e Previdência Social, com as seguintes conclusões:

- a) Nas condições em que se processava a sua atividade, Minas de Vila Cova não tinha viabilidade económica e acusava prejuízos da ordem dos 25 000 contos por ano;

¹⁶⁶ *Op. cit.*, p. 8-11.

¹⁶⁷ *Op. cit.*, p. 194.

¹⁶⁸ *Op. cit.*, p. 194.

- b) A única meta que parecia possível assinalar ao empreendimento era a do simples equilíbrio da exploração corrente, o qual se traduziria pela cobertura dos custos pelas receitas provenientes das vendas, com exclusão dos encargos de passivo de financiamento e da quase totalidade das reintegrações;
- c) Tão limitado objetivo (que representaria, em todo o caso, uma considerável melhoria, uma vez em 1963 esta registara um défice da exploração corrente de 9 000 contos) só seria alcançável após o exercício de 1966, desde que, por um lado, fosse possível atingir determinados níveis de produção e vendas, custos e cotações, cuja concretização dependeria de uma conjugação extremamente favorável de fatores (incluindo a reorganização da empresa e a mudança do seu comando administrativo), e, por outro lado, fosse proporcionada à Minas de Vila Cova uma ajuda financeira equivalente à suspensão, durante os exercícios de 1964, 1965 e 1966, do serviço da maior parte das suas dívidas de financiamento, juntamente com concessão de novos meios financeiros, destinados ao pagamento de dívidas vencidas, cobertura dos défices de exploração e realização de alguns investimentos inadiáveis.¹⁶⁹

O Banco acentuava que a única contribuição ao seu alcance e dos restantes credores era, prescindir, através de um moratória e até à aprovação das contas do exercício de 1966, não só do reembolso do capital dos seus empréstimos como do pagamento dos respetivos juros. Uma vez que os acionistas e credores de Vila Cova não estavam dispostos colocar mais dinheiro na empresa, o Banco avançou as seguintes hipóteses:

- Concessão à empresa de subsídios de 600 ou 1000 escudos, respetivamente, por tonelada de gusa produzida ou por tonelada de gusa exportada;
- Aumento do capital social (em que o Banco, por impedimento estatutário, não poderia participar);
- Adoção de ambas as soluções, devidamente conjugadas.¹⁷⁰

Terminava o Banco por informar que daria à empresa o apoio financeiro necessário para assegurar a sua sobrevivência até 31/10/1964, data após a qual se considerava impedido de lhe conceder qualquer novo financiamento.

O Banco receberia, a 12/11/1964, um telegrama em que o Presidente do Conselho de Administração da empresa informava a impossibilidade de efetuar pagamentos e solicitava a ajuda financeira necessária para evitar o seu imediato colapso. Não obstante a posição definida anteriormente, o C. de Administração do BFN, na convicção de que a falência imediata da empresa

¹⁶⁹ D. M. Barbosa, *Correspondência de Daniel Vieira Barbosa - II Parte*, Lisboa, 1966-68, p. 4-5.

¹⁷⁰ D. M. Barbosa, *op. cit.*, p. 6.

inviabilizaria a adoção das medidas que o Governo tinha em estudo para assegurar a sua sobrevivência, concedeu ainda um financiamento de 1 700 contos (posteriormente reduzido para 1 500 contos) para satisfazer encargos vencíveis até ao fim de novembro.

O BFN dirigiu-se, em 11/02/1965, aos principais credores privados da empresa (BNU, BPA e CNE), questionando-os sobre a sua disponibilidade para eventual comparticipação no financiamento transitório de Minas de Vila Cova, cujo reembolso estava assegurado pelo Governo. Todos os credores deram uma resposta negativa, comunicada por carta ao Ministro de Estado a 5/04/1965. Nesta carta comunicava-se igualmente que o Ministro das Corporações e Providência Social, pessoalmente consultado sobre o assunto (as caixas de previdência eram, de entre as entidades de natureza não privada, o principal credor da empresa, possuindo 45 000 obrigações por esta emitidas), informava não ser possível ao seu Ministério, na situação existente, participar no pagamento dos ordenados e salários de Vila Cova, visto que a sua intervenção em tal matéria só seria legítima, legalmente, depois de declarada a falência da sociedade.¹⁷¹ Na mesma carta anunciava-se a:

- a) Decomposição, que vinha a acentuar-se, dos quadros do pessoal da empresa;
- b) E a pretensão manifestada pela empresa, de reiniciar a produção de gusa, uma vez que entretanto se tornara possível a ligação (interrompida desde 14/08/1964) das indústrias eletroquímica e eletrossiderúrgica à rede elétrica, o que a levava a solicitar do Banco o auxílio financeiro necessário para esse efeito.

O BFN pedia ao Governo a orientação a seguir na matéria, visto que as instruções recebidas pelo Banco se circunscreviam ao suprimento das necessidades financeiras mínimas da empresa de forma a evitar a sua imediata declaração de falência.¹⁷² O Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos apresentou, em 22/12/1965, numa sessão dedicada a Minas de Vila Cova, um esboço das medidas de resgate que o BFN considerou não ser esclarecedor. O Conselho pretendia que se procurasse reduzir progressivamente a produção de gusa pela Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos (CPFE), substituindo-a pela produção de Vila Cova. A CPFE era, no entanto, mutuária do BFN e tinha uma dívida considerável para com este, o que complicava a operação. A situação económica e financeira da empresa era grave o suficiente para causar preocupação dentro do Banco e não parecia compatível com uma redução da produção de gusa sintética que colocava no mercado interno, uma vez que esta tinha um papel relevante no conjunto das atividades da empresa e constituía um elemento de compensação pela escassa ou nula rentabilidade de outros produtos e

¹⁷¹ D. M. Barbosa, *op. cit.*, p. 12.

¹⁷² D. M. Barbosa, *op. cit.*, p. 12-13.

serviços. O Banco considerava por isso que a CPFE teria de ser compensada pelo Governo caso fosse obrigada a abandonar esse componente do seu negócio.

O Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, após ter dedicado, em 9/02/1966, uma sessão dedicada debater a situação das Minas de Vila Cova, responderia às preocupações expressas pela administração do Banco. A retoma da atividade da empresa deveria, na fase inicial, ser orientada para uma produção na ordem das dezoito mil toneladas por ano, das quais doze mil destinadas ao mercado interno e seis mil à exportação. O Estado daria um subsídio de apoio à exportação de cinco mil contos por ano, até 1968. O BFN acreditava que este subsídio não era suficiente e considerava ser necessária uma quantia superior a 9 000 contos ao ano, uma vez que era necessário adquirir novo equipamento para retomar a laboração, parada desde abril de 1964. Mesmo assim o subsídio acabou por ser cinco mil contos por ano.

A consolidação do passivo das Minas de Vila Cova viria a obter-se por intermédio de moratórias junto dos principais credores, sem fixação de prazo, e nas condições defendidas pelo BFN. O BFN continuaria a prestar a ajuda financeira indispensável à satisfação das necessidades imediatas da empresa e, para assegurar a sua reestruturação, indicaria um representante seu para a administração, que passaria a incluir representante do Estado, um representante das instituições de previdência, um representante dos restantes credores que viessem aderir à moratória a conceder, ficando reservado um posto na administração para o fundador da empresa.¹⁷³ Relativamente à entrada de capital, esta deveria atingir os 60 000 contos, a efetuar-se pela emissão de 30 mil contos em ações e igual quantia em obrigações.¹⁷⁴ Os novos títulos emitidos seriam privilegiados e o restante capital acionista e obrigacionista só voltaria a ser remunerado a partir do momento em que os lucros da empresa o permitissem, depois de assegurada a taxa mínima prevista para aqueles. A nova emissão seria, em princípio, tomada em partes iguais pelo BFN e pelas instituições de previdência. Por efeito desta operação seriam liquidados, na parte correspondente, o capital e os juros em dívida dos adiantamentos realizados pelo BFN a Minas de Vila Cova a partir de 1/11/1964. A participação do Banco no capital de Minas de Vila Cova passaria de 18 000 para 33 000 contos, ou seja, de 40 % para 44 %.¹⁷⁵ O Governo considerava possível que a produção total da empresa atingisse as 40 000 toneladas/ano.

¹⁷³ *Financiamento pelo Banco de Fomento Nacional das Empresas SINGA - Sociedade Mineira do Continente Português, Minas de Vila Cova, SARL, COPAL - Companhia Portuguesa de Algodões, LDA e Sociedade de Comércio Geral MOÇANGOL, LDA*, Lisboa, 1965, p. 178-179.

¹⁷⁴ *Op. cit.*, p. 185.

¹⁷⁵ *Op. cit.*, p. 186.

O Banco não considerava no entanto legal nem estatutariamente possível subscrever os 15 000 contos de ações que lhe eram atribuídos pelo Conselho de Ministros de Assuntos Económicos, pois isso violava os seus estatutos e o decreto-lei nº 41 957, que estabeleciam um limite de investimento de 25 % do capital social de qualquer empresa. Os 40 % que o BFN detinham eram legais apenas por terem sido transferidos do FFN por força do decreto-lei nº 41 957, não tendo sido adquiridos por subscrição do próprio Banco. O Banco também acreditava que uma nova emissão de obrigações seria uma violação do Código Comercial, pois excederia o capital social de Minas de Vila Cova (45 000 contos). O Governo acreditava, no entanto, que se podia abrir uma exceção ao decreto-lei nº 41 957 e ao Código Comercial, pois as circunstâncias eram excepcionais.¹⁷⁶ Devido às questões jurídicas subjacentes e à dívida considerável de Minas de Vila Cova, o BFN duvidava se poderia realizar-se a emissão de obrigações de 30 000 contos e até a emissão de ações privilegiadas de 30 000 contos.

O Banco recomendava que o capital a obter pela empresa fosse exclusivamente empregue na liquidação das dívidas de funcionamento e de investimento existentes, bem como no financiamentos de novos investimentos tidos por indispensáveis e no reembolso do capital (e pagamento dos respetivos juros) dos adiantamentos concedidos pelo Banco desde 1/11/1964, cujo montante global calculava ser da ordem dos 60 000 contos.¹⁷⁷ Os quadros de pessoal estavam a decompor-se, a instalação siderúrgica estava parada há muito tempo e a base de clientes no mercado interno estava comprometida. O maior volume anual de vendas que a empresa conseguira realizar no mercado interno fora de 12 100 toneladas em 1964.

A SOREFAME é o único exemplo existente de outro resgate a uma empresa feita pelo BFN. Tanto a SOREFAME como a Minas de Vila Cova evitariam a falência graças a um esquema de resgate executado pelo BFN. Os próximos parágrafos são uma comparação entre os dois casos, para poder-se elucidar o quão grave era o caso de Vila Cova e para compreender melhor a hesitação do BFN em realizar o resgate desta empresa. Mas o esquema de saneamento financeiro estudado e executado pelo Banco para as Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas, S. A. R. L. (SOREFAME), não era adaptável ao condicionalismo desta empresa. A solução adotada para o saneamento financeiro da SOREFAME só foi possível porque:

- a) Tratava-se de uma empresa que, embora então em regime deficitário, apresentava perspectivas de futura rentabilidade, graças a uma certa especialização, bom apetrechamento, quadros técnicos qualificados e um volume de encomendas de 600 000 contos que desde logo garantiam trabalho para 3 anos;

¹⁷⁶ *Op. cit.*, p. 190-191.

¹⁷⁷ D. M. Barbosa, *Correspondência de Daniel Vieira Barbosa - II Parte*, Lisboa, 1966-68, p. 24.

- b) Os prejuízos totais a sanear foram computados em apenas 45 355 contos, em confronto com um capital social de 100 000 contos, estando, portanto, intactos os capitais alheios;
- c) O saneamento dos prejuízos, não cobertos pelo lucro do exercício entretanto encerrado, fez-se por imputação aos acionistas, sendo as consequentes dívidas amortizáveis por força de dividendos futuros;
- d) Alguns dos principais acionistas mostravam-se dispostos a subscrever e realizar, como efetivamente subscreveram e realizaram, a maior parte dos novos meios financeiros a obter por aumento do capital social, os quais representavam 60 % do total dos capitais frescos necessários.¹⁷⁸

As circunstâncias de Vila Cova eram notoriamente diferentes, como não deixaria de referir Daniel Barbosa:

- a) Nas condições em que se tinha processado a sua atividade, a empresa era economicamente inviável, não vislumbrando os diversos estudos efetuados se e quando a empresa deixaria de ser deficitária e exigindo a sua hipotética recuperação, além do mais, a radical remodelação dos seus quadros técnicos;
- b) Os prejuízos acumulados eram da ordem dos 170 000 contos, para fazer face aos quais existia um capital social de apenas 45 000 contos, pelo que os capitais alheios, de cerca de 285 000 contos, se encontravam perdidos em quase metade;
- c) Entre 1960 e 1968, o BFN nunca recebeu qualquer dividendo das suas ações. A empresa encontrava-se em estado de falência técnica há vários anos, algo demonstrado no balanço de 1966, visto que a um passivo de cerca de 288 000 contos se contrapunha um ativo de 223 000 contos.¹⁷⁹
- d) Não estando prevista a possibilidade de quaisquer dividendos, não seria viável a amortização por força destes de qualquer parcelas dos prejuízos existentes, se imputados à responsabilidade dos acionistas;
- e) Entre os acionistas, estava posta de parte a possibilidade de o grupo majoritário (cuja posição foi, aliás, realizada em mais de metade por valorização de concessões mineiras) concorrer para qualquer elevação de capital, e o BFN estava inibido de o fazer.¹⁸⁰

¹⁷⁸ D. M. Barbosa, *op. cit.*, p. 20.

¹⁷⁹ D. M. Barbosa, *op. cit.*, p. 574.

¹⁸⁰ D. M. Barbosa, *op. cit.*, p. 21.

4.5 UM CASO À PARTE: A COPAL E O PROJETO DE UMA INDÚSTRIA TÊXTIL EM ALJUSTREL

O setor têxtil revela uma dimensão adicional do papel do BFN neste período, o de avalista de projetos industriais financiados por créditos externos.

A empresa Companhia Portuguesa de Algodões Lda. (COPAL) havia projetado um complexo industrial localizado em Corte Pinto (Concelho de Mértola), junto das instalações da inativa Mina de São Domingos, que incluiria todas as fases da produção do algodão, virado para a exportação e preparado para competir no mercado mundial, permitindo uma entrada substancial de divisas no país. Segundo as previsões, os países mais desenvolvidos estariam a diminuir a sua produção têxtil, considerada pouco rentável, o que criava a oportunidade para a indústria portuguesa aumentar o seu volume de exportação. A indústria têxtil portuguesa tinha, no entanto, dificuldades crescentes no acesso ao crédito, devido a dois fatores fundamentais:

1. Verificara-se no País cerca de uma dezena de grandes falências neste setor, causadas em grande parte pela incapacidade de solvência de compromissos de curto prazo contraídos para financiamento de operações de investimento.
2. Os estudos setoriais sobre a indústria têxtil, efetuados a meio da década de Sessenta, previam uma evolução desfavorável para o setor.

Para além da entrada de divisas, a COPAL justificava o seu projeto afirmando que o estabelecimento desta fábrica era importante para a economia do Alentejo, ajudando a combater o desemprego numa região dominada pelo trabalho agrícola sazonal. O problema da mão de obra disponível na freguesia de Corte do Pinto era urgente, porque a Mina de São Domingos fechara definitivamente em 1965 (devido ao esgotamento do minério), sendo a única opção viável de muitos dos seus ex-empregados emigrar. A Mina de São Domingos também foi escolhida porque a infraestrutura de transporte da região permitia o acesso à matéria-prima e por poder-se aproveitar muita da infraestrutura pré-existente, contruída para auxiliar a atividade mineira, como a habitação e o porto fluvial do Pomarão, anteriormente usado para o escoamento do minério.

O investimento previsto era de 100 000 contos, a instalação demoraria 2 anos e requeria 240 operários. A COPAL tinha acordado um financiamento de 200 000 contos com a firma UNIONMATEX – Textilmaschinen-Union, GmbH, de Frankfurt/Main, ex-Alemanha Ocidental, ao juro de 6 %, amortizável em seis anos e meio. Dentro destes 200 000 contos, 100 000 contos seria para a instalação da fábrica já mencionada, que já tinha a permissão do Governo e 100 000 contos seria para a instalação de outra fábrica planeada que ainda não tinha permissão do Governo. A

efetivação do contrato definitivo com a UNIONMATEX dependia só de uma condição: apresentação de uma garantia, dada pelo BFN ou qualquer outro banco de primeira classe. Esgotadas as possibilidades da banca comercial devido à dimensão do empreendimento, restava apenas o BFN, que se tinha especializado em projetos industriais de grande dimensão.¹⁸¹ O pedido de aval daria origem a uma longa correspondência, na qual a COPAL explicaria ao Governador do BFN o seu projeto. É um caso único, pois documenta em detalhe uma das operações de garantia propostas ao Banco na metrópole, relativamente às quais existem poucos exemplos, e dá-nos uma perspetiva do processo através do qual a administração do Banco decidia a aprovação (ou recusa) deste tipo de operações.

A COPAL pediu um aval do BFN para este financiamento externo a 25/11/1965.¹⁸² No entanto havia um problema, só uma das duas fábricas do novo complexo industrial tinha recebido a autorização do Governo quando a COPAL propôs a garantia ao BFN. Anteriormente o Governo já tinha negado à COPAL a 23/02/1963 a autorização à instalação de seis mil e quatrocentos fusos e trezentos teares automáticos na fábrica em Chelas (já existente, distinta do novo complexo industrial), por ser uma unidade têxtil de reduzida dimensão e localizada na Zona do Plano Diretor de Lisboa. Autorizaria apenas, a 21/04/1965, uma expansão mais moderada dessa fábrica, com a instalação de oito máquinas de estampar (já havia previamente dois), que viriam complementar os 25 000 fusos e 1 000 teares automáticos já existentes.¹⁸³ A nova fábrica foi no entanto aprovada, por ser uma unidade de dimensões apropriadas e por estar localizada numa região não industrializada, o Concelho de Mértola, como pretendia o Governo.

Sem o empréstimo acordado com a entidade alemã, no entanto, era impossível fazer o saneamento da empresa, nomeadamente a liquidação das suas obrigações, muitas das quais terminavam no fim de 1965. O BFN suspeitava (corretamente) que parte do propósito do empréstimo fosse assegurar o saneamento financeiro da empresa, demonstrando-se por isso reticente em aprovar a operação de garantia. A COPAL tentara encontrar outros meios de financiamento para conseguir cumprir o pagamento destas obrigações, mas não atraiu qualquer investidor. Sem o empréstimo era impossível a instalação das duas fábricas previstas para a Mina de São Domingos, uma de fiação e tecelagem e uma de estampagem e acabamentos. A COPAL necessitava de crédito externo, visto que não tinha a capacidade financeira interna para realizar este investimento sozinha. A COPAL estava disposta a dar como garantia todas as instalações fabris, tanto a existente como as que viessem a ser

¹⁸¹ *Financiamento pelo Banco de Fomento Nacional das Empresas SINGA - Sociedade Mineira do Continente Português, Minas de Vila Cova, SARL, COPAL - Companhia Portuguesa de Algodões, LDA e Sociedade de Comércio Geral MOÇANGOL, LDA*, Lisboa, 1965, p. 72.

¹⁸² *Op. cit.*, p. 63.

¹⁸³ *Op. cit.*, p. 91, 133.

construídas com o dinheiro do financiamento, manifestando a intenção de transferir, a prazo, a unidade de Chelas para a Mina de São Domingos, mantendo-a em funcionamento apenas até a entrada em laboração das novas fábricas. As duas empresas queriam uma colaboração estreita com o BFN, para beneficiar do seu apoio técnico, permitindo ao Banco fiscalizar a sua atividade. Por isso, propunham que o Banco nomeasse um representante seu para a administração de cada empresa.¹⁸⁴

Na perspectiva do conselho de administração do BFN, no entanto, a COPAL não oferecia um mínimo de dados e garantias relativas ao financiamento. O Banco soubera através de uma circular interna da própria COPAL que esta operação era necessária para o cumprimento das suas obrigações para com os credores e que parte do empréstimo seria por isso desviado para este propósito. O conselho de administração do BFN rejeitou por isso o pedido de aval a 4/01/1966 e o Governador informou a COPAL a 7/01/1966. Isto não reduziu o projeto das duas firmas ao fracasso, pois posteriormente conseguiram um empréstimo de 8 500 000 USD no Export-Import Bank Ltd., um banco norte-americano, que seria pago ao longo de vinte e cinco anos, com o juro de 5,5 % e uma comissão a ser paga de imediato de 2 %. O investimento realizou-se e a fábrica foi contruída em Mértola. A fábrica de Chelas acabou mesmo por ser transferida para Mértola.

A decisão do Conselho de Administração do BFN contrasta de certo modo com a que foi tomada relativamente à Siderurgia Nacional. É certo que o BFN rejeitou o segundo pedido de empréstimo da SN em 1960, desde logo porque esta já lhe devia então 100 000 contos que obtivera do FFN. Mas isso não impediu a empresa de exercer sobre o governo a pressão necessária para desbloquear essa mesma quantia, através da CGD. Tratava-se, evidentemente, de um projeto de dimensões muito superiores, num setor considerado prioritário e no qual o Estado investira já uma quantia demasiado significativa para poder aceitar o fracasso. Para além disso, a SN operava em regime de monopólio, praticando preços protegidos da concorrência internacional, e pertencia a um grande grupo económico, cujos administradores tinham relações privilegiadas com a cúpula do regime. Operando num setor exposto à concorrência internacional, a COPAL era uma empresa com perfil exportador, cujo projeto tinha o propósito de reduzir as disparidades regionais e criar empregos - dois objetivos enunciados nos Planos de Fomento - contribuindo para uma melhoria da balança comercial. Representava, no entanto, um investimento mais arriscado no que toca ao retorno do crédito concedido, ainda que de dimensão muito inferior ao da Siderurgia. Nesse sentido, a recusa do aval pelo BFN revela a importância do acesso privilegiado ao Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, algo que notoriamente faltava a estes industriais do setor têxtil, cujos

¹⁸⁴ *Op. cit.*, p. 74.

investimentos tinham de passar por um crivo muito mais apertado, acabando por recorrer ao crédito externo para financiar o seu investimento.

Concluindo, os casos da Siderurgia Nacional (SN), da Hidroelétrica do Douro, das Minas de Vila Cova e da COPAL são ilustrativos dos vários papéis desempenhados pelo BFN no contexto da industrialização portuguesa.

No primeiro caso, as dívidas significativas da Siderurgia Nacional provieram de ser um projeto de enorme escala que demorou alguns anos a tornar-se lucrativo, a primeira década de existência desta empresa seria dominada pelo pagamento do crédito utilizado para a instalação do primeiro complexo industrial da SN. A SN foi a primeira tentativa realizada pelo Estado Novo para instalação de uma indústria siderúrgica em Portugal e constitui um exemplo dum dos grandes projetos industriais que o BFN costumava apoiar neste período, de resto dando continuidade a créditos concedidos pelo Fundo de Fomento Nacional.

No caso da Hidroelétrica do Douro, a atuação do BFN também seguiu uma linha de continuidade com o FFN, vindo no entanto a caracterizar-se por uma diferença significativa, relacionada com a participação direta no capital da empresa. De resto, tanto o facto de o Governador do BFN ter sido inicialmente administrador daquela empresa, juntamente com a forte presença de Engenheiros especializados no setor energético nos quadros do banco, é reveladora de uma relação muito mais profunda do que a que se estabelecera com a Siderurgia Nacional. Em certo sentido, o BFN foi o braço financeiro do Fomento no que foca ao investimento na produção hidroelétrica.

Nos casos das empresas do setor mineiro, o Banco foi obrigado a tomar decisões que suscitaram alguma controvérsia. No que diz respeito às Minas de Vila Cova, foi necessária a intervenção do Governo, tendo a empresa acabado por ser resgatada pelo BFN através de um programa de reestruturação, depois de vários meses de correspondência, e apesar da relutância do Governador do Banco em realizar este programa de reestruturação. Minas de Vila Cova foi um caso único dentro do setor extrativo português, pois era rara uma intervenção ativa do Governo neste setor. O Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos decidiu intervir nesta empresa pois receava as consequências da sua falência, nomeadamente o despedimento dos seus empregados, com as respetivas repercussões sociais e, eventualmente, políticas.

A COPAL acabou por encontrar uma solução para o seu problema de financiamento através de um crédito concedido por um banco norte-americano. O projeto da pòde avançar apesar da recusa do aval do BFN ao seu projeto, graças a um banco norte-americano. A expansão da fábrica em Chelas e a instalação projetada de duas novas fábricas realizou-se, mas ficaram claros os limites da

política de crédito ao investimento industrial. As operações de garantia do BFN eram imprescindíveis para a concretização de grandes projetos industriais, uma vez que, a partir de uma determinada escala, mais nenhum banco português estava disposto a realizá-las. O que esta recusa sugere é que o esforço de internacionalização da economia portuguesa durante este período, nomeadamente no que toca às indústrias com perfil exportador, ocorreu por vezes apesar do BFN e não tanto graças a ele. Disponível para financiar o fabrico de aço ou a produção hidroelétrica, o banco revelou-se igualmente permeável à pressão do governo para apoiar uma empresa extrativa em falência técnica, concedendo-lhe crédito para evitar o seu encerramento e os despedimentos daí resultantes. Mas quando confrontado com um projeto industrial que procurava ganhar escala e dimensão para competir no mercado mundial, optou por jogar pelo seguro, obrigando-a a recorrer a financiadores externos. Nesse sentido, podemos concluir que os setores que ocupavam um lugar secundário na hierarquia das prioridades da política económica, como é o caso do têxtil e, porventura, de outras indústrias produtoras de bens de consumo para exportação, ficaram prejudicados no que toca à concessão de crédito pelo único banco de investimento a operar em Portugal.

A segunda metade da década de 1960 revelou-se particularmente desafiante para o BFN, confrontado com dificuldades significativas por parte de alguns dos seus principais mutuários, o que exigiu uma atuação mais cautelosa e seletiva no financiamento. Ainda assim, o BFN consolidou a sua posição no mercado nacional, enfrentando, em simultâneo, uma crescente rivalidade com a CGD e os bancos comerciais, especialmente no acesso às fontes de financiamento e na definição do seu espaço no sistema bancário português. Superadas as principais dificuldades da conjuntura anterior, o Banco entra na década de 1970 com uma capacidade reforçada, iniciando um período de crescimento sem precedentes, marcado pela expansão da sua atividade creditícia, alargamento da rede de delegações e pela redefinição do seu enquadramento estatutário, aspetos que serão explorados no capítulo seguinte.

5. 1969-1974: CRESCIMENTO SEM PRECEDENTES

5.1 EXPANSÃO DO CRÉDITO E AUMENTO DA REDE DE DELEGAÇÕES

Entre 1969 e 1974 continuaram muitas das tendências anteriores a 1969, mesmo com o crescimento exponencial no volume das operações de crédito e do número de delegações. O BFN continuou focado nos tipos de crédito em que se já tinha especializado, com a exceção da introdução do crédito à exportação.

Uma grande mudança que se pode referir foi a aprovação dos novos estatutos, em 1972, que seriam implementados até 1973. A composição dos órgãos de administração do Banco foi alterada, com a criação da comissão executiva e a substituição de vários dos membros dos corpos gerentes do BFN. Novos regulamentos foram aplicados sobre a concessão dos empréstimos a médio e a longo prazo, pois a própria administração do BFN acreditava que os antigos regulamentos estavam desatualizados ao fim de 13 anos e restringiam desnecessariamente a atuação do Banco. Foi esta a principal razão que levou o conselho geral a pedir ao Governo a promulgação dos novos estatutos. Os novos estatutos permitiram o primeiro aumento do capital social do Banco desde 1960 até 2 000 000 contos. Os estatutos de 1960 imponham o limite de 1 000 000 contos até aí, ou seja, não permitiam um aumento de capital social desde a primeira operação que viu o Banco obter os recursos necessários para o começo da sua atividade creditícia. Este aumento era urgentemente necessário para a continuada expansão do Banco, possibilitando novos meios para as operações do Banco que não eram assentes em capitais alheios (como empréstimos de outras instituições de crédito).

Um número significativo de sociedades procedeu a aumentos de capital. Esse aumento correspondeu, entre 1969 e 1974, a 76 milhões de contos, tendo sido, maioritariamente realizado através de incorporação de reservas, ou seja, cerca de 20 % do total de capital social adveio das reservas das empresas, enquanto apenas 0,3 % das empresas recorreram à emissão de ações como forma de aumentar o seu capital social. Quanto às sociedades anónimas, mil trezentos e três procederam a aumento de capital, sendo o processo idêntico às sociedades em geral pelo que 23 % recorreram à incorporação de reservas, enquanto apenas 1 % recorreu à emissão de ações. As empresas nacionais estavam mais interessadas em procurar capitalizar os benefícios económicos que lhe eram concedidos do que em promover um crescimento sustentado, nomeadamente na tentativa de fazer face ao fenómeno da internacionalização que já se fazia sentir e à concorrência no quadro europeu. As empresas portuguesas resistiam à diluição do seu capital social e tendiam a privilegiar o autofinanciamento. Quanto à distribuição de rendimento, apenas um número muito reduzido de

empresas tinha essa possibilidade e mesmo assim os montantes não eram significativos, com exceção das empresas dos grandes grupos económicos.¹⁸⁵

As notas dominantes da atividade do Banco no exercício de 1969 são as seguintes:

- O montante dos pedidos de crédito ascendeu a 5 146 027 contos, excedendo o máximo anterior (4 212 325 contos em 1960, o primeiro ano de atividade comercial);
- O valor das operações de crédito aprovadas foi de 3 437 258 contos, ultrapassando em 63,9 % o máximo conseguido antes (2 097 766 contos em 1967);
- O lucro líquido do exercício, de 91 367 contos, superou em 11 060 contos o lucro verificado em 1968;
- Criaram-se Direções-Gerais em Angola e Moçambique, englobando, respetivamente, as pré-existentes Delegações em Luanda e Lourenço Marques, bem como as novas Delegações e Subdelegações que naquelas regiões instalaram-se nos anos seguintes. Houve uma mudança da orgânica do BFN em todas as colónias.¹⁸⁶

No ano de 1968 havia diminuído, relativamente a 1967, a procura de crédito junto do Banco, tanto em número de pedidos como em valor global, algo que se verificou simultaneamente na metrópole e nas colónias, atingindo particularmente a indústria transformadora. Isto, inclusive, refletiu-se numa quebra no montante de empréstimos concedidos às indústrias transformadoras, algo raro na história do BFN.

Durante o exercício de 1969, pelo contrário a procura de crédito junto do Banco aumentou, tanto em quantidade dos pedidos e no que toca aos montantes, que foram superiores aos dos anos precedentes. Na metrópole, houve cento e setenta e um pedidos, no montante de 3 859 377 contos, em 1969, contra cento trinta e dois pedidos, no valor de 2 102 651 contos, em 1967. Nas colónias, a melhoria não foi tão acentuada, situando-se ainda o respetivo montante (1 286 650 contos) abaixo do respeitante a 1967 (ano que, todavia, foi influenciado por solicitações provenientes de duas empresas coloniais de grande dimensão).¹⁸⁷ Destacava-se aí a procura por parte de empreiteiros (178 000 contos), só superada pela proveniente das indústrias transformadoras (270 769 contos, nível semelhante ao de 1968) e das indústrias extrativas (com um pedido que individualmente representava 199 792 contos).

¹⁸⁵ J. M. Caeiro, *Elites e Poder - Os Grupos Económicos em Portugal do "Estado Novo" à Actualidade*, CESDET, 2004, p. 327-328.

¹⁸⁶ Banco de Fomento Nacional, *Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal. Exercício de 1969*, Lisboa, 1970, p. 7.

¹⁸⁷ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 17.

O valor médio dos pedidos de empréstimo alcançou a cifra de 17 251 contos, sensivelmente mais elevada do que a de 1968 (9 580 contos). Uma das razões deste aumento reside no maior peso, em 1969, dos pedidos de crédito à produção, que frequentemente atingiam as dezenas e até as centenas de milhares de contos. Também contribuiu para este aumento os pedidos provenientes de empresas de grande dimensão, que substituíram o recurso ao mercado de títulos pelo financiamento a médio ou longo prazo. Os pedidos de montante igual ou superior a 50 000 contos, no ano de 1969, foram no total vinte e dois e no montante global de 2 790 900 contos, quando em 1968 haviam sido apenas oito, no montante global de 748 535 contos, e em 1967, treze, no montante global de 1 907 000 contos.¹⁸⁸ Isto significou um aumento do investimento do Banco em grandes empresas e em grandes projetos industriais, mas sem que houvesse uma diminuição correspondente no investimento em pequenas e médias empresas, que se manteve em níveis semelhantes aos anos anteriores.

Dentro do total das operações aprovadas no decurso do exercício de 1969, 2 940 686 contos respeitavam a financiamentos (mais 84,9 % do que em 1968) e 496 572 contos a garantias (mais 14,2 % do que em 1968). Os empréstimos diretos ganharam maior relevância no ano de 1969, uma tendência que continuaria nos anos seguintes. Do acréscimo de 1 342 011 contos verificado nas operações de financiamento couberam à metrópole 1 107 326 contos e às colónias 234 685 (sendo 142 015 para Angola, 75 110 para Moçambique e 17 560 para as restantes colónias).

As acentuadas diferenças que se verificavam no ritmo do crédito distribuído entre a metrópole e as colónias têm a sua explicação parcial no facto de os pedidos de financiamento das colónias terem sido em número e montante relativamente reduzido em 1969. Os financiamentos aprovados para as colónias eram no total 825 592 contos, o que corresponde a um aumento de 39,7 % em relação ao ano precedente, um crescimento ligeiramente menor do que na metrópole.¹⁸⁹ Os investimentos metropolitanos iam ganhando relevância em comparação com os investimentos coloniais dentro do Banco, uma tendência que continuara até 1974.

Os financiamentos aprovados orientaram-se fundamentalmente para a indústria (39,2 % do montante total), para a eletricidade (22,2 %), para a construção e obras públicas (20,5 %) e para os transportes e comunicações (7,8 %), os setores tradicionais de investimento do BFN. O Banco acreditava que o desenvolvimento da economia portuguesa dependia destes setores. Quanto às operações de garantia, destinaram-se exclusivamente ao setor dos transportes e comunicações (63,4

¹⁸⁸ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 20.

¹⁸⁹ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 10.

% do montante total) e ao das indústrias transformadoras (36,6 %).¹⁹⁰ A indústria, tanto nas operações de financiamento como nas operações de garantia, teve um peso relativo menor nas operações aprovadas em 1969 do que nos períodos anteriores, mas nos anos seguintes voltaria (e a indústria transformadoras em particular) a ganhar peso nas operações do Banco.

Analisando numa perspetiva setorial a contribuição do Banco para o Programa de Execução de 1969 do III Plano de Fomento, era decisivo mais uma vez o financiamento das indústrias transformadoras, com particular relevo para as indústrias metalúrgicas, metalo-mecânicas, de material elétrico e de transportes. Foi igualmente significativa a atividade creditícia no setor dos minerais não metálicos e no dos têxteis, embora no primeiro, por falta de pedidos, não se tenha atingido o montante previsto no Programa de Execução, ao contrário do que aconteceu nos outros setores financiados pelo BFN. Houve também a continuação do apoio ao reforço das infraestruturas de base, como a energia e os transportes e comunicações, o primeiro setor com 460 000 contos de montante de operações aprovadas e o segundo setor com 214 500 contos, apesar destes setores já não serem uma prioridade no Plano.¹⁹¹ Verificava-se assim uma certa dependência de trajetória no que diz respeito ao financiamento concedido pelo BFN. Havia certos setores em que o financiamento do BFN não estava previsto, visto que o plano contava com o BFN para operar sobretudo nos setores onde tradicionalmente se concentrara o seu investimento. O Banco tinha uma certa autonomia no que toca às empresas e projetos que escolhia financiar, visto que os planos de fomento determinavam apenas os setores prioritários, mas por vezes certos projetos específicos eram incluídos diretamente nos planos. Estes financiamentos podiam tanto incluir empréstimos diretos como participações financeiras, ou a tomada de obrigações de empresas diretamente incluídas no Plano de Fomento, bem como de empresas em setores abrangidos e por isso indiretamente incluídas.

Para o período do III Plano de Fomento previa-se um crescimento do setor industrial, na metrópole, a uma taxa média anual idêntica à do Plano Intercalar (9 %) e superior ao II Plano de Fomento (8 %). As previsões de crescimento económico incluídas nas várias edições dos Planos foram sempre cumpridas. Esperava-se que o setor das indústrias transformadoras desempenhasse um papel decisivo na transformação da estrutura da economia metropolitana, com um efeito de arrastamento sobre os outros setores. A agricultura, silvicultura e pecuária da metrópole, que em 1967 ainda empregava cerca de 35 % da população ativa, continuava a ser uma prioridade dentro do Plano. O planeamento económico nunca esteve apenas focado na industrialização, sendo parte significativa dos recursos canalizados para a agricultura. A agenda do Governo era vencer a relativa

¹⁹⁰ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 11.

¹⁹¹ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 12.

estagnação do produto agrícola dos anos Sessenta e as dificuldades em que se debatia o setor, a fim de obter um aumento das produções não inferior à taxa média de 3 % ao ano. Simultaneamente, procurou-se alcançar uma progressiva redução da população ativa ocupada na agricultura, com o objetivo de se poder elevar substancialmente o rendimento *per capita* do setor rural. O objetivo inscrito no Plano era que a população ativa do setor baixasse de 35 % para 27 % da população ativa total, uma redução ambiciosa, mas que correspondia ainda assim a uma percentagem relativamente alta em comparação com os restantes países europeus. Para esse efeito, o Projeto do III Plano incluía diversos empreendimentos considerados de elevada reprodutividade, cujo investimento total era de 14 milhões e 600 mil contos, isto é, cerca de quatro vezes os do Plano Intercalar de Fomento (a edição anterior dos Planos de Fomento).¹⁹²

A escala de recursos alocados, em termos de montantes e em investimento industrial realizado, foi aumentando com cada edição do Plano. O foco deixou de ser a instalação de infraestruturas, como nos dois primeiros planos, para passar a ser o crescimento económico através da industrialização. A instalação de infraestruturas continuou, com a eletrificação, por exemplo, mas estes investimentos tornaram-se uma parcela decrescente dos montantes totais do plano, com uma diminuição do investimento no setor da eletricidade. O objetivo do aumento do rendimento superava qualquer outro objetivo inscrito no plano, foi sempre o objetivo principal.

O ano de 1969 foi significativo no crédito concedido pelo BFN à produção e à venda a prazo de bens de equipamento no mercado interno. As operações que nesse campo se aprovaram atingiram o montante de 277 194 contos, sem considerar os empréstimos facultados a empreiteiros, no valor de 438 000 contos. Por outro lado, a importância destas operações e o facto de os pedidos dessa natureza afluírem ao Banco em volume crescente levaram à criação, já em 1970, de uma nova Direção dos Serviços de Operações Especiais de Crédito, incumbida do estudo de todas as solicitações de crédito à produção e à venda a prazo de bens de capital e de crédito à exportação. Essa avaliação deixava assim de ser feita diretamente pela administração do Banco, como acontecera até aí, mas passava a ser delegado num departamento específico. Em 1970 começaram a ser aprovadas algumas operações de crédito à exportação de montante significativo, pela primeira vez na história do Banco, que no entanto não chegariam a ser realizadas, como veremos mais à frente.¹⁹³

Dentro das operações passivas do Banco, houve um acréscimo de 621 000 contos (+ 36,1 %) verificado nos depósitos em vigor em 31/12/1969. O fato de o Banco ter conseguido atrair, através da

¹⁹² A. J. Veiga, *Linhas Gerais do Plano de Fomento*, (F. Moutinho, Entrevistador) Lisboa, Secretariado Nacional de Informação, 1967, p. 16-17.

¹⁹³ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 13-14.

suas operações passivas, volumes crescentes de poupança, era, significativo, na medida em que contribuiu para o regresso ao mercado financeiro de liquidez que, por várias razões, até aí era direcionada para outros circuitos do mercado de capitais ou se orientava para aplicações lucrativas, mas de diminuta reprodutividade económica, como o mercado imobiliário. E era a pequena poupança que aprovisionava as contas de depósito no BFN. No fim do exercício de 1969, havia 33 831 contas no Banco (16 969 em 1968) e o montante global era de 2 345 310 contos, ou seja, o valor médio dos depósitos nessa data era acerca de 69 contos, a dimensão normal do aforro captado. O Banco não teve por isso necessidade de recorrer a empréstimos externos (a não ser em utilização de uma linha de crédito que já anteriormente lhe fora facultada), nem à emissão de obrigações, seja no mercado nacional, seja no mercado internacional, em 1969.¹⁹⁴

O BFN era um caso relativamente singular no contexto dos bancos de desenvolvimento, precisamente por praticamente só utilizar recursos internos e não tentar angariar recursos no exterior. Com efeito, depois de 1963, o BFN nunca recorreu ao crédito externo, nem emitiu obrigações no estrangeiro, todas as emissões de obrigações que realizou enquanto sociedade anónima a partir de 1963 foram no mercado interno. A cooperação com o Banco Mundial também era praticamente inexistente, pelo menos até 1977. O recurso a empréstimos concedidos pelo Estado e a empréstimos concedidos pelo banco central era comum entre bancos de desenvolvimento públicos, tal com o BFN.

Nas participações financeiras, o Banco, para além das parcelas, respetivamente de 200 000 contos e de 1 000 contos, que subscreveu no capital da Sociedade Financeira Portuguesa (de 1 milhão de contos, subscreveu 20 %) e da Companhia de Seguro de Créditos, foi solicitado pelo Governo a colaborar na colocação de obrigações emitidas pelo Fundo de Turismo e pelos CTT (acabando por tomar 5 000 contos dessas emissões). Adicionalmente, no âmbito de um pedido de apoio financeiro apresentado por uma empresa hidroelétrica das colónias, o Banco proporcionou uma parcela (5 000 contos) dos recursos necessários mediante a subscrição de ações de uma futura emissão.¹⁹⁵ A subscrição do capital na Sociedade Financeira Portuguesa representou 95 % do montante das participações financeiras em 1969 e o BFN continuaria a ser acionista desta empresa ao longo de todo este período.

No conjunto das modalidades de apoio financeiro praticadas pelo Banco (empréstimo diretos, participações financeiras e operações de garantia), foram, em 1969, aprovadas cento e vinte e uma operações (menos três do que em 1968). Ainda no que se refere à quantidade de operações

¹⁹⁴ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 15.

¹⁹⁵ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 21.

aprovadas, alcançou-se em 1969 o máximo desde 1960 de empréstimo diretos aprovados (cento e dez).¹⁹⁶ No conjunto das operações aprovadas, o empréstimo direto continuou predominante (2 724 686 contos, 79 % do total das operações), seguido pelas operações de garantia. Destinaram-se às colónias financiamentos no montante de 820 592 contos e garantias no valor de 1 675 contos.

O crédito industrial (2 014 466 contos) manteve a sua posição dominante em relação aos demais tipos de crédito. Tiveram uma expressão mais reduzida, em comparação com 1968, o crédito predial nas colónias (25 510 contos) e o crédito agropecuário (57 000 contos), este confinado à metrópole e distribuído quase exclusivamente através do organismo especializado do Estado, a Junta de Colonização Interna. No âmbito do crédito industrial, as indústrias transformadoras, a eletricidade e os transportes e comunicações na metrópole, bem como a construção e obras públicas, as indústrias extrativas e a eletricidade nas colónias, continuaram a ser os setores de atividade mais beneficiados. O valor das operações aprovadas relativas às indústrias transformadoras das colónias foi de 51 080 contos, menos de metade do registado em 1968 (este tipo de flutuação era comum nas colónias).¹⁹⁷

Os empréstimos a longo prazo assumiram uma expressão menos significativa relativamente aos empréstimos a médio prazo, por um conjunto de razões:

- os projetos apresentados ao Banco tendiam a ser mais adequados aos empréstimos a médio prazo, havia poucos projetos que justificassem um investimento de longa duração, de acordo com a avaliação feita pelo serviços do BFN dos pedidos recebidos;
- alguns condicionalismos estatutários impediam um maior número de empréstimos a longo prazo (por exemplo, pedia-se certo tipo de garantias que não se pedia no caso de empréstimos a médio prazo);
- havia limitações que derivavam da composição das fontes de recursos do Banco e dos termos em que os mesmos lhe eram facultados, uma vez que o BFN só podia utilizar os fundos provenientes dos depósitos a prazo e das suas próprias operações para conceder empréstimos de longa duração.

Assim se explica, que, à semelhança dos anos precedentes, os empréstimos diretos aprovados a médio prazo tenham atingido em 1969 volume mais elevado do que os empréstimos a longo prazo (2 067 266 contos contra 657 420). Contudo, esta última importância é nitidamente superior à dos empréstimos diretos a longo prazo aprovados em 1968 (272 250 contos) e em 1967 (560 400 contos). Por outro lado, uma parcela (aliás significativa em 1969) das operações a médio prazo aprovadas

¹⁹⁶ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 23.

¹⁹⁷ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 25.

pelo Banco podia ser convertida em empréstimos a longo prazo mediante uma renegociação.¹⁹⁸ No que se refere às colónias, a posição relativa dos financiamentos a longo prazo era mais favorável do que na metrópole, em virtude de os investimentos financiados nas colónias terem, frequentemente, um ritmo mais lento de recuperação.

Embora o número de operações de garantia aprovadas tenha diminuído de onze, em 1968, para seis, em 1969, o respetivo valor ascendeu a 496 572 contos, ligeiramente mais elevado que o do ano precedente (434 841 contos). Isso deveu-se, essencialmente, à aprovação de duas operações de elevado montante: uma, de 265 000 contos, para assegurar a compra no estrangeiro de material de transporte (que por si só representava 61 % do montante total das operações de garantia); a outra, de 148 246 contos, destinada a garantir o pagamento de equipamento adquirido no exterior por uma empresa produtora de celulose (34 % do montante). Também no setor dos transportes foi aprovada outra garantia, de 49 690 contos. Mais três garantias, totalizando 33 636 contos, beneficiaram empresas transformadoras, duas na metrópole e uma delas nas colónias.¹⁹⁹

O montante das operações de crédito em vigor, incluindo operações de financiamento e garantia, subiu de 8 472 245 contos em 31/12/1968 para 9 200 076 em 31/12/1969. Prosseguiu, assim, o crescimento do volume de crédito concedido pelo Banco, com uma taxa de expansão ligeiramente superior à do ano precedente (8,6 % em comparação com 8,1 %). A subida foi mais acentuada nas operações de garantia (18,9 %, contra 15,9 % em 1968) do que nas operações de financiamento (7,2 %, contra 7,1 %). À medida que iam sendo reembolsados os empréstimos transferidos do FFN e do Departamento de Fomento do Banco de Angola, crescia a importância das operações originadas no BFN, que em 31/12/1969 representavam 73 % dos financiamentos em vigor.²⁰⁰

Durante o ano de 1969 os novos meios utilizados nos financiamentos do Banco provieram essencialmente de fontes financeiras internas. No segundo semestre de 1969, iniciou-se a captação de depósitos a prazo em Angola (a única colónia em que se podia abrir depósitos no BFN), através da Delegação em Luanda. Os depósitos angolanos representariam, no entanto, uma porção insignificante do total dos depósitos do BFN, nunca tendo tido uma expressão relevante nos seus recursos, correspondendo de resto a quota do Banco a uma percentagem ínfima dos depósitos a prazo dentro do sistema bancário angolano.

¹⁹⁸ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 26.

¹⁹⁹ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 27.

²⁰⁰ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 35.

A colaboração financeira com a CGD caracterizaria a atividade comercial do BFN desde a sua fundação. A CGD tinha amplos recursos, que não conseguia utilizar na totalidade através das suas operações financeiras ordinárias, e o BFN precisava de recursos adicionais para continuar a expansão do volume das suas operações financeiras. Esta colaboração fazia por isso sentido, mesmo sendo os dois bancos competidores nas modalidades de crédito a médio prazo e a longo prazo. A colaboração normalmente tomava a forma de empréstimos de frequência irregular e de volume considerável, quando os empréstimos eram esgotados pelo BFN, a CGD concedia uma nova linha de crédito.

No final do ano de 1969, a CGD facultaria ao BFN um empréstimo de 200 000 contos. Como, durante o exercício de 1969, se procedera ao reembolso de 43 500 contos outorgados em anos anteriores, cifrava-se em 536 000 contos, em 31/12/1969, a colaboração financeira com aquela instituição de crédito.²⁰¹ O crédito de 160 000 contos concedido em Luanda pelo Banco de Angola encontrava-se, em 31/12/1969, aplicado, na sua quase totalidade, em operações em Angola, uma vez que o saldo devedor da respetiva conta era, nessa data, de 158 805 contos. O crédito de 100 000 contos facultado em Lourenço Marques pelo BNU estava, no final do ano, utilizado pelo montante de 98 924 contos em empréstimos em Moçambique.²⁰² A colaboração do Banco de Angola, do BNU e da CGD com o BFN eram semelhantes, a diferença principal era que os empréstimos do Banco de Angola eram exclusivamente para uso em Angola, os empréstimos do BNU eram para uso exclusivo em Moçambique e os empréstimos da CGD não tinham delimitação geográfica.

O exercício de 1970 ficou marcado pelos seguintes dados:

- Deram entrada no Banco quatrocentos e cinco pedidos de crédito no valor de 6 319 075 contos.
- O montante (4 817 812 contos) e o número (duzentos e vinte e quatro) das aprovações ultrapassaram os máximos anteriores (3 437 258 contos em 1969 e cento e vinte e quatro operações em 1968), um acréscimo de, respetivamente, 40 % e 81 %;
- O lucro líquido do exercício passou de 91 367 contos, em 1969, para 96 309 contos, em 1970;
- Inauguraram-se, em Lisboa, as novas instalações da Sede do Banco e, em Lourenço Marques, as da Direção-Geral em Moçambique;
- Procedeu-se à abertura de delegações em Évora, Viseu, Braga, Santarém, Coimbra e Aveiro.²⁰³ Havia em 1970 sete delegações na metrópole.

²⁰¹ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 37.

²⁰² Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 38.

²⁰³ Banco de Fomento Nacional, *Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal. Exercício de 1970*, Lisboa, 1971, p. 9.

No que diz respeito ao valor global dos pedidos de crédito, o acréscimo registado em 1969 foi de 67,8 % e em 1970, de 22,8 %, já no que respeita ao número dos pedidos o ritmo de evolução foi respetivamente de 13,5 % e 55,8 %. O valor médio das solicitações recebida pelo Banco diminuiu: de cerca de 20 000 contos em 1969, passou-se em 1970, para 15 600 contos, em parte porque houve uma dispersão por um número cada vez maior de empresas. Houve uma expansão do montante dos pedidos de crédito à produção, de crédito à venda a prazo de bens de equipamento no mercado interno e de crédito à exportação, cujo montante global registou, em 1970, um aumento superior a 70 % (2 158 431 contos em 1970 contra 1 269 941 contos em 1969).²⁰⁴

É de salientar o relevo, nas colónias, do crédito ao setor público, o qual, com um acréscimo de 60,1 % relativamente a 1969, atingiu o montante global de 945 864 contos, distribuídos, na sua quase totalidade e em parcelas sensivelmente iguais, por Angola e Moçambique. Registaram-se ainda, durante 1970, vinte e dois pedidos de valor igual ou superior a 50 000 contos, o mesmo número de pedidos do que 1969.²⁰⁵ Ou seja a diminuição não proveio de uma diminuição do número de pedidos de volume significativo (de grandes empresas) mas de um aumento do número de pedidos de volume menor. O Banco continuava a investir em grandes projetos.

Em relação às participações financeiras, embora a quantidade dos pedidos apresentados ao Banco seja superior em 1970 do que em 1969, o seu montante global decresceu de forma acentuada, pois no montante global de 1969 inclui-se uma operação de volume considerável (a subscrição de 200 000 contos no capital da Sociedade Financeira Portuguesa). Os pedidos de operações de garantia, por sua vez, situaram-se, quer em número (seis), quer em valor (513 715 contos), num nível um pouco mais baixo do que em 1969 (nove operações, totalizando 686 192 contos). Quatro das operações propostas, na importância de 473 894 contos, provieram de Moçambique, e uma, de 30 000 contos, proveio de Angola.²⁰⁶ As operações de garantia tinham habitualmente um papel desproporcional nas colónias, quer relativamente às restantes operações, quer em comparação com a metrópole, porque as empresas coloniais recorriam mais frequentemente ao crédito externo, em virtude do relativo subdesenvolvimento dos seus setores bancários.

Do ponto de vista da sua distribuição setorial, em 1970 os financiamentos relativos às colónias orientaram-se predominantemente para as infraestruturas, contrariando a tendência dos anos anteriores, em que a indústria recebera a maior parte do número dos empréstimos aprovados. No total do número dos empréstimos aprovados para as colónias, a indústria representou apenas 13,3 %

²⁰⁴ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 20.

²⁰⁵ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 21-22.

²⁰⁶ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 23.

(60,6 % na metrópole), destinando-se 30,4 % à produção e transporte de energia elétrica (17,4 % na metrópole) e 48,6 % ao setor público (menos de 1 % na metrópole). Os financiamentos que se aprovaram para a metrópole, no montante de 2 619 102 contos, representaram um aumento global de 23,9 % em relação ao ano anterior. Houve uma subida acentuada do número de empréstimos destinados às indústrias transformadoras (quarenta e nove em 1969 e cento e sete em 1970), totalizando 1 484 149 contos, excedendo em 67,1 % os 887 884 contos de 1969. O crédito à exportação, no primeiro ano em que o Banco começou a praticá-lo, teve 247 515 contos em empréstimos aprovados (mas não realizados). Globalmente, a distribuição, em 1970, dos empréstimos aprovados do Banco apresentava a seguinte repartição: o setor privado, 79,6 % e o setor público, 20,4 %. As indústrias extrativas e transformadoras representaram 41,9 % dos empréstimos aprovados, a eletricidade 22,5 %, transportes e comunicações 4,1%, exportação 5,8 % e os restantes setores 5,3 %.²⁰⁷

O saldo dos depósitos a prazo registou um aumento líquido de 1 086 894 contos (+ 46,3 %); e o respetivo número de contas subiu, durante o ano, de 33 831 para 55 447 (+ 63,9 %), com a conseqüente redução do valor médio dos depósitos, que evoluiu de cerca de 100 contos em 1968 para 69 contos em 1969 e para 60 em 1970. O pequeno aforro aumentava assim o seu peso no conjunto dos depósitos do Banco (uma tendência que continuava de anos anteriores). Os depósitos a prazo, continuando o crescimento iniciado em 1967, alcançaram na estrutura dos recursos utilizados pelo Banco, posição de primazia (até aqui detida pelos créditos do Estado) entre os capitais alheios, representando no fim de 1970, 43,2 % do passivo a médio e a longo prazo. Os fundos diretamente recolhidos no mercado (depósitos e obrigações), passaram praticamente a igualar os obtidos pelas restantes vias.

A mobilização dos fundos depositados, em adição ao volume crescente de capitais recuperados pela normal liquidação das operações existentes, e complementada com certos auxílios do Estado, cobriu praticamente todas as necessidades derivadas da expansão da atividade creditícia, tornando dispensável o funcionamento de alguns dos outros mecanismos de obtenção de recursos. Pôde, deste modo, prescindir-se quer de empréstimos externos (salvo a utilização de uma linha de crédito aberta em 1968), quer de emissões obrigacionistas, tanto no mercado interno como no internacional. Entre 1969 e 1974 isto era prática comum do Banco.²⁰⁸

Em 1970 couberam ao crédito direto ao investidor cento e sessenta e três operações aprovadas, representando 3 318 713 contos (2 648 762 contos em 1969), e ao crédito à produção, à

²⁰⁷ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 12.

²⁰⁸ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 14.

venda a prazo de bens de equipamento no mercado interno e à exportação, sessenta e uma operações aprovadas, no valor global de 1 499 099 contos (contra 785 496 contos no ano precedente). Ganhou assim vulto a posição destas últimas modalidades de operações, com um crescimento da ordem dos 100 %. Dentro do montante global que lhes correspondia, 247 515 contos, referentes a sete operações aprovadas, eram da modalidade do crédito à exportação.²⁰⁹

O crédito concedido à metrópole foi, no total, 2 628 923 contos, montante que, devido ao escasso relevo assumido em 1970 pelas participações financeiras e operações de garantia, traduz um crescimento inexpressivo em relação ao valor correspondente do ano anterior (2 607 991 contos); as colónias, todavia, passaram de 829 267 contos, em 1969, para 2 188 889 contos em 1970, o que significa uma taxa de expansão da ordem dos 164 %. Todo o crescimento das operações de crédito do BFN em 1970 ocorreu nas colónias. Os empréstimos representaram 89 % do montante total, as operações de garantia 10,4 % e as participações financeiras 0,6 %. Em 1969-74 as participações financeiras representavam uma menor porção do montante total aprovado do que nos períodos anteriores.

Na distribuição das operações por tipos de crédito, quer se comparem apenas valores globais, quer se atente na sua repartição geográfica, é notória a prevalência do crédito industrial, cujo crescimento se processou a uma taxa da ordem dos 31 % (20 % para a metrópole e cerca de 81 % para as colónias). Houve também um surto registado no crédito ao setor público, com uma taxa de crescimento superior a 140 %. Esta modalidade, contemplou não apenas as autarquias de Angola e Moçambique, mas as próprias Províncias de Angola e de Moçambique, que dividiram entre si, em proporção idêntica, operações num total de 645 000 contos. O crédito agrícola teve um montante maior nos empréstimos indiretos (100 000 contos), em nítido contraste com a posição que lhe cabe nos empréstimos diretos (12 850 contos), o que é resultado da canalização do apoio financeiro do BFN ao setor agropecuário através de organismos especializados neste tipo de financiamento. O BFN só esporadicamente dava empréstimos diretos ao setor agrícola.

Durante 1970, aprovaram-se, nas participações financeiras, nove operações de reduzido montante (28 471 contos) e resultantes, na sua quase totalidade, da intervenção do Banco na tomada firme de empréstimos obrigacionistas. As operações de garantia aprovadas situaram-se em nível praticamente idêntico ao apurado em 1969 (de 496 572 contos para 503 576). Ao contrário do ocorrido no ano de 1969, em que as garantias respeitaram quase integralmente a metrópole (494 879 contos num total de 496 572), em 1970, 493 755 contos, ou seja 98 %, destinaram-se a Moçambique,

²⁰⁹ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 26.

assumindo particular relevo o aval a favor de uma empresa moçambicana do setor das indústrias transformadoras.²¹⁰

No mercado dos títulos, na constituição de novas sociedades e na emissão de obrigações do setor privado, registaram-se diminuições nos montantes envolvidos de 1969 para 1970. Tal diminuição refletiu-se nas participações financeira aprovadas pelo BFN, que foram de reduzido volume comparativamente com os anos anteriores. O mercado das novas emissões de títulos da dívida privada (de obrigações) era bastante restrito, pois mantinha-se reduzido o número de empresas que nele colocavam empréstimos.²¹¹

Em 1970, houve uma alteração significativa nas taxas de juro, devido à subida de 3 para 3,5 % da taxa de desconto do Banco de Portugal, em abril. O Decreto-Lei nº 180/70, de 25 de abril, entretanto, fez depender todas as taxas de juros daquela taxa de desconto: não só as das operações ativas das instituições de crédito, como até então acontecia, mas também as das operações passivas. Devido a este decreto a aludida alteração provocou um aumento no nível geral das taxas de juro.²¹²

As operações de crédito em vigor em 31/12/1970 ascenderam ao montante de 10 784 820 contos (Tabela I, Anexo A). Pela primeira vez na vida do Banco, a posição do crédito concedido registou um aumento absoluto superior a um milhão de contos (1 684 744 contos contra 727 831 contos em 1969), crescendo 17,2 % (8,6 % no ano precedente). Tal incremento ficou a dever-se, sobretudo, ao crescimento originado nas operações de financiamento, que se expandiram à razão de 18,7 % (8,6 % em 1969), enquanto o crescimento das operações de garantia deu-se à taxa mais moderada de 7,3 % (contra 18,9 % no ano anterior). Desta forma, as operações de financiamento reforçaram a sua larga preponderância no conjunto do crédito vigente. As operações próprias do Banco representaram, em 31/12/1970, no total do crédito em vigor, cerca de 80 % (contra 73 % em 1969).

Foi novamente no mercado interno que o Banco, no decurso de 1970, se abasteceu dos novos meios necessários ao regular desenvolvimento da sua atividade. O Ministério das Finanças entregou ainda ao Banco, em aplicação de parte do produto das décima quarta e décima quinta emissões de promissórias de fomento nacional, 300 000 contos destinados a financiar empreendimentos integrados no III Plano de Fomento, distribuídos pelos setores agrícola, indústrias transformadoras e empresas produtoras de bens de equipamento.

²¹⁰ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 31-32.

²¹¹ Banco de Portugal, *Relatório do Conselho de Administração Parecer do Conselho Fiscal Gerência de 1970 1º Volume*, Lisboa, Tipografia do Banco de Portugal, 1971, p. 182.

²¹² Banco de Portugal, *op. cit.*, p. 207.

No decurso de 1970 não se concluíram com a CGD e com o Banco de Angola novas operações, pois as antigas linhas de crédito concedidas por estes bancos ainda não sido utilizadas na sua totalidade. O apoio financeiro recebido do BNU em Moçambique que, em 31/12/1969, reduzia-se a dois créditos, de 100 000 e 30 000 contos, foi, em 1970, consideravelmente ampliado, através da concessão de dois empréstimos de 100 000 e 50 000 contos, respetivamente. As duas linhas de crédito de 1969 já tinham sido utilizadas na sua totalidade. O montante dos recursos facultados pelo banco emissor ascendeu, por isso, a 280 000 contos, dos quais só uma parcela de 11 122 contos, relativa ao último dos empréstimos anteriores, se encontrava por utilizar em 31/12/1970. No domínio do crédito externo, o Banco continuou a dispor da linha de crédito que, para financiamento da importação de bens de capital de origem sul-africana, havia contratado em 1968 com a firma *Industrial Development Corporation of South Africa Limited*, tendo utilizado, ao abrigo desse esquema de cooperação, 2 095 123 rands (cerca de 83 800 contos), integralmente aplicados em Moçambique.²¹³ O BFN estava em 1970 menos dependente de empréstimos de instituições de crédito do que no período inicial.

A expansão das atividades do Banco durante o exercício de 1971 ficou caracterizada pelos seguintes fatos:

- Houve quinhentos e oitenta e oito pedidos de crédito, com o valor global de 7 212 417 contos;
- O crédito em vigor saldou-se, no final do ano, por 12 941 909 contos, havendo registado o acréscimo absoluto de 2 157 089 contos (1 499 958 em 1970), o que traduz um ritmo de expansão de 20 %;
- O lucro líquido exprimiou-se por 102 441 contos, quando no ano precedente fora de 96 309;
- Prosseguiu-se a execução da política de ampliação da rede de serviços do Banco, com a abertura ao público das delegações de Setúbal, Vila Real, Beira e Nova Lisboa (atualmente Huambo). Havia agora nove delegações na metrópole e quatro delegações em Angola e Moçambique.²¹⁴

O número de pedidos do setor público, apesar de ter em 1970 particular dinamismo (tendo registado um acréscimo de 60,1 %), diminuiu significativamente em 1971. O montante dos pedidos de crédito ao setor público ao Banco na metrópole e nas colónias desceu de 945 864 contos em 1970 para 495 858 em 1971 havendo descido mesmo abaixo do nível de 1969 (590 660 contos). Foi, de

²¹³ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 42.

²¹⁴ Banco de Fomento Nacional, *Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal. Exercício de 1971*, Lisboa, 1972, p. 9.

resto, a forte retração dos pedidos do setor público que contribuiu para o decréscimo do montante dos pedidos de empréstimos nas colónias. Influência de sinal idêntico exerceu o crédito predial, cuja quebra, de 213 615 contos para 80 143 se repercutiu integralmente no valor apurado para as colónias, dada a sua aplicação exclusiva nestas.

No ano de 1971 as propostas de participação financeira tiveram um acréscimo de 58 523 contos, devido à maior movimentação experimentada pelo mercado primário de títulos, que se traduziu, para o Banco, numa mais intensa colaboração em operações de tomada firme. A intervenção do Banco foi solicitada tanto para a emissão de ações, como para a colocação de obrigações. Oito dos pedidos foram realizados por entidades metropolitanas, nas colónias, registou-se apenas uma operação, decorrente da criação em Angola de uma empresa do setor dos serviços. As operações de garantia, todas solicitadas pelo setor das indústrias transformadoras, embora superiores em número (sete contra seis) às de 1970, cifraram-se em montante muito inferior (193 300 contos em 1971 e 513 715 em 1970). Dos pedidos apresentados, quatro respeitavam à metrópole (num total de 172 900) e três (perfazendo 20 400 contos) a Moçambique.²¹⁵ As participações financeiras do BFN no período em estudo resumiam-se à intervenção do Banco na emissão de ações e na colocação de obrigações a pedidos das empresas que realizavam estas operações. A única exceção a esta regra era quando o BFN realizava tomadas de obrigações para financiar empreendimentos previstos nos planos de fomento.

Foi nos empréstimos que se registou um maior crescimento (um aumento de 861 247 contos, ou seja, de cerca de 20 %), crescimento suficiente para compensar e exceder largamente, o decréscimo ocorrido nas operações de garantia, as quais, como mencionado, apresentavam acentuada irregularidade. A modalidade de crédito industrial registou um novo aumento significativo de 725 950 contos em 1970 para 1 230 290 em 1971. Houve também um surto no número de operações aprovadas no crédito industrial: em 1969 houve cento e noventa e uma aprovações, em 1971 houve duzentos e noventa e oito.²¹⁶ Para a evolução positiva do crédito industrial contribuiu largamente o surto dos pedidos originários das indústrias transformadoras, cuja cadência de crescimento foi de cerca de 41,5 %. Em igual sentido se moveram a pesca, as indústrias extrativas, a construção e o setor dos transportes e comunicações (este último com um aumento expressivo de 686 643 contos). O setor da eletricidade contraiu, desta vez, a sua procura (- 184 655 contos).

O montante total dos depósitos a prazo, em 31/12/1971, era de 4 987 770 contos e cresceu, durante 1971, 1 555 566 contos, ou seja, 45,3 %. O número de contas aumentou em 1971 de 55 447

²¹⁵ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 26.

²¹⁶ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 12.

para 81 720. Deste modo, os depósitos reforçaram a sua posição no conjunto dos meios financeiros que o balanço da instituição agregava sob a rubrica de “exigível a médio e longo prazo”. Por outro lado, os fundos diretamente recolhidos no mercado (os depósitos e o produto da emissão de obrigações) constituíam agora a parcela mais significativa do mesmo conjunto. A evolução positiva dos depósitos, o recurso ao apoio do Estado e de algumas instituições de crédito (tanto na metrópole como nas colónias), conjugando-se com os capitais realizados pela liquidação de operações em vigor, permitiram que o Banco prescindisse de emissões nos mercados de capitais.

As participações financeiras e as garantias, representaram, em 1971, cerca de 3,8 % do valor total das operações, em contraste com 11 % em 1970 e 20,7 % em 1969. As variações ocorridas nas participações financeiras (+ 58 523 contos) e operações de garantia (- 320 415 contos) refletiam o carácter flutuante dos respetivos pedidos, bem como o peso decrescente que, no seu conjunto, ambas iam tendo na estrutura global das operações, à medida que estas atingiam níveis mais elevados. O crédito à exportação, apesar de, por fatores fora de controlo do Banco, continuar a representar uma fração diminuta do montante global, averbou, ainda assim, um aumento de 47,9 %.²¹⁷

O montante alcançado pelas aprovações em 1971 (5 351 852 contos) excedeu em 11,1 % o valor do ano precedente. A quantidade das operações aprovadas (duzentos e noventa e oito, contra duzentos e vinte e quatro em 1970), representava apenas um pequeno crescimento. Considerando apenas os empréstimos, entre 1969-71, desenha-se uma progressão mais harmónica, a culminar em 1971 num ritmo de acréscimo de 20,1 %..

O valor das operações metropolitanas aprovadas ascendeu a 4 232 851 contos (contra 2 628 923 contos em 1970), aumentando ao ritmo de 61 %. Foi inversa a evolução nas aprovações a favor das colónias, que sofreram uma quebra de 48,9 % (1 119 001 contos em 1971 e 2 188 889 em 1970). Note-se que o montante apurado no ano precedente para as colónias incluía operações de garantia de cerca de 500 000 contos, o que, tendo em conta o valor diminuto destas operações em 1971, explica, em boa parte, a disparidade.²¹⁸

Entre os tipos de financiamento praticados pelo Banco continuava a predominar o crédito industrial, em que o montante das operações aprovadas cresceu 40,9 %, passando a ocupar, em termos de estrutura, uma posição de 82,4 % no total das operações do exercício (contra 70,2 % em 1970). A posição de relevo do crédito industrial mantém-se contante, mesmo quando se desagregam os valores globais geograficamente. E sucede, até, que se regista uma evolução positiva mesmo nas colónias, sendo, deste modo, o único tipo de crédito que, ao longo do triénio 1969-71, revela,

²¹⁷ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 22.

²¹⁸ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 29.

qualquer que seja a perspectiva, um movimento ascensional, se bem que, em 1971, o acréscimo verificado nas colónias tinha sido inexpressivo. Os setores dos transportes e comunicações e das indústrias extrativas, exibindo valores globais apreciavelmente superiores aos de 1970 (534 600 contos contra 175 748 e 278 300 contos contra 86 000, respetivamente), estão em contraste com a retração apresentada pelo setor da eletricidade, que desceu de 965 144 contos em 1970 para 699 951 em 1971.²¹⁹

As participações financeiras aprovadas, em 1971, foram no total 106 994 contos, claramente superior ao total de 1970, 28 741 contos. Daquele montante, 58 287 contos correspondem à subscrição ou aquisição de obrigações, e 48 707 referem-se a ações, uma quantidade pouco habitual de investimento em ações, uma vez que o BFN não costumava ser tão ativo no mercado de capitais. Entre as participações aprovadas incluem-se algumas relacionadas com a intervenção do Banco em operações de tomada firme. Os 97 846 contos de garantias aprovadas em 1971, substancialmente inferiores ao montante aprovado no ano precedente (503 576 contos), distribuem-se, em proporções sensivelmente idênticas, pela metrópole e pelas colónias (42 400 contos e 55 446, respetivamente). A quebra verificada resulta exclusivamente da redução das operações aprovadas em favor das colónias (as quais haviam ascendido a 493 755 contos em 1970) já que a metrópole beneficiara apenas de 9 821 contos no ano anterior.

Foi exclusivamente no mercado interno que em 1971 o Banco obteve os meios financeiros necessários à normal expansão das suas atividades. O Ministério das Finanças, com base em recursos obtidos através da emissão de promissórias de fomento nacional, concedeu ao Banco dois empréstimos, um de 75 000 contos, outro de 50 000, destinados ao financiamento de empreendimentos, integrados no III Plano de Fomento, dos setores agrícola e das indústrias transformadoras. Ainda no decurso de 1971, concluíram-se com a CGD duas novas operações, uma de 100 000 contos (utilizada, até 1/12/1971, apenas por 10 000 contos) e uma de 300 000 contos. Como, durante 1971, se procedeu ao reembolso de 43 500 contos de financiamentos outorgados em anos anteriores, totalizava 759 000 contos, no final do ano, a colaboração financeira daquela instituição de crédito com o BFN. O apoio recebido do Banco de Portugal, que se reatara em meados de 1971 mediante a concessão de um crédito de 90 000 contos, atingia, em 31/12/1971, 70 000 contos. Também em 1971, foi ampliado para 260 000 contos o crédito em contracorrente aberto em Luanda pelo Banco de Angola, o qual se encontrava, em 31/12/1971, aplicado, em operações na colónia, pelo montante de 246 208 contos.²²⁰

²¹⁹ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 33.

²²⁰ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 44.

5.2 ALTERAÇÕES DOS ESTATUTOS DO BFN E SEUS EFEITOS

O Decreto-Lei nº 323/72 de dezanove de agosto aprovou novos estatutos para o BFN, treze anos depois da promulgação dos primeiros estatutos do banco e doze anos depois do início da sua atividade comercial. Esta mudança de estatutos foi solicitada pela própria administração através do Conselho Geral e aprovada pelo Governo. Os objetivos do Governo para o Banco não mudaram, mas houve uma mudança da política de crédito. A administração do BFN acreditava há já alguns anos que os estatutos de 1959 estavam desatualizados e restringiam desnecessariamente as operações de crédito do Banco, impedindo que certos projetos viáveis apresentados ao Banco tivessem o financiamento que necessitavam. A referência à necessidade de mudar os estatutos surgira em várias edições do Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração nos anos anteriores a 1972, pelo que a elaboração destes novos estatutos veio concluir um processo que já estava a ocorrer há alguns anos. Os novos estatutos permitiram uma operação de aumento de capital, realizada em 1972 e 1973, reforçando os capitais próprios do Banco, que passaria a recorrer menos aos empréstimos do estado, aos empréstimos de outras instituições de crédito (como a CGD ou o Banco de Portugal) ou ao crédito externo.

Os novos estatutos mantiveram para o BFN a função de banco de investimento para a metrópole e para as colónias, regulando os tipos de operações que poderia realizar e os tipos de recursos que deveria utilizar. Autorizaram a elevação do capital inicial de 1 milhão de contos, para 2 milhões, dos quais 60 % deveriam estar averbados a portugueses. Mantiveram igualmente a estrutura dos órgãos de administração do Banco, o Conselho Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, apenas houve a criação da Comissão Executiva e aumentou-se para cinco o número de membros efetivos do Conselho Fiscal.²²¹ É notório a estabilidade interna dos órgãos do banco, a sua continuidade institucional, pelo menos até o 25 de abril.

O Governador, os Vice-Governadores e os administradores não designados pelos bancos emissores ultramarinos constituíam a Comissão Executiva. Esta comissão era responsável por executar as deliberações do conselho geral e do conselho de administração e de admitir, promover e transferir os empregados, bem como despedi-los, suspendê-los ou aplicar-lhes qualquer outra espécie de sanção, e resolver tudo o mais que respeite às relações de trabalho com eles estabelecidas.

Os lucros líquidos apurados do Banco tinham as seguintes aplicações, de acordo com os novos estatutos:

²²¹ “O sistema bancário português na época de consolidação do crescimento económico moderno (1961-1975)”. Em N. Valério *et. al.*, *História do sistema bancário português. Da assunção pelo Banco de Portugal das funções de Banco Central à União Monetária Europeia, (1831-1998)*, Lisboa, Banco de Portugal, 2010, p. 182.

1. 10 % para reserva legal;
2. 5 % para reserva especial;
3. Uma percentagem não superior a 6 % como participação dos empregados;
4. A importância necessária para atribuir dividendo às ações;
5. Uma percentagem não superior a 1,5 % como participação dos corpos gerentes;
6. O remanescente, para qualquer outra aplicação determinada pela assembleia geral;

A percentagem não superior a 6 % destinada ao pessoal, era distribuída pelo Conselho de Administração atendendo ao mérito dos empregados do Banco.

O Banco tinha, obrigatoriamente, três fundos de reserva: o Fundo de reserva legal, o Fundo de reserva especial e o Fundo de garantia. A reserva legal era formada por 10 % dos lucros líquidos anuais, enquanto não atingisse montante igual ao do capital social. A reserva especial, que se destinava a cobrir as depreciações do ativo que a conta de lucros e perdas não comportava, era formada por 5 % dos lucros líquidos anuais e por quaisquer outras importâncias que, sob proposta do Conselho Geral, lhe foram atribuídas pela Assembleia Geral. A reserva de garantia destinava-se a cobrir prejuízos das operações do Banco resultantes de dívidas reconhecidamente incobráveis ou de muita duvidosa cobrança. Era aplicada em títulos da dívida pública portuguesa e os respetivos valores figuravam em rubrica especial do ativo. Era formada:

1. Por uma percentagem, fixada pelo Conselho Geral, de todas as comissões e juros cobrados, sempre que o montante da reserva e das provisões o aconselhava;
2. Pela parte dos lucros líquidos que lhe fosse destinada pela assembleia geral, quando o reputasse conveniente;
3. Por quaisquer importâncias que o Governo lhe atribuísse;
4. Pelos rendimentos dos fundos que a integravam;
5. Pelos fundos que integravam o fundo de garantia do crédito de fomento do Banco de Angola, incorporado no património do BFN à data da constituição deste último, nos termos do § 2º do artigo 52º do Decreto-Lei nº 41 957.

Para a segurança das suas operações de crédito o Banco tinha, de acordo com os Estatutos, de exigir um dos seguintes tipos de garantias:

- Hipoteca;
- Consignação de receitas ou rendimentos;
- Penhor;
- Fiança;

- Aval;

As operações de crédito a longo prazo tinham de ser asseguradas por garantias reais, aval do Estado ou das províncias ultramarinas ou fiança bancária. Quando a garantia era hipotecária o Banco só aceitava primeiras hipotecas. Para haver uma exceção às regras previamente enumeradas (por exemplo, não ser necessário dar uma garantia), as deliberações necessárias eram da competência do Conselho de Administração ou do Conselho Geral, conforme se tratava de empréstimos a médio ou a longo prazo.

Entre os aspetos mais relevantes de 1972, haverá a apontar o seguinte:

- Houve seiscentos e sessenta e três pedidos de crédito, com o valor global de 10 854 milhares de contos;
- O crédito em vigor saldou-se, no final do ano, por 16 526 milhares de contos, verificando-se, em comparação com 1971, uma taxa de crescimento de 27,7 %;
- O lucro líquido saldou-se por 111 882 milhares de contos, quando no ano anterior se tinha saldado por 102 442 milhares;
- Em seguimento da política de alargamento da rede de representação do Banco, abriram-se delegações em Bragança e Faro.²²²

Em 1972 o BFN tinha a sua sede em Lisboa e delegações no Porto, Braga, Aveiro, Coimbra, Évora, Santarém, Viseu, Setúbal, Vila Real, Bragança e Faro, estava presente em doze distritos. Em Angola tinha uma direção-geral em Luanda e uma delegação em Nova Lisboa, em Moçambique tinha uma direção-geral em Lourenço Marques e uma delegação na Beira.

Aumentou o número total dos pedidos globalmente, mas especialmente nas colónias com uma expansão da ordem dos 27,2 %. Em termos de montantes envolvidos, nas colónias, houve um acréscimo de 39,4 % no total dos pedidos de empréstimo (20,5 % na metrópole) e de 468,9 % nas operações de garantia (270,5 % na metrópole). 1972 foi um ano incomum pois as colónias registaram uma maior crescimento do que a metrópole no montante dos pedidos que chegaram ao Banco e as operações de garantia registaram um maior aumento do que os empréstimos. Em contraste com o sucedido em 1971, em 1972 o número de pedidos de crédito entrados revelava um certo abrandamento no seu crescimento (12,8 % de aumento contra 45,2 % em 1971), atingindo-se 663 propostas de operações, este nível superava em 63,7 % o registado em 1970.²²³

²²² Banco de Fomento Nacional, *Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal. Exercício de 1972*, Lisboa, 1973, p. 11.

²²³ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 32.

As operações de empréstimo representaram, em 1972, 95,8 % dos pedidos entrados e 88,8 % do seu valor. Em 1971 as percentagens correspondentes aos empréstimos se situaram, quanto a número e valor, em 97,3 % e 95,8 %, respetivamente. No intervalo 1971-72 as participações financeiras mantiveram uma posição quase invariante, ou seja, a diferença surgiu nas operações de garantia: em 1972 representavam 10,1 % do montante total contra 2,7 % em 1971. Este surto levou à perda de posição relativa dos empréstimos. Embora o Banco de Fomento tivesse estado mais ativo no mercado das operações de garantia em 1972, esta evolução foi influenciada por uma certa persistência de condições favoráveis no mercado financeiro internacional. Houve, na dimensão dos empréstimos solicitados, um aumento dos valores médios, que passaram de 12 084 contos em 1971 para 15 175 contos em 1972. Tal não determinou, porém, que tivesse deixado de continuar a afluir ao Banco elevado número de solicitações de pequeno montante, havendo até uma melhoria da posição relativa dos escalões mais reduzidos. O aumento do valor médio dos empréstimos solicitados deveu-se apenas à influência de operações de montante avultado, que surgiram em consequência de decisões de investimento importantes, respeitando quer à indústria transformadora quer à construção de infraestruturas.²²⁴

As colónias alcançaram uma nova relevância dentro das operações de crédito do Banco, especialmente nos empréstimos e operações de garantia, contribuindo, em 1972, com 30,3 % do número de pedidos e 33,8 % do montante envolvido, em 1971 as respetivas percentagens foram de 27,4 % e 22,4 %. Aliás, excetuando o sucedido no número de participações financeiras solicitadas, as colónias viram melhorada a sua posição relativa em todas as operações financeiras, com, por exemplo, a duplicação que se operou no montante dos pedidos de empréstimo.²²⁵

Houve um aumento de 154,9 % no número de pedidos de empréstimo apresentados em Angola. Trata-se de uma evolução que, mais uma vez, demonstra o desenvolvimento industrial ocorrido neste período na colónia e a atenção que o BFN tinha dedicado ao esforço de investimento levado a efeito tanto pelo setor público como por numerosas empresas privadas. Em plano ligeiramente inferior surge Moçambique onde os pedidos cresceram também de forma assinalável (83,9 %), tanto mais que esta colónia não tinha, nos anos anteriores, conseguido aproximar-se da dinâmica de crescimento registada em Angola.²²⁶ O número de pedidos de crédito de exportação entrados em 1972 aumentou em 18,2 %, no entanto, os montantes envolvidos tiveram um subida de

²²⁴ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 33.

²²⁵ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 34.

²²⁶ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 35.

116,9 %.²²⁷ O BFN recebeu nove pedidos de crédito à exportação em 1972, sete vindos da metrópole e dois vindos das colónias.

Quanto às operações de garantia, ao contrário do sucedido em 1971, verifica-se, em 1972, aumentos significativos quer no número, quer nos montantes envolvidos pelas fianças solicitadas ao Banco. Assim, mais do que triplicou o montante relativo à metrópole, passando as colónias, entre 1971 e 1972, de uma participação de 10,6 % no valor total das solicitações para 41,6 %. Nesta subida pesou especialmente Moçambique: 40,5 % do total e um crescimento de quase vinte e duas vezes. A Direção-Geral do BFN em Angola, que em 1971 não recebera quaisquer pedidos, recebeu em 1972 duas solicitações de montante relativamente modesto (12 285 contos no total). Foi das indústrias transformadora que mais uma vez partiram a maioria dos pedidos apresentados (72,2 % em número, 76,8 % em valor).²²⁸

Nas operações aprovadas houve um movimento ascendente semelhante, com uma maior percentagem de aprovações relativamente ao ano anterior: enquanto em 1971 apenas cerca de 50 % do número de pedidos foi aprovado, em 1972 a percentagem correspondente situou-se em, aproximadamente, 55 % (mesmo com o aumento do número de pedidos). Houve também um aumento nos rácios apurados para as colónias (55,7 % em 1972, contra 38,0 % em 1971).²²⁹ As colónias agora tinham um rácio idêntico ao da metrópole, um sinal do que as colónias se haviam tornado uma maior prioridade em termos de investimento.

Houve um aumento da importância relativa do “crédito aos transportes, comunicações e outros serviços” nas operações do Banco, que é resultado da maior atenção conferida pelo BFN, em 1972, aos projetos oriundos destes setores. Quanto aos créditos agropecuário e predial, no primeiro, o Banco disponha de deficientes meios para praticar, em condições concorrenciais, esta modalidade. Quanto ao crédito predial, tratava-se de uma linha de crédito que vinha a decrescer de importância dentro das prioridades do Banco, sendo substituída por outras operações de crédito em Angola, como o crédito industrial.²³⁰ Isto também refletia a crescente importância do setor industrial dentro da economia angolana e a diminuição relativa do peso do setor de construção, apesar deste setor continuar a crescer.

Foram aprovadas em 1972, no total, trezentos e sessenta e três operações (mais 21,8 % do que em 1971), totalizando 8 241 353 contos (mais 54,0 %). Apesar do crescimento das operações de garantia aprovadas em 1972 (157,1 % no número de operações e 1053,5 % para o montante), as

²²⁷ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 38.

²²⁸ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 39.

²²⁹ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 18.

²³⁰ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 19.

operações de empréstimo também tiveram um crescimento assinalável (19,5 % no número de operações e 36,2 % para o montante).²³¹ Aproximadamente 50 % das aprovações foram de montante inferior ou igual a 2 000 contos e cerca de 70 % foram de montante inferior ou igual a 5 000. No polo oposto, houve uma relativa diminuição nas aprovações de volume superior a 50 000 contos (6,4 % do total).

Como seria de esperar, em face do número de pedidos, as aprovações relativas às colónias tiveram um dinamismo mais acentuado do que na metrópole (em número de operações e montantes, as percentagens a comparar são, respetivamente para as colónias e metrópole, de 96,7 % e 177,5 %, contra 1,7 % e 16,2 %). Houve também uma quebra no que toca às aprovações de crédito à produção e à venda a prazo no mercado metropolitano, que diminuíram, em relação a 1971, quer em número (-13,2 %) quer em valor (-28,1 %). Em operações de crédito que respeitam não ao investimento, mas à produção, o comportamento foi mais favorável. São os casos do apoio às transações interterritoriais (que aproveitaram o crescimento industrial de Angola) e do crédito à exportação. No primeiro, o volume de aprovação rondou os 400 000 contos, no segundo os 600 000. Às operações de garantia coube parcela importante no acréscimo global das aprovações, não se notando, neste tipo de operação, ritmos tão distanciados na metrópole (mais 633 031 contos do que em 1971) e nas colónias. Na metrópole, os valores expressos devem-se a intervenções provenientes dos setores químico, dos minerais não metálicos e do material de transporte. Têxteis, moagens, cimentos e eletricidade foram os setores económicos coloniais beneficiados.²³²

Quanto ao comportamento do setor privado em face dos empréstimos diretos aprovados (os referentes ao setor público tiveram uma expansão de 12,6 %), a taxa global de 34,4 %, correspondente a trezentos e sete aprovações, perfazendo cerca de 5,8 milhões de contos, foi excedida na pesca (1 468,9 %), nas indústrias extrativas (219,3 %), nos transportes, comunicações e outros serviços (81,6 %) e na eletricidade (46,9 %). Até 1972, o setor da pesca tinha sido irrelevante dentro das operações do Banco, recebendo só empréstimos esporádicos, tendo sido o último investimento significativo neste setor por parte do BFN dentro do âmbito do II Plano de Fomento, o que explica o aumento de 1 468,9 %, pois os empréstimos concedidos em 1971 foram insignificantes. Os restantes setores mencionados eram setores em que o BFN já se tinha especializado. O aumento de aprovações destes setores não foi por isso uma anomalia estatística, refletindo um aumento real dos montantes das operações do Banco. Paradoxalmente assistiu-se a ligeiro retrocesso (-1,9 %) nas aprovações relativas às indústrias transformadoras, decrescendo

²³¹ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 41.

²³² Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 43-45.

também, mas a cadência sensivelmente mais significativa, no número dos empréstimos concedidos na modalidade de crédito predial (- 72,0 %).²³³ Este decréscimo no crédito predial deu-se em contraciclo com o crescimento registado nas operações financeiras do Banco nas colónias.

O crédito direto concedido a investidores representava, em Angola, a mobilização de meios financeiros para as indústrias extrativas (855 000 contos), da alimentação e bebidas (quatro empréstimos no montante de 23 800 contos) e de pasta, papel e tipografias (oito empréstimos no montante de 98 675 contos). Também foi concedido crédito direto, em menor escala, a alguns setores em crescimento, como o das químicas e produtos de borracha, a metalomecânica ligeira, a construção e reparação navais e a construção de material de transporte. A pecuária, por sua vez, foi igualmente objeto de esforço particular da Direção-Geral do BFN em Angola, dadas as potencialidades para a criação de gado, quer de carne, quer leiteiro, na colónia.²³⁴

No campo do crédito à exportação, foram aprovadas em 1972, na metrópole, cinco operações que totalizaram mais de 400 000 contos, em 1973 foi possível concretizar algumas delas, contrariamente ao que sucedeu em anos anteriores, uma vez que os potenciais importadores, apesar do auxílio financeiro concedido pelo Banco, não tinham condições de fornecer as encomendas requisitadas pelos mutuários do BFN. Ou seja, nenhuma das operações de crédito à exportação aprovadas para a metrópole em 1970 e 1971 foi realizada. Em Angola e Moçambique foram aprovadas duas operações (uma em cada das colónias), mas, por falta de obtenção da encomenda, a operação angolana não teve seguimento. O crédito à exportação foi uma operação largamente irrelevante no BFN entre 1970 e 1972. Ganharia alguma relevância em 1973 e 1974, apesar de continuar a ser uma pequena porção do crédito concedido pelo BFN e de se resumir a algumas operações esporádicas. Analisando, sob os ângulos dos prazos e das utilizações, o crédito para investimento concedido, o médio prazo (5 155 506 contos) absorveu 80,6 % do total apurado na metrópole e nas colónias. Nas colónias aquela participação era superior, atingindo 86,7 %, foi na metrópole que os financiamentos a longo prazo adquiriram maior expressão.²³⁵ Normalmente a proporção de crédito a longo prazo era maior nas colónias do que na metrópole, 1972 foi um ano atípico neste aspeto.

As participações financeiras aprovadas tiveram, em 1972, uma diminuição ligeira (menos uma operação e 2 933 contos), totalizando 104 061 contos, dos quais 40 000 foram investidos na aquisição ou subscrição de obrigações do Tesouro e de empresas do setor de transportes e

²³³ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 45-46.

²³⁴ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 50-52.

²³⁵ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 54.

comunicações. Normalmente as participações financeiras eram exclusivas ao setor privado, não havia aquisição de obrigações do Tesouro por parte do BFN. O remanescente respeitava à tomada de ações, quer de uma empresa colonial do setor de eletricidade, quer de empresas metropolitanas dos setores das indústrias transformadoras, transportes e serviços. As operações de garantia aprovadas atingiram o montante de 1 128 649 contos, cabendo 59,8 % à metrópole e 40,2 % às colónias, com realce para Moçambique, 39,7 % do valor e treze operações. Das quatro operações aprovadas na metrópole, duas respeitavam à execução de grandes projetos de ampliação do setor das indústrias transformadoras, cabendo as restantes ao setor dos serviços. Em Moçambique as indústrias transformadoras representaram a maioria do montante das garantias aprovadas (dez operações num valor de 298 818 contos), as restantes aprovações destinaram-se a empresas dos setores das indústrias extrativas e da eletricidade e a uma entidade do setor público.²³⁶

No fim de 1971, a Bolsa de Lisboa animou, principalmente no sentido da alta de cotações, e, no segundo semestre de 1971, o volume de emissões de ações aumentou. Isto significou uma dinamização da atividade da Bolsa, tendo no longo prazo efeitos positivos sobre o financiamento dos investimentos do setor privado. Mas, até 1971, a oferta de títulos era diminuta, por isso, a maior procura resultou em subidas substanciais de cotações das empresas já cotadas na bolsa. As empresas fora da bolsa (a maioria das empresas portuguesas) não beneficiaram desta maior procura. Mesmo nos primeiros meses de 1972, as novas emissões, avultadas comparativamente ao período antes de 1971, encontraram sempre tomador, embora se tenha atenuado a subida especulativa das cotações. O mercado financeiro, tanto primário como secundário, desempenhou um papel passivo no período em estudo, porque não serviu como canal de fundos disponíveis para aplicação em investimentos, pois uma parte das disponibilidades que absorveu serviu para alimentar a inflação no seu seio, através de aplicações especulativas.²³⁷

A operação de aumento de capital, de um milhão para milhão e meio de contos, dominou toda a política de captação de recursos durante 1972, incluindo os financiamentos transitórios que a antecederam. Tratava-se da primeira emissão de ações desde 1960. O processo expansivo do Banco, que ocorria desde 1967, mais do que justificava o aumento do capital social, até porque o rácio de capitais próprios / capitais alheios (ainda que os primeiros incluíssem certos fundos que tendiam a fixar-se organicamente no Banco), acusava o desgaste natural de mais de doze anos de atividade. A cotação atingida pelas ações traduzia a confiança do mercado no Banco e determinou preços de subscrição sensivelmente acima do valor nominal dos títulos, resultando na realização de uma receita

²³⁶ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 55.

²³⁷ A. de Sousa, *Inflação e desenvolvimento em Portugal*, Análise Social, 1972, Vol. IX, nº 34, p. 352.

de 882 milhares de contos. Houve lotes reservados a empregados do Banco e ao público em geral. O fato de o rateio da parcela destinada ao público (as subscrições atingiram perto do sêxtuplo dos pedidos) só ter sido efetuado em janeiro de 1973 impediu a total afetação a investimentos da receita obtida em 1972. O aludido rácio exprimia-se, no fim do exercício de 1972, por 1 de capitais próprio para 4,15 de capitais alheios, contra a relação de 1 para 5,97 a que presumivelmente se chegaria se a emissão fosse adiada e se o recurso compensatório a capitais alheios se limitasse a permitir idêntico volume de realizações.²³⁸

As operações realizadas pelo Banco em 1972 apoiaram-se em tipos de recursos que, na sua proporção relativa, não diferiam substancialmente dos anos anteriores. Por um lado, os fundos recolhidos através da operação de aumento de capital, dada a data e os termos em que a mesma foi lançada, só parcialmente puderam ser afetados a realizações efetuadas em 1972. Também continuava a tendência para que os meios captados diretamente no mercado ganhassem lentamente uma maior posição relativamente a outros recursos alheios (como a ajuda financeira do Estado ou a colaboração com outros estabelecimentos de crédito).

O saldo líquido dos depósitos a prazo atingiu 1 926 milhares de contos, um acréscimo de 38,6 %. Quanto ao número de contas, a expansão foi de 32 %. Os depósitos a prazo superior a um ano mantiveram a primazia no conjunto dos recursos alheios. Houve um esforço de divulgação e de prospeção realizado durante 1972, esforço que foi acompanhado pelo alargamento da rede de delegações e pela diversificação do leque de serviços prestados a depositantes. Deste modo os depósitos a prazo corresponderam a 41 % das realizações efetuadas durante 1972.²³⁹ Este esforço não foi único ao BFN, tendo caracterizado também os bancos comerciais (especialmente com a abertura de novas filiais), uma vez que havia uma grande competição na captação de depósitos a prazo durante este período. A conjuntura menos propícia que atravessou o mercado das obrigações e o fato da operação de aumento de capital se refletir favoravelmente sobre a posição relativa dos capitais permanentes do Banco permitiram, uma vez mais, prescindir do recurso à emissão de empréstimos obrigacionistas.

No período 1969-1972, aumentou para cerca de 68 %, em média, a proporção dos recursos líquidos obtidos pelo Tesouro através das promissórias de fomento nacional e canalizados para o BFN, dentro do total da liquidez obtida pelas promissórias de fomento nacional. No fim de 1972, o montante em vigor dos empréstimos concedidos ao Banco pelo Tesouro em aplicação do produto de

²³⁸ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 72.

²³⁹ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 67.

promissórias atingia 780 000 contos, correspondendo a cerca de 17 % do valor dos títulos daquela natureza que se encontravam em circulação.²⁴⁰

Os novos meios produzidos, totalizando 5 221 000 contos, foram absorvidos em cerca de 90 % pelas realizações do exercício de 1972 (4 691 000 contos). Os recursos afetados a aumento do imobilizado e ao suporte dos movimentos transitórios e de regularização foram naturalmente reduzidos. O mesmo se poderá dizer das imputações a operações que, no conjunto do ano, refletiram remissões de passivo, correspondentes, 63 000 contos a reembolso de títulos de obrigação, e 44 000 à realização de amortizações no âmbito de empréstimos a longo prazo concedidos pelo Estado, traduzindo a afetação de apenas 2 % dos recursos gerados em 1972.²⁴¹ O valor reduzido do reembolso de títulos de obrigação é porque o BFN já não tinha emitido obrigações à alguns anos, o valor reduzido das amortizações de empréstimo a longo prazo do Estado eram comparativamente insignificantes apesar do BFN continuar a ser concedido empréstimos do Estado regularmente pois estes empréstimos eram de valor relativamente reduzido em comparação com o total dos recursos disponíveis ao BFN. No período inicial as amortizações a estes empréstimos tomavam uma porção maior dos recursos gerados, mas só que esta percentagem foi diminuindo enquanto o BFN aumenta o uso de outras fontes de recursos (ou seja, aumentava o recurso a depósitos a prazo).

O peso, nas saídas de fundos destinados a apoiar, imediatamente ou a prazo curto, a realização de operações ativas significa que estas últimas foram cobertas por uma estrutura de recursos semelhante à que se encontra para o conjunto das afetações. Mais de 20 % das operações de financiamento efetuadas deram-se através da reaplicação de fundos devolvidos pelo crédito já investido, traduzindo um coeficiente de rotação de cerca de 7,90 %, idêntico ao de 1971, que foi de 7,98 %. Foi, todavia, o fluxo produzido pelos depósitos a prazo o que mais forte contributo propiciou (cerca de 37 %) para o financiamento das operações ativas realizadas, seguindo-se-lhe o que derivou de meios consignados pelo Estado a operações específicas. Os fundos provenientes de promissórias de fomento nacional apenas representaram 4,6 % das afetações de recursos. O apoio proveniente de estabelecimentos de crédito teve alguma relevância, pois cobriu 2 % das afetações de recursos de 1972. E, finalmente, mais de 2 % das aplicações foram suportadas por autofinanciamento, com naturais reflexos no plano da rendibilidade.²⁴² Em 1972, o BFN continuava a financiar empreendimentos incluídos no III Plano de Fomento, através de recursos obtidos por empréstimos com o produto de promissórias de fomento nacional. A reaplicação de fundos devolvidos pelo crédito já investido era muito mais significativa do que no período inicial, pois é natural que a porção

²⁴⁰ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 69.

²⁴¹ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 73.

²⁴² Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 73-74.

das operações de crédito efetuadas financiadas assim aumentassem ao longo da atividade do Banco. A porção financiada através de empréstimos de outros estabelecimentos de créditos, do produto da emissão de obrigações e de empréstimos do Estado diminuiu relativamente a 1965/66 (Tabela I, Anexo A).

Quanto à origem dos financiamentos em vigor em 31/12/1971, há uma lenta extinção dos empréstimos oriundos do FFN e do Departamento de Fomento do Banco de Angola, reduzidos, no fim de 1972, a 1 283 728 e 223 885 contos, respetivamente (contra 1 505 859 e 293 411 contos, no fim de 1971). O crédito originado no BFN, no decurso de 1972, cresceu de 10 153 324 para 14 032 506 contos. Do ponto de vista da distribuição geográfica, a metrópole representava 70 % das operações totais e as colónias 30 %. Entre as cinquenta e oito operações de garantia em vigor no final de 1972, uma apenas, e essa de reduzido valor (944 contos), respeitava a obrigações constituídas perante entidades nacionais, porque as operações de garantia eram condicionadas pelos critérios estatutários que guiavam o Banco em matéria de financiamentos. O Banco não concedia garantias a operações típicas do mercado monetário, e como não se encontravam institucionalizados esquemas de colaboração entre as instituições que atuavam no mercado monetário e financeiro, foi apenas no crédito externo que se originaram as garantias suscetíveis de ser admitidas pelo Banco. A evolução deste tipo de operações estava constringida pela situação de maior ou menor liquidez do mercado interno de capitais.²⁴³

O valor das emissões de obrigações efetuadas pelo setor privado aumentou em 1973 (+ 150 000 contos), totalizando 800 000 contos. Este montante, o mais elevado desde 1969, compreende apenas uma parte (200 000 contos) do empréstimo obrigacionista de 400 000 contos do BFN autorizado em 1973; os restantes 200 000 contos foram emitidos em 1974. A taxa de juro era 6,5 % e as obrigações emitidas conferiam prémios de reembolso crescentes e direito de preferência de subscrição no próximo aumento de capital do BFN, o que, tornou os títulos mais aliciantes (este aumento de capital nunca chegou a realizar-se devido à nacionalização em 1975, o que tornou este privilégio inválido). A maior participação no mercado primário das obrigações do setor privado continuou a caber aos investidores institucionais, nomeadamente aos estabelecimentos de crédito que tomaram firme as emissões; no entanto, é de registar também um maior interesse do público por certas subscrições, a avaliar pelos rateios a que houve de proceder.

O volume global de crédito concedido pelo BFN atingiu, em 1973, o montante de 4 369 600 contos, o que equivale a uma redução de 5,5 % relativamente ao valor de 1972. Analisando este volume global em termos de prazos, conclui-se que o decréscimo adveio exclusivamente da redução

²⁴³ Banco de Fomento Nacional, *op. cit.*, p. 66.

(- 627 000 contos) nos créditos a médio prazo, a qual foi apenas parcialmente compensada pelo acréscimo (375 000 contos) nos créditos a longo prazo, cujo volume mais do que duplicou relativamente ao ano anterior. No que se refere à distribuição do crédito por setores de atividade, verifica-se que os decréscimos mais importantes foram os referentes aos setores das indústrias extrativas (- 605 200 contos, passando a sua participação no total do crédito de 18,7 % para 5,9 %), das indústrias transformadoras (- 341 800 contos, ou seja, uma redução de 42,3 % para 36,9 %) e transportes e comunicações (-292 000, passando de 13,1 % para 7,2 % do crédito total concedido). Um acréscimo importante foi o referente ao crédito à exportação, em 1973 foram concedidos 120 200 contos. O maior acréscimo em 1973 foi o correspondente ao crédito ao setor público, que subiu de 703 900 contos, aumentando a sua participação no total do crédito distribuído de 7 % para 23,5 %. Parte importante do crédito ao setor público em 1973 (504 300 contos) correspondeu a créditos a empresas públicas do setor dos transportes e comunicações.²⁴⁴ Mesmo assim, as indústrias transformadoras continuaram a ser o setor com a maior percentagem de crédito total concedido. O crédito ao setor público tornou-se o segundo maior setor em termos de crédito total concedido apesar de ter sido relativamente negligenciado pelo Banco durante um longo período e mesmo estando circunscrito às colónias (com a exceção de empresas públicas metropolitanas).

Os depósitos efetuados no BFN tiveram uma expansão significativa durante os três primeiros trimestres de 1974 (+ 13,7 %). Mesmo assim, e atendendo aos titulares dos depósitos, verifica-se que no final de dezembro de 1974 cerca de 73 % dos depósitos dos particulares estavam nos bancos comerciais, 18 % na CGD e o remanescente distribuía-se de uma forma bastante equitativa entre as caixas económicas (5 %) e o Banco de Fomento (4 %). Nessa mesma data, os depósitos das empresas estavam concentrados nos bancos comerciais (98 %) e na CGD (1,7 %). O BFN apenas aceitava depósitos de particulares e entidades públicas. Mesmo com o crescimento registado no número de depositantes nos anos anteriores o BFN representava apenas uma pequena porção da quota de mercado dos depósitos particulares, a CGD possuía a maior quota neste mercado. O número limitado de depositantes não constituiu um entrave à continua expansão das operações financeiras do Banco.

O saldo dos depósitos das empresas nos bancos comerciais quase não variou ao longo do ano de 1974, enquanto os constituídos na CGD progrediram sensivelmente. Os depósitos dos particulares evoluíram de uma forma mais assimétrica: aumento contínuo do saldo dos depósitos na CGD, nas Caixas Económicas e no BFN e diminuição nos 1º e 2º trimestres e acréscimo nos dois últimos do saldo dos depósitos nos bancos comerciais. O saldo dos depósitos das instituições de crédito e parabancárias acusou forte contração ao longo de 1974, situando-se no final do ano a um nível

²⁴⁴ Banco de Portugal, *Relatório do Conselho de Administração Parecer do Conselho Fiscal Gerência de 1973 1º Volume*, Lisboa, Tipografia do Banco de Portugal, 1974, p. 217.

(28 164 000 contos) substancialmente inferior ao verificado um ano antes (33 144 000 contos). Esta diminuição está ligada às carências de liquidez das empresas, o que provocou uma redução das disponibilidades da banca para fazer face aos vultosos pedidos de crédito que lhes foram solicitados. Os residentes no exterior, incluindo nessa designação os residentes nas ex-colónias, preferiam depositar as suas economias nos bancos comerciais e no BFN. No decorrer de 1974, o saldo dos depósitos dos residentes no exterior pouco evoluiu, ressaltando apenas uma ligeira quebra no 3º trimestre, seguida de uma ligeira recuperação no trimestre seguinte.²⁴⁵ A carteira de obrigações do BFN, constituída predominantemente por títulos de sociedades metropolitanas, acusou uma ligeira quebra no decorrer de 1974, tendo passado de 413 000 contos no final de março para 387 000 no final do ano.

Para além da concretização duma emissão de obrigações no mercado externo, apenas se efetuaram em 1974 emissões no mercado interno, no montante de 400 000 contos, 50 % dos quais respeitavam às emissões do BFN. Eram muitas poucas as empresas portuguesas que recorriam a esta modalidade de financiamento, em regra sociedades concessionárias e de algum modo ligadas ao setor público. Por outro lado, num período de forte inflação e sem taxas de juro indexadas, os investidores potenciais não ocorreram a estas emissões, por mais garantias que tenham sido dadas. No caso do empréstimo do BFN, as obrigações tinham uma taxa de juro nominal de 6,5 %, quanto a taxa de inflação devia ser, nessa altura, quatro vezes maior. Não há informação sobre as entidades que subscreveram os empréstimos efetuados. O público participou, aliciado por isenções fiscais, prémios de reembolso e direitos de subscrição de ações, mas a parte substancial deverá ter pertencido aos investidores institucionais, nomeadamente os estabelecimentos de crédito e seguros. Havia uma disparidade nas diferentes taxas de juro praticadas no mercado interno e externo, enquanto no mercado interno os empréstimos colocados venceram taxas de juro entre 6,5 % e 7,5 %, no mercado externo era praticada a taxa de 8,75 % ao ano.²⁴⁶

A estrutura do crédito concedido à economia, segundo os prazos, pelas instituições que intervinham no mercado monetário-financeiro não registou qualquer alteração digna de nota em 1974. A única alteração significativa na estrutura do crédito concedido pelos bancos foi que na CGD e nas Caixas Económicas, bem como no BFN, aumentou o peso relativo do saldo dos créditos concedidos a prazos inferiores a dois anos e houve um decréscimo do crédito a prazo superior. Esta tendência foi contrariada, em parte, pelo aumento do número de pedidos de crédito a médio e a longo prazo vindos de PME's recebidos pela CGD e o BFN. De facto, num período em que era necessário

²⁴⁵ Banco de Portugal, *Relatório do Conselho de Administração Gerência de 1974 1º Volume*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975, p. 165.

²⁴⁶ Banco de Portugal, *op. cit.*, p. 203.

superar a crise profunda que afetava a economia portuguesa e, conseqüentemente, proceder ao seu relançamento, devia-se ter incentivado o crédito a médio e longo prazos. Porém, o comportamento verificado foi devido à diminuição do investimento global na economia ocorrido em 1974, o que implicou uma menor procura do crédito a médio prazo por parte do setor privado.²⁴⁷

No total, o BFN foi responsável por cerca de 20 % do crédito (com prazos superiores a um ano) concedido por todas as instituições de crédito entre 1971 e 1974. A indústria, especialmente a indústria manufatureira, era o campo em que, ao longo dos anos, o BFN adquiriu uma vantagem comparativa, através da sua capacidade de avaliação de projetos e onde a sua contribuição para o financiamento de médio e longo prazo excedeu a de todas as outras instituições financeiras portuguesas. Além disso, como resultado do seu longo envolvimento no setor industrial, o BFN era a instituição mais bem equipada para avaliar projetos industriais em Portugal. Para alcançar os seus objetivos globais de promoção de desenvolvimento do país e de assistência ao governo no implemento das suas políticas económicas e financeiras, o BFN incentivava a poupança e procedia à canalização de fundos para investimentos produtivos. Para garantir que esses investimentos contribuíssem para o desenvolvimento nacional, o BFN preparava estudos relacionados com problemas de desenvolvimento setorial e regional, condições e métodos de financiamento de projetos e participava em algumas atividades promocionais.²⁴⁸

Antes da revolução, o Governo era o maior acionista com 55,5 % do capital total. Em abril de 1967 era 65 %, mas entre 1967 e 1974 a proporção do capital detida pelo Estado diminuiu, graças ao aumento do capital social realizado em 1972/73, ainda que o Estado continuasse a deter uma posição majoritária. Os recursos à disposição do BFN eram fornecidos principalmente por depósitos a prazo; em 1973, esses depósitos a prazo representavam quase metade dos recursos totais do BFN.

Houve um crescimento substancial no crédito concedido pelo BFN durante os anos de 1971-1973, quando o montante dos empréstimos cresceu 35 % ao ano, incluindo as operações nas colónias. Este crescimento concentrou-se no setor industrial, com os maiores empréstimos indo para estaleiros, fabricação de bens de equipamento, petroquímica e projetos no setor da eletricidade. Depois de abril de 1974, as operações de crédito cresceram muito mais lentamente em termos de montantes (3 % em 1974; 7 % em 1975), enquanto o número de pedidos de crédito aumentou 71 % e o número de operações aprovadas aumentou 26 % em 1974. Este aumento no número de pedidos e operações resultou do desejo por parte dos proprietários de pequenas e médias empresas de

²⁴⁷ Banco de Portugal, *op. cit.*, p. 134.

²⁴⁸ R. S. McNamara, *Report and Recommendation of the President of the International Bank for Reconstruction and Development to the Executive Directors on a Proposed Loan to the Banco de Fomento Nacional with the Guarantee of the Republic of Portugal*, Washington, D.C., World Bank Group, 1977, p. 14.

financiarem os seus investimentos com fundos de longo prazo, como os fornecidos pela CGD e BFN. Isto é distinto da prática normal antes da revolução, quando essas mesmas empresas dependiam de empréstimos comerciais rotativos de curto prazo. O efeito desta mudança nas operações do BFN foi um aumento da importância relativa das PME's entre os clientes do BFN.²⁴⁹ Além das operações regulares de empréstimo, o BFN também realizava até certo ponto a promoção de setores industriais. No entanto, os seus esforços de promoção eram modestos e pontuais quando comparados com outros bancos de desenvolvimento. Quase todas as operações financeiras realizadas pelo Banco eram resultado de pedidos feitos ao Banco na sede ou nas delegações e não um resultado duma procura proativa de novos clientes em novos setores económicos por parte do BFN.

O montante do crédito direto aprovado desde 1971 até 1977 variava entre 100 contos e 600 000 contos; alguns créditos indiretos eram maiores. Embora mais de metade do montante aprovado em todos os anos deste período (exceto 1971) foi para empréstimos superiores a 100 000 contos, 70 % ou mais dos empréstimos tiveram montantes inferiores a 10 000 contos. As PME's, entre os clientes do BFN, eram responsáveis por cerca de 90 % dos empréstimos em termos de números e entre 30 % e 40 % em termos de montantes, a partir de 1974 e até 1974. O tamanho médio dos empréstimos industriais diretos, excluindo os destinados à energia elétrica, era cerca de 12 000 contos.

O foco do BFN, a partir de 1974, deixou de ser os grandes projetos industriais. O BFN tinha até 1974 falhado parcialmente no apoio creditício às PME's, não tendo uma política de promoção dos serviços do Banco junto destas empresas. Durante a toda a atividade do Banco as PME's compuseram sempre uma fatia das operações de crédito do BFN, pois o tecido empresarial português (tal como hoje) era composto na sua maioria por PME's. Isto foi possível graças à rede de delegações do BFN, que começou a ser estabelecida alguns anos antes. No período anterior a 1969, em que o BFN apenas possuía (na metrópole) uma sede em Lisboa e uma delegação no Porto, esta viragem não tinha sido possível, pois os serviços bancários oferecidos às PME's pelos bancos de desenvolvimento necessitam de proximidade física. O setor industrial português, especialmente as PME's, tinha uma necessidade de longa data de crédito de médio e longo prazo para adquirir novas tecnologias, para substituir equipamento anacrónico, grande parte das empresas portuguesas não conseguiam competir tecnologicamente com as empresas europeias. Esta modernização industrial era especialmente relevante devido ao processo de integração europeia que Portugal ia começar com a queda do Estado Novo. Este tipo de apoio às PME's é típico de bancos de desenvolvimento, alguns dos quais foram fundados apenas para este propósito, que costumam focar-se em serviços de proximidade.

²⁴⁹ R. S. McNamara, *op. cit.*, p. 16.

A atividade principal das delegações era a captação de depósitos de aforradores locais, os depósitos no Banco podiam ser realizados na Sede ou em qualquer das delegações metropolitanas. As delegações também desembolsavam fundos aos mutuários sob instruções da Sede e recebiam pedidos de assistência financeira. As delegações geralmente não faziam o processamento dos pedidos, exceto para ajudar os mutuários no preenchimento de formulários e na verificação de referências de crédito locais.²⁵⁰ A Sede processava todos os pedidos, ou seja, decidia que pedidos de financiamento e de garantia seriam aprovados e que condições o contrato do empréstimo teria. Todos os departamentos do BFN estavam presentes na Sede.

A distribuição geográfica dos empréstimos concedidos pelo BFN refletia a distribuição geográfica da atividade económica em Portugal. Assim, a maioria dos empréstimos destinavam-se a projetos na faixa costeira industrializada de Viana do Castelo no norte até Setúbal no sul, incluindo a zona de Lisboa. No entanto, o BFN apoiou projetos em quase todas as regiões de Portugal, incluindo os Açores e a Madeira. A maioria dos empréstimos entre 1971-77, em termos de números e montantes, tinham um prazo de cinco a sete anos, enquanto 34 % do montante emprestado, embora apenas 4 % do número, tinham prazos mais longos.²⁵¹ Isto é a culminação duma longa tendência observada durante este período para a diminuição relativa das aprovações de empréstimos de longo prazo, enquanto o número de empréstimos aprovados a médio prazo aumentava. Apesar desta tendência o BFN continuava a ser o maior credor de empréstimos a longo prazo entre todas as instituições financeiras portuguesas, o volume dos empréstimo a longo prazo concedidos pelo BFN aumentou, só a sua importância relativa dentro das operações de crédito do Banco é que diminuiu.

Em 31/12/1975 continuavam a fazer parte da carteira comercial do BFN a Companhia de Celulose do Ultramar Português (CCUP) (18 600 contos), a Companhia Portuguesa de Fornos Elétricos (CPFE) (300 contos), a Minas de Vila Cova (18 000 contos), a Sociedade Financeira Portuguesa (199 900 contos) e a SOREFAME (105 800 contos). Isto significa que a crise da firma Minas de Vila Cova acabou por ser resolvida e tanto a CPFE e Minas de Vila Cova puderam continuar em atividade. O BFN possuía em 1975 o mesmo investimento no capital de Minas de Vila Cova, 18 000 contos, que possuía em 1966 antes do programa de reestruturação. O BFN também continuava a ser acionista da SOREFAME mesmo depois do resgate desta empresa ter sido concluído. Desde o seu início de atividade em 1969 até 1975, o BFN foi um acionista da Sociedade Financeira Portuguesa, o único outro banco de investimento português. Tinha o mesmo volume de investimento desde o início da empresa até 1975. A carteira comercial do BFN em 31/12/1975 era

²⁵⁰ Industrial Development and Finance Division Projects Department E. M. E. N. A. Regional Office, *Appraisal of Banco de Fomento Nacional Portugal*, Washington, D.C., World Bank Group, 1977, p. 8.

²⁵¹ Industrial Development and Finance Division Projects Department E. M. E. N. A. Regional Office, *op. cit.*, p. 12-13.

composto por quinze empresas portuguesas, quatro empresas angolanas e uma empresa moçambicana. Esta carteira representava um investimento total de 1 076 900 contos, 1 021 300 dos quais em empresas portuguesas. Apesar da independência das antigas colónias, o BFN ainda detinha alguns dos seus antigos investimentos coloniais. Todos os empréstimos realizados nas ex-colónias pelo BFN foram perdidos na sua totalidade, obviamente, quando as empresas se recusaram a continuar a reembolsar o Banco. Não houve qualquer forma de indemnização. O BFN deixou de operar nas colónias, agora só possuía delegações em Portugal Continental e nas ilhas.

6. CONCLUSÃO

Um dos objetivos desta tese foi o de demonstrar a relação entre a concessão de crédito do BFN e a política económica do Governo através de exemplos de quando o BFN era um executor direto desta política através dos seus financiamentos. Um destes exemplos era o papel que era reservado ao BFN dentro dos planos de fomento, como um dos maiores financiadores dos investimentos inscritos em três edições dos planos ao longo de treze anos: no II Plano de Fomento (1959-64), no Plano Intercalar de Fomento (1965-67) e no III Plano de Fomento (1968-73). O BFN herdou esta função do FFN que financiou o I Plano de Fomento (1953-59) e, durante 1959, o II Plano de Fomento e herdou alguns financiamentos que o FFN concedeu no âmbito dos planos, na forma de ações, obrigações ou empréstimos diretos. O financiamento do BFN do Plano Intercalar e do III Plano de Fomento foi realizado em grande medida com recursos provenientes das promissórias de fomento nacional, já o financiamento do II Plano de Fomento foi financiado em parte por estas promissórias entre 1960 e 1962 e na totalidade pelo Banco entre 1962 e 1964 (com por vezes recurso a empréstimos do estado). O Governo também foi responsável por conceder, especialmente nos primeiros anos, empréstimos do Estado para que o BFN obtivesse o financiamento necessário para a sua atividade creditícia. Estes empréstimos foram-se tornando cada vez menos relevantes dentro dos recursos do BFN ao longo do tempo, pois o Banco conseguiu obter uma base interna suficiente, na forma de um maior volume de depósitos a prazo, para financiar praticamente todas as suas operações financeiras sem empréstimos do Estado. Também foi essencial, especialmente nos primeiros quatro anos, a assistência financeira de quatro instituições de crédito: o Banco de Angola, o BNU, o Banco de Portugal e a Caixa Geral de Depósitos. O BFN mesmo sendo uma instituição do mercado financeiro, era financiado, em parte, por fundos vindos do mercado monetário. O BFN tinha uma relação particularmente estreita com o Banco de Angola e o BNU, o BFN era essencialmente um intermediário de crédito dos dois bancos nas colónias, o Banco de Angola e o BNU eram acionistas do BFN desde a sua fundação. O BNU sempre deteve uma posição acionista no BFN entre 1960 e 1974. O BFN foi um financiador privilegiado de projetos públicos em Angola e Moçambique.

O caso de Minas de Vila Cova foi particularmente revelador da relação acima mencionada: o Governo pediu ao Banco que fosse o único responsável por manter uma linha de crédito com o propósito de evitar a insolvência da empresa e depois, como parte do programa de reestruturação, que tomasse a totalidade das ações e das obrigações que iriam ser emitidas pela empresa com o propósito de recomeçar a sua atividade. Este pedido não foi feito a qualquer um dos outros credores, pois estes se recusaram a investir mais na empresa. O BFN era o único acionista com o capital e a

capacidade técnica para realizar esta reestruturação. Isto acabou por ser um investimento a longo prazo pois uma década depois, em 1975, o BFN ainda detinha uma posição acionista em Minas de Vila Cova. O Banco foi responsável pela administração desta empresa por muito tempo, algo incomum, pois o BFN raramente era responsável pela administração das empresas que era acionista. Esta intervenção dos governos nos bancos de desenvolvimento não é incomum internacionalmente, ocasionalmente eles são chamados a resgatar empresas em risco de falência.

Um outro objetivo desta tese era o de explicar a distinção entre o BFN, a CGD e os bancos comerciais integrados em grupos económicos. O BFN era único entre todos os bancos por ser o único banco de investimento a operar em Portugal (até 1970), por ser um banco de desenvolvimento, por ser maioritariamente detido pelo Estado, por ser detido parcialmente por bancos comerciais, por operar na metrópole e nas colónias, por ter administradores nomeados para os seus corpos gerentes pelo Estado e por outros bancos e por ter limitações legais únicas dentro do setor bancário português. E enquanto o foco principal dos bancos comerciais durante este período foi o crédito a curto prazo, o BFN, pela sua natureza enquanto banco de investimento, só podia conceder crédito a médio e a longo prazo. Os bancos comerciais e o BFN raramente competiam na concessão de crédito devido aos diferentes prazos do crédito concedido. A CGD rivalizava nos níveis concedidos de crédito a médio e a longo prazo com o BFN na metrópole, mas não conseguia competir nas colónias onde só possuía uma posição residual. Enquanto a CGD pertencia exclusivamente à esfera pública, o BFN tinha posições minoritárias de acionistas particulares e de instituições de crédito privadas, a gestão das duas empresas era completamente diferente. O Banco de Portugal e os bancos comerciais, casas bancárias e instituições equiparadas dedicavam-se basicamente à concessão de crédito a menos de um ano, enquanto o BFN concedia predominantemente crédito a médio prazo e a CGD e as Caixas Económicas operavam em especial no âmbito do longo prazo.

Também procurei explicar a política de obtenção de recursos do Banco e como esta variou entre os períodos com os quais dividi esta tese. O primeiro período (1960-63), foi o período em que o Banco esteve mais dependente dos recursos concedidos pelo Estado, seja através da posição acionista que o Estado detinha no capital social, seja através de empréstimos. O início da atividade comercial do Banco não podia ter sido realizada sem acesso a recursos públicos, especialmente a transferência dos fundos do FFN e do Departamento de Fomento do Banco de Angola.. Entre 1960 e 1963, o Banco lançou várias emissões de obrigações e utilizou o recurso ao crédito externo para realizar parte das suas operações, canalizando este crédito para empresas domésticas. No período 1960-63, o BFN não se desviava no seu comportamento dos bancos de desenvolvimento seus contemporâneos, ao contrário do que aconteceu no período 1964-74. O período de 1964-68 viu um menor crescimento

no volume das operações de crédito do Banco em comparação com os dois outros períodos. Isto significou uma menor procura de novos recursos financeiros. O período 1969-74 acabou por ser o período de maior crescimento, apesar do crescimento diminuto ocorrido em 1974, por circunstâncias fora do controlo do BFN. Este crescimento foi financiado principalmente pelos depositantes do Banco, a grande maioria particulares e com poupanças de pequena dimensão. O Banco foi gradualmente utilizando mais capitais de origem privada nas suas operações financeiras e menos capitais públicos, e também utilizou uma proporção cada vez maior de capitais alheios em detrimento de capitais próprios, pelo menos até o aumento de capital em 1972-1973.

No último período (1969-74) os depósitos a prazo presentes no Banco foram o mais importante tipo de recurso. Em 1972 houve um aumento do capital social do Banco de 1 000 000 contos para 1 500 000 contos, que foi uma nova fonte de financiamento para o BFN e que foi um processo necessário para a continuada expansão da atividade creditícia do BFN. Entre 1969-74 o Banco não lançou novas emissões de obrigações, nem foi concedido mais crédito externo e já não estava dependente do financiamento de outras instituições de crédito.

De acordo com os dados expostos na Tabela I do Anexo A, entre 1964-1966 houve uma relativa estagnação nas operações de crédito do Banco, havendo pouco crescimento da posição de crédito concedido, especialmente devido à queda do volume das operações de garantia entre 1964-1967. Esta tabela ajuda a visualizar melhor o aumento significativo da posição do crédito concedido entre 31/12/1971 e 31/12/1972, a maior de sempre. Até houve um declínio insignificante nas operações de garantia, mas este declínio foi compensado pelo aumento das operações de financiamento. O segundo maior aumento da posição de crédito concedido desde 1960 foi entre 31/12/1970 e 31/12/1971. Entre 1960 e 1972 houve um aumento contínuo do total da posição de crédito concedido e das operações de financiamento, só houve alguns anos de declínio na posição das operações de garantia, o montante das aprovações das operações de garantia foi sempre mais instável do que o montante das aprovações das operações de financiamento que aumentou gradualmente entre 1960 e 1974. O BFN começou a sua atividade comercial em 1960 com uma posição de crédito concedido já substancial (4 428 206 contos no total) devido aos ativos herdados do FFN e do Departamento de Fomento do Banco de Angola, que compunham a maioria do crédito concedido durante os primeiros anos. Estes ativos foram um fonte de recursos contínua entre 1960 e 1974, pois o BFN sempre recebeu os seus juros e dividendos.

Retomando as questões levantadas na introdução:

1. Qual a origem dos recursos financeiros do BFN e em que medida este dependia de empréstimos concedidos pelo Estado? A estrutura acionista original do banco era essencialmente detida pelo Estado e os principais bancos comerciais. O passivo do banco foi inteiramente herdado do FFN e do Departamento de Fomento do Banco de Angola. Como demonstra do gráfico I do Anexo A o BFN no período inicial estava bastante dependente de empréstimos concedidos pelo Estado. No período final estes representavam uma pequena percentagem dos recursos do BFN.
2. Qual a relevância do crédito externo no financiamento das suas operações? O crédito externo foi apenas relevante no período de 1960-1963, sendo irrelevante depois de 1964.
3. Como as taxas de juro influenciaram a captação de depósitos? A inexistência de limites sobre as taxas de depósitos a prazo antes de 1965 levou a um interesse generalizado pelos depósitos a prazo em detrimento dos depósitos à ordem. O aumento das taxas sobre os depósitos a prazo implementados na Portaria nº 22 876, de 7/09/1967 levaram a aumento considerável dos depósitos controlados pelo BFN e a CGD no espaço de alguns meses.
4. Até que ponto o BFN conseguia competir com as restantes instituições bancárias, particularmente na captação de depósitos a prazo? Ao longo da década de Sessenta houve sempre competição entre o BFN e os bancos comerciais pela captação de novos depósitos a prazo (às vezes extravasando a legalidade) mas foi a partir de 1969 que os principais bancos comerciais conseguiram monopolizar o controlo dos depósitos a prazo. Os esforços do Banco entre 1969 e 1973 para atrair mais depositantes e, assim, um maior volume de depósitos a prazo, foram bem-sucedidos apesar da competição intensa entre os bancos portugueses para obter estes depósitos, devidos as regulações em vigor permitirem taxas sobre estes depósitos mais favoráveis do que os depósitos à ordem, que deixaram de ser atrativos para as poupanças. Houve um crescimento exponencial do volume destes depósitos não só no BFN, mas também na banca comercial. O BFN tinha só uma pequena porção do volume total dos depósitos a prazo no sistema monetário português em 1973, em contraste com o que aconteceu na primeira metade da década de Sessenta, quando rivalizava em termos de depósitos a prazo com os principais bancos comerciais. Os bancos comerciais foram mais eficazes em captar novos depositantes com a sua rede mais extensa de filiais, presente num número maior de localidades e no mundo rural. O BFN tentou competir com as redes de filiais dos bancos comerciais, abrindo novas delegações a partir de 1969, mas foram em número insuficiente e demasiado tarde. A administração do BFN estava demasiado centralizada na sede em Lisboa. Em termos de volume de crédito concedido o BFN também não conseguiu alcançar o volume dos principais bancos comerciais e da CGD. Entre 1969-74

o Banco conseguiu recuperar alguma da distância, mas ainda não tinha a dimensão destes bancos, que também tinham o recurso aos seus depósitos à ordem, tendo uma base interna financeira de maior volume e mais diversificada. Mesmo assim, em muitas instâncias o BFN conseguiu competir com estas instituições em várias operações financeiras como, por exemplo, a concessão a crédito a longo prazo.

A primazia dos depósitos a prazo é comum nos bancos de desenvolvimento, mas o facto de o BFN prescindir da angariação de recursos através de emissões obrigacionistas e do crédito externo não tanto. Houve assim uma notável evolução desde os primeiros anos do Banco, quando houve várias emissões obrigacionistas e empréstimos externos, num registo mais típico do modelo do banco de desenvolvimento.

Existem outros caminhos que os investigadores podem tomar ao investigar o BFN e o setor bancário deste período. Por exemplo, esta tese tem a delimitação temporal 1960-74, o BFN enquanto sociedade anónima, mas podia-se realizar uma pesquisa interessante sobre o BFN enquanto empresa pública de 1974 a 1989.

Também se podia elaborar mais sobre o papel do Banco enquanto intermediário de crédito externo, especialmente durante os primeiros anos de vida do BFN. Ou podia-se ter outro foco geográfico e estudar apenas as operações do Banco em Angola ou em Moçambique. Pode-se tomar o modelo desta tese e aplicá-lo noutro banco contemporâneo e estudá-lo individualmente, como a CGD ou qualquer dos bancos comerciais, ainda há muito que estudar na banca portuguesa do século XX e bastante documentação para apoiar este estudo.

Um outro potencial tema de investigação é o estudo de bancos de desenvolvimento individuais. Já existem alguns estudos com este tema, por exemplo do BNDES do Brasil, mas este modelo podia ser expandido para mais bancos de desenvolvimento. Finalmente, ainda que já exista uma vasta pesquisa sobre bancos públicos, esta é um pouco superficial relativamente a bancos de desenvolvimento públicos.

Se este trabalho contribuir para que surjam novas investigações sobre todos estes temas, ou se tiver colmatado as lacunas existentes no nosso conhecimento sobre o papel da banca de investimento num país semiperiférico de industrialização tardia, o seu propósito inicial terá sido cumprido.

7. BIBLIOGRAFIA

- Aghion, B. A. (fevereiro de 1999). Development banking. *Journal of Development Economics*, LVIII (1), p. 83-100. doi:[https://doi.org/10.1016/S0304-3878\(98\)00104-7](https://doi.org/10.1016/S0304-3878(98)00104-7)
- Amaral, L. (1994). Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950-1973). *Análise Social*, XXIX (128), pp. 889-906. Obtido em 6 de Janeiro de 2025, de <http://www.jstor.org/stable/41011192> .
- Amaral, L. (maio de 2013). Imperfect But Hard Competition: The Portuguese Banking Sector in the Golden Age (1950-1973). *FEUNL Working Paper Series No. 575*. doi: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2268003>.
- Amaral, L. (2015). Measuring competition in Portuguese commercial banking during the Golden Age (1960–1973). *Business History*, LVII (8), p. 1192-1218. doi:<https://doi.org/10.1080/00076791.2015.1021691>
- Baklanoff, E. N. (1992). The Political Economy of Portugal's Later "Estado Novo": A Critique of the Stagnation Thesis. *Luso-Brazilian Review*, XXIX (1), p. 1-17. Obtido em 22 de julho de 2024, de <http://www.jstor.org/stable/3513163>
- Banco de Fomento Nacional. (1961). *Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal. Exercício de 1960*. Lisboa.
- Idem.* (1962). *Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal. Exercício de 1961*. Lisboa.
- Idem.* (1963). *Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal. Exercício de 1962*. Lisboa.
- Idem.* (1964). *Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal. Exercício de 1963*. Lisboa.
- Idem.* (1970). *Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal. Exercício de 1969*. Lisboa.
- Idem.* (1971). *Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal. Exercício de 1970*. Lisboa.
- Idem.* (1972). *Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal. Exercício de 1971*. Lisboa.

- Idem.* (1973). *Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal. Exercício de 1972.* Lisboa.
- Idem.* (1968). *Investimentos em Portugal* (2ª ed.). Lisboa. Obtido em 27 de junho de 2024, de <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=38880>. ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, FI-46A, cx. 151, pt. 3
- Idem.* (1969). *Análise da Conjuntura Económica e Financeira.* Lisboa.
- Banco de Portugal. (1968). *Relatório do Conselho de Administração Parecer do Conselho Fiscal Gerência de 1967 1º Volume.* Lisboa: Tipografia do Banco de Portugal. Obtido em 18 de Janeiro de 2025, de <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/relatorioca1967.pdf>
- Idem.* (1969). *Relatório do Conselho de Administração Parecer do Conselho Fiscal Gerência de 1968 1º Volume.* Lisboa: Tipografia do Banco de Portugal. Obtido em 18 de Janeiro de 2025, de <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/relatorioca1968.pdf>
- Idem.* (1970). *Relatório do Conselho de Administração Parecer do Conselho Fiscal Gerência de 1969 1º Volume.* Lisboa: Tipografia do Banco de Portugal. Obtido em 18 de Janeiro de 2025, de <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/relatorioca1969.pdf>
- Idem.* (1971). *Relatório do Conselho de Administração Parecer do Conselho Fiscal Gerência de 1970 1º Volume.* Lisboa: Tipografia do Banco de Portugal. Obtido em 18 de Janeiro de 2025, de <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/relatorioca1970.pdf>
- Idem.* (1972). *Relatório do Conselho de Administração Parecer do Conselho Fiscal Gerência de 1971 1º Volume.* Lisboa: Tipografia do Banco de Portugal. Obtido em 1 de setembro de 2024, de <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/relatorioca1971.pdf>
- Idem.* (1973). *Relatório do Conselho de Administração Parecer do Conselho Fiscal Gerência de 1972 1º Volume.* Lisboa: Tipografia do Banco de Portugal. Obtido em 26 de agosto de 2024, de <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/relatorioca1972.pdf>
- Idem.* (1974). *Relatório do Conselho de Administração Parecer do Conselho Fiscal Gerência de 1973 1º Volume.* Lisboa: Tipografia do Banco de Portugal. Obtido em 18 de Janeiro de 2025, de <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/relatorioca1973.pdf>
- Idem.* (1975). *Relatório do Conselho de Administração Parecer do Conselho Fiscal Gerência de 1974 1º Volume.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Obtido em 26 de agosto de 2024, de <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/relatorioca1974.pdf>
- Barata, J. M. (1974). *Indústrias têxteis e confecções* (Estudos Vol. V). Banco de Fomento Nacional. Obtido de <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/catbnp/206142>

- Barbosa, D. M. (1966-1968). *Correspondência de Daniel Vieira Barbosa - II Parte*. Lisboa. Obtido em 16 de julho de 2024. ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CP-024, cx. 881, f. 1-24, 120-147, f. 148-173, f. 349-378, f. 381-411, f. 507-547 e f. 566-587.
- Idem.* (1968). *Banco Nacional de Fomento*. Lisboa: Império.
- Bessa, D. (1982). O processo inflacionário português. *Análise Social*, XVIII(70), pp. 35-106. Obtido em 22 de março de 2025, de <http://www.jstor.org/stable/41010330>
- Caeiro, J. M. (2004). *Elites e Poder - Os Grupos Económicos em Portugal do "Estado Novo" à Actualidade*. CESDET. Obtido de <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/catbnp/1362693>
- Capítulo VII Política Económica, Industrialização e Crescimento. (1992). Em F. Rosas, J. Serrão, & A. d. Marques, *Nova História de Portugal. Volume XII. Portugal e o Estado Novo (1930-1960)* (1ª ed., p. 322-347). Lisboa: Editorial Presença.
- Companhia de Celulose do Ultramar Português. (1959). *Angola. Companhias Coloniais. Companhia de Celulose do Ultramar Português, SARL - pedido de financiamento*. Alto Catumbela. Obtido em 3 de janeiro de 2025, de <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3897010>. ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, UL-33, cx. 829, pt. 8.
- Companhia de Celulose do Ultramar Português. (1960). *"Companhia de Celulose do Ultramar Português, S. A. R. L." (Cataumbela-Angola)*. Alto Catumbela. Obtido em 1 de Julho de 2024, de <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=8810908>. ANTT, Fundo da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho Oliveira Salazar/Marcelo Caetano, cx. 141, pasta 5/A-3, nº 7.
- Corkill, D. (março de 2003). Aspects of Portugal's economic development during the late Estado Novo. *Portuguese Journal of Social Science*, II (1), p. 61-72. doi:<https://doi.org/10.1386/pjss.2.1.61/0>
- Champalimud, A. (1964). *Situação Económica e Financeira da Siderurgia Nacional*. Lisboa. Obtido em 18 de junho de 2024, de <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3887677>. ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, EC-8C, cx. 127, pt. 7.
- Chandrasekhar, C. P. (2016). National Development Banks in a Comparative Perspective. Em United Nations Conference on Trade and Development, *Rethinking Development Strategies after the Financial Crisis Volume II - Country Studies and International Comparisons* (p. 21-30). doi:<https://doi.org/10.18356/8c01d4b6-en>

- Criação do Banco de Fomento Nacional*. (1953). Lisboa. Obtido em 28 de junho de 2024, de <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3888555>. ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, FI-39, cx. 228, pt. 5.
- Diamond, W. (junho de 1965). Development Finance Companies. *Finance & Development*, II (2), p. 97-102. doi:<https://doi.org/10.5089/9781616352783.022>
- da Silva, Á. F., Amaral, L., & Neves, P. (2015). Business groups in Portugal in the Estado Novo period (1930–1974): family, power and structural change. *Business History*, LVIII (1), p. 49-68. doi:<https://doi.org/10.1080/00076791.2015.1044520>
- das Neves, J. L. C. (1994). O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global. *Análise Social*, XXIX (128), p. 1005-1034. Obtido em 11 de outubro de 2024, de <https://www.jstor.org/stable/41011197>
- de Faria, M. F., & Mendes, J. A. (2011). Grupos empresariais portugueses, da República ao Estado Novo (1910-1974). Balanço histotográfico e novos dados. *Los Grupos empresariales en la Península Ibérica y América Latina (siglos XIX y XX)* (p. 1-20). Sevilha: Universidad Pablo de Olavide.
- de Sousa, A. (1995). Os anos 60 da nossa economia. *Análise Social*, XXX (133), p. 613-630. Obtido em 7 de outubro de 2024, de <https://www.jstor.org/stable/41011110>
- dos Santos, A. R. (1977). Desenvolvimento monopolista em Portugal (fase 1968-73): estruturas fundamentais. *Análise Social*, XIII (49), p. 69-95. Obtido em 11 de julho de 2024, de <https://www.jstor.org/stable/41008222>
- dos Santos, F. T. (1994). Stock monetário e desempenho macroeconómico durante o Estado Novo. *Análise Social*, XXIX (128), p. 981-1003. Obtido em 19 de julho de 2024, de <https://www.jstor.org/stable/41011196>
- Ensaio de homenagem a Francisco Pereira de Moura*. (1995). Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, p. 388-456.
- Ferreira, E. (1985). A lógica da consolidação da economia de mercado em Angola, 1930-74. *Análise Social*, XXI (85), p. 83-110. Obtido em 26 de dezembro de 2024, de <https://www.jstor.org/stable/41010494>
- Ferreira, M. E. (2002). Nacionalização e confisco do capital português na indústria transformadora de Angola (1975-1990). *Análise Social*, XXXVII (162), p. 47-90. Obtido em 21 de novembro de 2024, de <https://www.jstor.org/stable/41011572>

- Financiamento pelo Banco de Fomento Nacional das Empresas SINGA - Sociedade Mineira do Continente Português, Minas de Vila Cova, SARL, COPAL - Companhia Portuguesa de Algodões, LDA e Sociedade de Comércio Geral MOÇANGOL, LDA.* (1965). Lisboa. Obtido em 22 de junho de 2024, de <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3887379>. ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, EC-25, cx. 86, pt. 12.
- Gordon, D. L. (julho de 1983). Development Finance Companies, State and Privately Owned. *World Bank Staff Working Papers Number 578*, p. 1-50. Obtido em 18 de setembro de 2024, de <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/928181468741004629/development-finance-companies-state-and-privately-owned-a-review>
- Henriques, C. P. (1961). *Energia em Portugal e suas Perspectivas*. Lisboa: Banco de Fomento Nacional. Obtido de <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/catbnp/277076>
- Hidroelétrica do Douro. (1961). *Relatório do Conselho de Administração Balanço e Parecer do Conselho Fiscal Sétimo Exercício - 1960* (p. 121-122). Porto. Obtido em 18 de junho de 2024, de <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3887450>. ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, EC-6, cx. 92, pt. 7.
- Idem.* (1964). *Relatório do Conselho de Administração Balanço e Parecer do Conselho Fiscal Décimo Exercício -1963* (p. 289-292). Porto. Obtido em 18 de junho de 2024, de <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3887450>. ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, EC-6, cx. 92, pt. 7.
- Idem.* (1966). *Relatório do Conselho de Administração Balanço e Parecer do Conselho Fiscal Décimo Segundo Exercício – 1965* . Porto. Obtido em 18 de junho de 2024, de <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3887450>. ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, EC-6, cx. 92, pt. 7.
- Idem.* (1967). *Relatório do Conselho de Administração Balanço e Parecer do Conselho Fiscal Décimo Terceiro Exercício – 1966* (p. 440). Porto. Obtido em 18 de junho de 2024, de <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3887450>. ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, EC-6, cx. 92, pt. 7.
- Industrial Development and Finance Division Projects Department E. M. E. N. A. Regional Office (1977). *Appraisal of Banco de Fomento Nacional Portugal*. Washington, D.C.: World Bank Group. Obtido em 24 de setembro de 2024, de <http://documents.worldbank.org/curated/en/765941468295217870/Portugal-Banco-de-Fomento-Nacional-Project>

- Jonas, R. (1975). The Importance of the Development Banks for the Financial Infrastructure. *Intereconomics*, X (9), p. 277-281. doi:<https://doi.org/10.1007/BF02929290>
- Lains, P. (1994). O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990. *Análise Social*, XXIX (128), p. 923-958. Obtido em 11 de julho de 2024, de <https://www.jstor.org/stable/41011194>
- Ligeti, S. (1985). Development Banks in the Developing Countries. *Savings and Development*, IX (3), p. 297-323. Obtido de <https://www.jstor.org/stable/25829929>
- Leeds, E., & Mendes, F. R. (1983). Industrialização e emigração em Portugal: sintomas inevitáveis de uma doença estrutural. *Análise Social*, XIX (77/79), p. 1045-1081. Obtido em 10 de outubro de 2024, de <https://www.jstor.org/stable/41010440>
- Martins, M. B. (1975). *Sociedades e grupos em Portugal*. Estampa. Obtido de <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/catbnp/274144>
- Martins, M. B. (1976). *As multinacionais em Portugal*. Estampa. Obtido de <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/catbnp/95144>
- Marois, T. (2021). *Public Banks: Decarbonisation, Definancialisation and Democratisation*. Cambridge: Cambridge University Press. doi:<https://doi.org/10.1017/9781108989381>
- Mata, M. E. (2020). *The Portuguese Escudo Monetary Zone. Its Impact in Colonial and Post-Colonial Africa*. Palgrave Macmillan. doi:<https://doi.org/10.1007/978-3-030-33857-2>
- McNamara, R. S. (1977). *Report and Recommendation of the President of the International Bank for Reconstruction and Development to the Executive Directors on a Proposed Loan to the Banco de Fomento Nacional with the Guarantee of the Republic of Portugal*. Washington, D.C.: World Bank Group. Obtido em 23 de setembro de 2024, de <http://documents.worldbank.org/curated/en/232241468297298613/Portugal-Banco-de-Fomento-Nacional-Project>
- Mendes, J. A. (2002). A empresa bancária em Portugal no séc. XX: evolução e estratégias. *Gestão E Desenvolvimento* (11), p. 39-56. doi:<https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2002.87>
- Muñoz, R. D. (1997). A crise económica e as transições para a democracia: Espanha e Portugal em perspectiva comparada. *Análise Social*, XXXII (141), pp. 369-401. Obtido em 7 de Janeiro de 2024, de <https://www.jstor.org/stable/41011269>
- Noronha, R. (2018). *"A Banca ao Serviço do Povo" Política e Economia durante o PREC (1974-75)*. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea. doi: <https://doi.org/10.34619/qma8-yr48>

- O sistema bancário português na época de consolidação do crescimento económico moderno (1961-1975). (2010). Em N. Valério, A. B. Nunes, C. Bastien, R. M. de Sousa, & S. D. Costa, *História do sistema bancário português. Da assunção pelo Banco de Portugal das funções de Banco Central à União Monetária Europeia, (1831-1998)* (p. 137-201). Lisboa: Banco de Portugal.
- Pereira, J. M. (2003). Como entrou a siderurgia em Portugal. *Análise Social*, XXXVII (165), 1159–1190. doi:<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2003165.04>
- Pereira, J. M. (2005). *Para a História da Indústria em Portugal, 1941-1965 Adubos Azotados e Siderurgia*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Presidência do Conselho. (1964). *Projecto de Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967. Enviado pelo Governo à Câmara Corporativa em 1 de Outubro de 1964*. Lisboa: Imprensa Nacional. Obtido em 13 de junho de 2024, de <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3887614>. ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, EC-5K, cx. 118, pt. 1.
- Presidência do Conselho Secretariado Técnico. (1964). *Relatório Preparatório do Plano de Investimentos para 1965-1967. Análise Sintética da Execução do II Plano de Fomento no Quadriénio de 1959-1962*. Lisboa. Obtido em 4 de maio de 2024, de <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3887612>. ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, EC-5J, cx. 117, pt. 2.
- Raposo, M. E. F. (1974). *A Indústria Portuguesa de Calçado. Estrutura, evolução económica recente e problemas de reorganização*. (Estudos Vol. IV). Banco de Fomento Nacional. Obtido de <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/catbnp/208837>
- Reis, J. (2019). A economia portuguesa dos anos sessenta: uma pesada continuidade. Em J. Reis, *Uma década, duas formas de autoritarismo: os anos de 1960 em Portugal*. Instituto de História Contemporânea. Obtido em 6 de outubro de 2024, de <https://hdl.handle.net/10316/90219>
- Reis, J. (2019). A primeira industrialização “moderna”: a economia política de uma indústria sem economia nem país (1960-1974). Em A. Cunha, C. Rodrigues, & I. Veiga, *Economia e História: Estudos em homenagem a José Maria Brandão de Brito*. Edições Colibri. Obtido em 23 de outubro de 2024, de <https://hdl.handle.net/10316/90220>
- Ribeiro, J. F., Rodrigues, E. F., & Fernandes, L. (julho-setembro de 1982). Ascensão e Crise das Exportações Portuguesas (1965-73; 1973-77). *Estudos da Economia*, II (4), p. 423-442. Obtido em 16 de outubro de 2024, de <http://hdl.handle.net/10400.5/9788>

- Ribeiro, J. F. *et. al.* (março de 1985). Especialização internacional, regulação económica e regulação social — Portugal, 1973-83. *Análise Social*, XXI (87/88/89), p. 437-471. Obtido em 4 de outubro de 2024, de <https://www.jstor.org/stable/41010711>
- Ribeiro, J. F., Fernandes, L. G., & Ramos, M. M. (1987). Grande indústria, banca e grupos financeiros - 1953-1973. *Análise Social*, XXIII (99), p. 945-1018
- Roberts Jr., P. E. (abril de 1971). Development Banking: The Issue of Public and Private Development Banking. *Economic Development and Cultural Change*, XIX (3), p. 424-437. Obtido em 4 de outubro de 2024, de <https://www.jstor.org/stable/1152927>
- Rocha, E. (1977). Portugal, anos 60: crescimento económico acelerado e papel das relações com as colónias. *Análise Social*, XIII (51), p. 593-617. Obtido em 28 de agosto de 2024, de <http://www.jstor.org/stable/41008242>
- Rocha, E. (1981). Especialização e crescimento económico: alguns aspectos do caso português no período de 1960–74. *Análise Social*, XVII (66), p. 293-313. Obtido em 28 de agosto de 2024, de <https://www.jstor.org/stable/41010268>
- Rocha, E. (1984). Crescimento económico em Portugal nos anos de 1960-73: alteração estrutural e ajustamento. *Análise Social*, XX (84), p. 621-644. Obtido em 11 de julho de 2024, de <http://www.jstor.org/stable/41010483>.
- Rollo, M. F. (1998). A industrialização e os seus impasses. Em J. Mattoso, F. Rosas, F. Martins, L. do Amaral, & M. F. Rollo, *História de Portugal - Vol. VII - O Estado Novo* (p. 450-485). Lisboa: Editorial Estampa.
- Rollo, M. F. (janeiro de 2007). Marcelo Caetano: política económica e modernização. *Espacio Tiempo y Forma*, p. 115-144. Obtido em 14 de outubro de 2024, de https://www.researchgate.net/publication/267970700_Marcelo_Caetano_politica_economica_e_modernizacao
- Rollo, M. F. (2007). *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra, O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. Obtido em 16 de agosto de 2024, de <http://hdl.handle.net/10400.5/26139>
- Sousa, A. de (1972). Inflação e desenvolvimento em Portugal. *Análise Social*, IX (34). Obtido em 26 de dezembro de 2024, de <https://www.jstor.org/stable/41008397>
- The Estado Novo Period After World War II: The Golden Age of Economic Growth. (2019). Em L. Amaral, *The Modern Portuguese Economy in the Twentieth and Twenty-First Centuries* (p. 171–224). Palgrave Macmillan. doi:https://doi.org/10.1007/978-3-030-24548-1_5

- Torres, A. (1983). Pacto colonial e industrialização de Angola (anos 60-70). *Análise Social*, XIX (77/79), p. 1101-1119. Obtido em 3 de outubro de 2024, de <http://www.jstor.org/stable/41010443>
- Valério, N. (2020). As finanças do Estado português entre finais da década de 50 e meados da década de 70 do século XX. Em P. B. Santos, & J. M. de Brito, *Os Anos Sessenta em Portugal: Políticas Públicas. Duas governações, diferentes políticas públicas?* (p. 99-111). Porto, Edições Afrontamento. Obtido em 23 de outubro de 2024, de <http://hdl.handle.net/10400.5/27221>
- Valério, N., & Fontoura, M. P. (1994). A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial - uma tentativa de síntese. *Análise Social*, XXIX (129), p. 1193-1208. Obtido em 16 de agosto de 2024, de <http://hdl.handle.net/10400.5/26139>
- Valério, N., & Nunes, A. B. (2005). Moeda e bancos. Em P. Lains, & Á. F. da Silva, *História Económica de Portugal (1700-2000). Vol. III – O Século XX* (p. 225-263). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Valério, N., et. al. (2010). Banking in the Portuguese Colonial Empire (1864-1975). *Documento de Trabalho/ Working Paper n° 41*, p. 1-70. Obtido em 30 de setembro de 2024, de https://www.researchgate.net/publication/227364001_Banking_in_the_Portuguese_Colonial_Empire_1864-1975
- Valério, N. & Tomás, A. (2021). Estudos de história empresarial de Portugal: banca. *GHES - Documento de Trabalho/ Working Paper n° 75*, p. 1-55. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.5/24001>
- Veiga, A. J. (1967). Linhas Gerais do Plano de Fomento. (F. Moutinho, Entrevistador) Lisboa: Secretariado Nacional de Informação. Obtido em 21 de agosto de 2024, de <https://purl.pt/41734>

7.1 DECRETOS-LEI

Decreto-Lei 323/72. *Diário do Governo, Série I de 1972-08-19 (193/1972)*.

Decreto-Lei nº 41957. *Diário do Governo, Série I de 1958-11-13 (246/1958)*.

Decreto-Lei nº 42397. *Diário do Governo, Série I de 1959-07-21 (165/1959)*, p. 831-832.

Decreto-Lei nº 46663. *Diário do Governo, Série I de 1965-11-23 (266/1965)*, p. 1510-1511.

Despacho do Conselho de Ministros, 3 de agosto. *Diário do Governo, Série I de 1959-08-03 (176/1959)*, p. 883-892.

Despacho Ministerial, de 7 de janeiro. *Diário do Governo, Série I de 1967-01-07 (6/1967)*, p. 23-24.

Despacho Ministerial, de 8 de abril. *Diário do Governo, Série I de 1966-04-08 (83/1966)*, p. 515.

Despacho Ministerial, de 31 de outubro. *Diário do Governo, Série I de 1962-10-31 (251/1962)*, p. 1425-1426.

Despacho Ministerial, de 9 de novembro. *Diário do Governo, Série I de 1962-11-09 (258/1962)*, p. 1466.

7.2 PERIÓDICOS

Banco de Fomento Nacional. (junho de 1960). Boletim de Informação. *I* (1).

Idem. (novembro de 1960). Boletim de Informação. *I* (2).

Idem. (outubro de 1961). Boletim de Informação. *II* (3).

Idem. (junho de 1962). Boletim de Informação. (4).

Idem. (novembro de 1963). Boletim de Informação. (6).

Idem. (junho de 1963). Boletim de Informação. (5).

Idem. (janeiro de 1966). Boletim de Informação. (10).

Idem. (maio de 1966). Boletim de Informação. (11).

Idem. (novembro de 1966). Boletim de Informação. (12).

Idem. (março/abril de 1967). Boletim de Informação. (13).

Idem. (1967). Boletim de Informação. (14).

Idem. (janeiro de 1966). Boletim Mensal. (1).

Idem. (fevereiro de 1966). Boletim Mensal. (2).

Idem. (março de 1966). Boletim Mensal. (3).

Idem. (abril de 1966). Boletim Mensal. (4).

Idem. (maio de 1966). Boletim Mensal. (5).

Idem. (junho/julho de 1966). Boletim Mensal. (6/7).

Idem. (agosto de 1966). Boletim Mensal. (8).

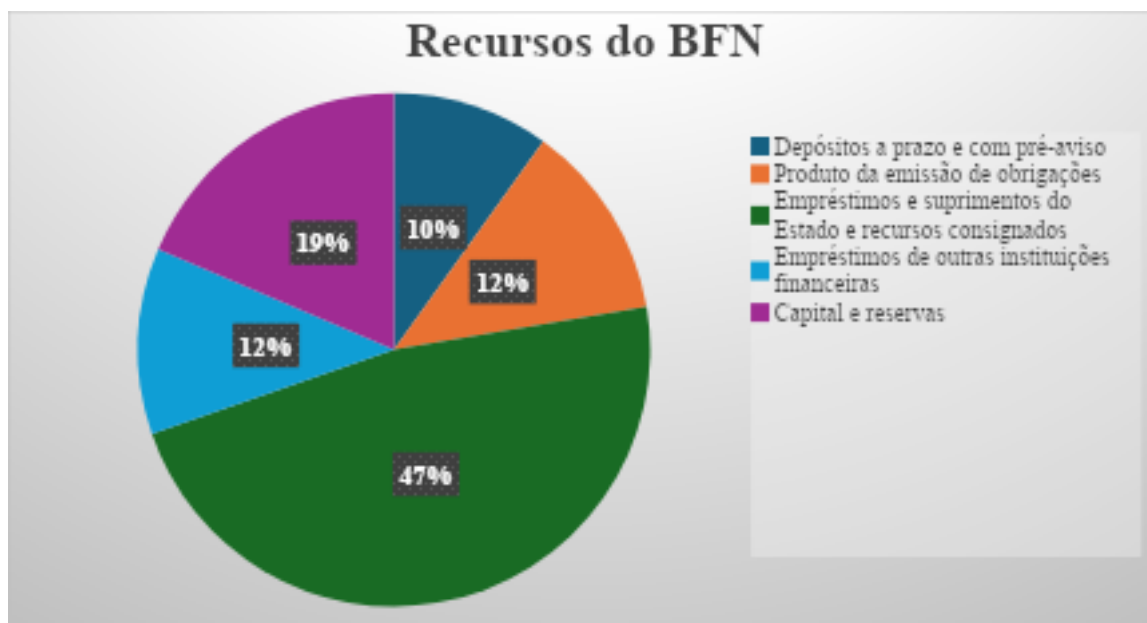
7.3 WEBGRAFIA

Banco de Fomento em Aveiro. (6 de fevereiro de 1971). Obtido em 3 de fevereiro de 2024, de RTP Arquivos: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/banco-de-fomento-em-aveiro/>

Inauguração da nova sede do Banco de Fomento Nacional. (5 de março de 1970). Obtido em 3 de fevereiro de 2024, de RTP Arquivos: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/inauguracao-da-nova-sede-do-banco-de-fomento-nacional-2/>

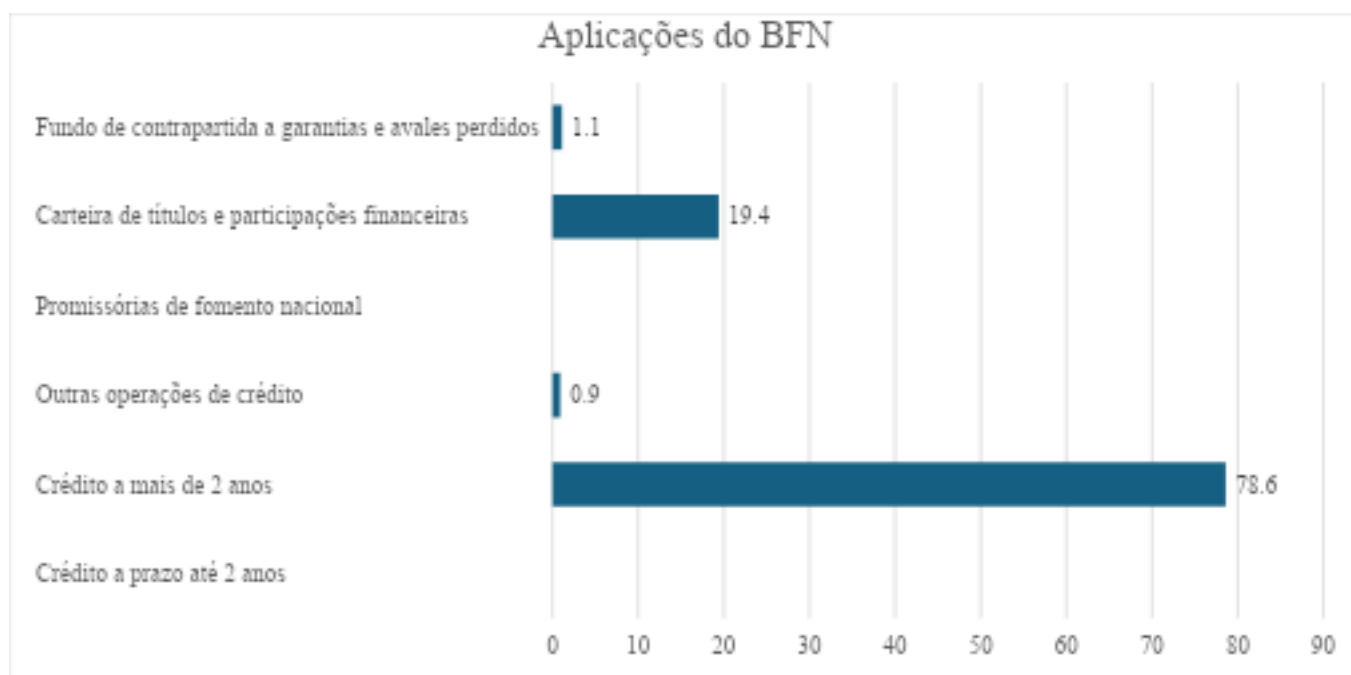
8. ANEXO A

Gráfico I - Dados retirados do Quadro IV. Percentagem média de 1965/66.



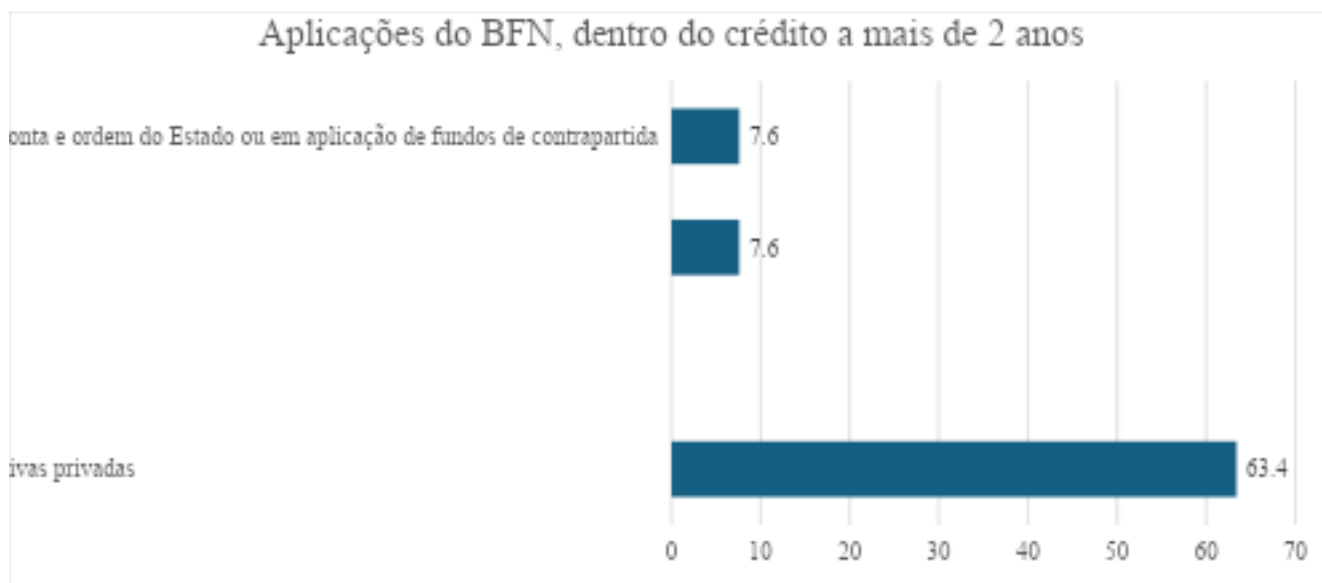
O Quadro IV, no *Boletim de Informação* N° 13, p. 16, contém dados estatísticos dos “Recursos das principais instituições monetárias e financeiras” aonde estão incluídos a CGD, os bancos comerciais e o BFN. Os dados do gráfico acima provem da seção do BFN deste quadro e inclui só a coluna de percentagem média de recursos para os anos de 1965 e 1966, não contém os dados quantitativos correspondentes aos anos 1965-66.

Gráfico II - Dados retirados do Quadro V. Percentagem média em 1965/66



O Quadro V, no *Boletim de Informação* Nº 13, p. 17, contém dados estatísticos das “Aplicações das principais instituições monetárias e financeiras” e, como no Quadro IV, estão incluídos a CGD, os bancos comerciais e o BFN. Os dados do gráfico acima provêm da secção do BFN neste quadro e inclui só a coluna de percentagem média de 1965/66.

Gráfico III - Dados retirados do Quadro V. Percentagem média em 1965/66.



Os dados do Gráfico III provém do mesmo quadro do *Boletim de Informação* nº 13 do que o Gráfico II.

Tabela I - Posição do crédito concedido até 31/12/1972

Anos	Total	Operações de Financiamento	Operações de Garantia
1960	4 428 206	4 268 663	159 543
1961	5 405 023	5 192 553	212 470
1962	6 348 832	5 880 008	468 824
1963	6 709 123	6 158 808	550 315
1964	7 209 381	6 265 444	943 937
1965	7 294 644	6 361 421	933 223
1966	7 384 286	6 494 586	889 700
1967	7 838 546	7 001 098	837 448
1968	8 472 245	7 501 348	970 897
1969	9 200 076	8 044 753	1 155 323
1970	10 784 820	9 544 711	1 249 109
1971	12 941 909	11 952 594	989 315
1972	16 525 845	15 540 119	985 796

Valores em contos

A anterior tabela foi retirada do “Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal. Exercício de 1972” da pág. 65. É o resumo mais completo das operações do Banco no período em estudo.

Tabela II – Operações de financiamento e garantia para os anos 1960 e 1963

Anos	1960	1961	1962	1963
Nº de pedidos de operações de financiamento	1034	552	347	169
Montante dos pedidos das operações de financiamento	3 635 773	2 709 089	2 360 930	1 458 039
Nº de pedidos de operações de garantia	6	11	14	10
Montante dos pedidos das operações de garantia	576 552	223 000	531 340	633 584
Nº de aprovações de operações de financiamento	42	113	122	91
Montante das aprovações das operações de financiamento	750 882	1 684 698	1 113 706	1 028 329
Nº de aprovações das operações de garantia	3	4	11	11
Montante das aprovações das operações de garantia	396 407	279 272	336 632	233 259

Os dados da Tabela II foram retirados do “Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal.” do exercício de 1960, 1961, 1962 e 1963. “Operações de financiamento” incluem empréstimos diretos, participações financeiras e empréstimos em antecipação de financiamentos ou em substituição transitória de outras fontes financeiras.

9. ANEXO B

As nomeações do novo Governador e do Vice-Governador por parte do Estado, seguidas da designação do Vice-Governador eletivo, constituíram o acontecimento mais relevante da vida do Banco em 1962, pois pela primeira vez ficou integrada a composição dos corpos diretivos estatutariamente prevista. Porém, no decurso do exercício de 1962, dois membros da administração deixariam o Banco: Luís Maria Teixeira Pinto, 1º Vice-Governador, chamado em 4 de dezembro a exercer o cargo de Ministro da Economia, e Carlos João da Silva Moreira Rato, administrador designado pelo Banco de Angola, que de 3 de julho a 4 de dezembro desempenhou as funções de Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino.²⁵²

Por terem terminado o seu mandato, deixaram, em 30/05/1963, de exercer as funções de vogais do Conselho Fiscal e do Conselho Geral, em representação, respetivamente, do Bancos Borges & Irmão e Totta-Aliança, Adriano Faro Viana e Dr. Manuel César da Fonseca, que colaboraram durante o primeiro triénio da vida do Banco (Adriano Faro Viana morreria em 1964).²⁵³

Devido às novas disposições estatutárias, deixaram de exercer, em 1/09/1972, as funções como membros do Conselho Fiscal do Banco os Senhores Engenheiros António Correia de Sampaio Castelo Branco e Fernando Correia Pessoa. Atingiu o fim do seu mandato em 1972 o membro da Mesa da Assembleia Geral e Vogal do Conselho Fiscal, o Eng.º António Sobral Mendes de Magalhães Ramalho (que acabou por morrer no mesmo ano). Em agosto de 1972, ascenderam aos cargos de Ministro das Finanças e Economia e de Secretário de Estado do Tesouro, o Dr. Manuel Artur Cotta Agostinho Dias e o Dr. José Luís Sapateiro que exerciam, no BFN, as funções de Vice-Governador e de Administrador por parte do Estado, respetivamente. O Dr. José Luís Sapateiro ocupou o cargo de Vice-Governador após ter exercido as funções de Subdiretor dos Serviços Jurídicos e de Secretário-Geral do Banco e prestou uma contribuição relevante ao Banco representando-o junto de duas empresas a que o Banco se encontrava particularmente ligado por ser seu acionista: na Companhia de Celulose do Ultramar Português, primeiro como Administrador e depois como Presidente do Conselho de Administração, e na Maragra-Marracuene Agrícola Açucareira, SARL, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral. No princípio do segundo semestre de 1972, o Dr. Ruy de Lima Pereira de Melo deixou de fazer parte do Conselho de Administração do BFN por ter sido afastado da Administração do Banco de Angola. No primeiro

²⁵² Banco de Fomento Nacional, *Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal. Exercício de 1962*, Lisboa, 1963, p. 27.

²⁵³ Banco de Fomento Nacional, *Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal. Exercício de 1963*, Lisboa, 1964, p. 31.

trimestre de 1972, o Dr. Manuel Filipe Pessoa de Santos Loureiro e Eng.º José Joaquim Fragoso passaram a desempenhar os lugares, respetivamente, de Secretário-Geral e de Diretor-Geral na metrópole, este acabado então de criar.²⁵⁴ Faleceu em 1972 o Dr. John Jardine Neto, o Diretor-Geral do Banco em Angola.

²⁵⁴ Banco de Fomento Nacional, *Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal. Exercício de 1972*, Lisboa, 1973, p. 79-80.